



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

Relatório de Estágio

**As Políticas Educativas no Pós-Pandemia: o combate às desigualdades sociais**

Ana Carolina dos Santos Franjoso

Orientador(es) | José Verdasca

Évora 2023

---

---

---

---



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

**Mestrado em Políticas Públicas e Projectos**

Relatório de Estágio

**As Políticas Educativas no Pós-Pandemia: o combate às  
desigualdades sociais**

Ana Carolina dos Santos Franjoso

Orientador(es) | José Verdasca

Évora 2023

---

---

---

---



O relatório de estágio foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Paulo Alexandre Neto (Universidade de Évora)

Vogais | José Verdasca (Universidade de Évora) (Orientador)  
Marília Favinha (Universidade de Évora) (Arguente)



## **AGRADECIMENTOS**

Um agradecimento especial ao Professor José Verdasca por ter aceitado o convite de ser meu orientador, pelo apoio dado ao longo do estágio e na realização do Relatório de Estágio, bem como por ter proporcionado o contacto com a Dra. Maria João Charrua, Delegada Regional da DSR Alentejo – DGEstE.

À Universidade e aos professores do Mestrado em Políticas Públicas e Projetos por me terem proporcionado aprendizagens essenciais para o meu futuro.

À Dra. Maria João Charrua por ter proporcionado a realização do estágio na DSR Alentejo – DGEstE, pelo apoio dado ao longo do estágio quer a nível de facilitar contacto quando necessitava com as diferentes instituições necessárias para o desenvolvimento do estágio quer por facilitar documentos essenciais, mas acima de tudo por me ter acolhido e fazer sentir parte da instituição.

A todos os profissionais da DSR Alentejo – DGEstE, em especial à Dra. Maria Mário Murteira e à Dra. Maria João Ciríaco, por me terem acolhido no seu gabinete e tornarem esta jornada excepcional.

À minha família pelo apoio dado ao longo do meu percurso académico e por me incentivarem alcançar os meus objetivos.

## RESUMO

A pandemia de COVID-19, obrigou o Governo português a repensar nas suas estratégias educativas, levando ao encerramento das escolas e, a um novo modelo de ensino, o ensino a distância. Com as medidas de distanciamento social sugeridas pela OMS, e o confinamento imposto pelo Governo, observou-se a um aumento das desigualdades educativas, sociais e económicas, principalmente entre os alunos mais desfavorecidos. Um ano após o início da pandemia redefinem-se as políticas educativas e, criam-se medidas de combate às disparidades acentuadas por esta crise sanitária.

A proposta de estágio, acima titulada, tem como tema as políticas educativas portuguesas, tendo como objetivo compreender as suas contribuições para uma redução das desigualdades acentuadas pelo vírus SARS-CoV-2, de modo alcançar o objetivo proposto será realizado um estágio curricular na DGEstE Alentejo.

Pode-se concluir, que diversas foram as medidas implementadas, salientando a resiliência e trabalho em rede, que ao longo do presente relatório se evidencia.

**Palavras-chave:** Políticas Educativas; COVID-19; Desigualdades; Poder Local; DGEstE Alentejo.

## ***ABSTRACT***

### ***Educational Policies in the Post-Pandemic: combating social differences***

The COVID-19 pandemic forced the Portuguese Government to rethink its educational strategies, leading to the closure of schools and, to a new teaching model, distance learning. With the social distancing measures suggested by the OMS, and the confinement imposed by the Government, there has been an increase in educational, social and economic inequalities, especially among the most disadvantaged students. One year after the beginning of the pandemic, educational policies are redefined and measures are created to combat the disparities accentuated by this health crisis.

The internship proposal, titled above, has as its theme the portuguese educational policies, aiming to understand their contributions to a reduction of inequalities accentuated by the SARS-CoV-2 virus, in order to achieve the proposed objective, a curricular internship will be carried out at DGEstE Alentejo.

It can be concluded that several measures were implemented, emphasizing resilience and networking, which is evident throughout this report.

***Keywords:*** Educational Policies; COVID-19; Inequalities; Local Power; DGEstE Alentejo.

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	5
RESUMO .....	6
ABSTRACT .....	7
ÍNDICE DE FIGURAS .....	10
ÍNDICE DE SIGLAS E ACRÓNIMOS .....	11
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO II – PROBLEMÁTICA E ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	14
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO .	20
3.1. Natureza .....	20
3.1. Organograma .....	20
3.2. Missão, Valores e Visão .....	23
3.3. Atribuições da DGEstE.....	24
3.4. <i>Stakeholders</i> .....	25
3.5. Objetivos Estratégicos .....	26
3.6. Competências das Direções de Serviços Regionais.....	26
3.7. Equipas da Direção de Serviços da Região Alentejo – DGEstE .....	28
CAPÍTULO IV – ATIVIDADES REALIZADAS AO LONGO DO ESTÁGIO .....	29
4.1. Atividades do mês de janeiro .....	29
4.2. Atividades do mês de fevereiro.....	35
4.3. Atividades do mês de março .....	41
4.4. Atividades do mês de abril.....	45
4.5. Atividades do mês de maio .....	48
CAPÍTULO V – METODOLOGIA .....	51
5.1. Objetivos de Investigação .....	52



5.2. Universo e Amostra .....	52
5.3. Cronograma .....	54
5.4. Resultados do Estudo.....	54
5.4.1. Considerações finais .....	71
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO.....	75
CAPÍTULO VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76
CAPÍTULO VIII – APÊNDICES .....	81
Esboço das atividades – 1 .....	82
Esboço das atividades - 2.....	83
Esboço das atividades - 3.....	84
Esboço das atividades - 4.....	85
Esboço das atividades - 5.....	86
Guião A.....	87
Guião B.....	88
Guião C.....	89
Guião D.....	90
Guião E.....	91
Guião F.....	92
Guião G.....	93
Guião H.....	94
Guião I.....	95
Guião J.....	96
Guião K.....	97
Guião L.....	98
Guião M.....	99
Guião N.....	100
Entrevista A.....	101

Entrevista B.....	102
Entrevista C.....	105
Entrevista D .....	108
Entrevista E.....	112
Entrevista F.....	114
Entrevista G .....	118
Entrevista H .....	121
Entrevista I.....	123
Entrevista J.....	126
Entrevista K .....	131
Entrevista L.....	134
Entrevista M.....	137
Entrevista N .....	141
Entrevista O .....	144
Exemplo de email - A .....	149
Exemplo de email - B .....	150
Observação A.....	151
Observação B.....	154
Observação C.....	156
Apontamentos/atividades ao longo do estágio.....	157

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 - Organograma DGEstE.....	21
Figura 2 - Estrutura Hierarquizada da DGEstE.....	22
Figura 3 - Estrutura Matricial da DGEstE.....	23
Figura 4 - Cronograma das atividades.....	54
Figura 5 - Ações específicas implementadas pelos AE e ENA.....	70

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Amostra dos Agrupamentos de Escolas da Região Alentejo .....	53
---	----

## ÍNDICE DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

**AE** – Agrupamento de Escolas

**CTT** – Correios, Telégrafos e Telefones

**DGE** – Direção-Geral da Educação

**DGEstE** – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

**DSR** – Direção de Serviços Regionais

**ENA** – Escolas Não Agrupadas

**ME** – Ministério da Educação

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**POCH** – Programa Operacional de Capital Humano

**PRA** – Plano de Recuperação das Aprendizagens

## CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

O presente documento, consiste no Relatório de Estágio realizado para conclusão do Mestrado em Políticas Públicas e Projetos da Universidade de Évora.

O Estágio desenvolveu-se na Direção de Serviços Regionais do Alentejo da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, sob a orientação da Delegada Regional do Alentejo, a Dra. Maria João Charrua. O mesmo teve a duração de 700 horas e decorreu entre 10 de janeiro e 31 de maio.

A escolha por um estágio, em detrimento de uma dissertação ou trabalho de projeto, deveu-se essencialmente pela possibilidade de estar em contato direto com o mundo do trabalho e conseguir pôr em prática conhecimentos detidos durante o mestrado. Decidiu-se escolher a DSR Alentejo - DGEstE, porque é uma instituição pela qual a estagiária sempre teve curiosidade sobre o seu modo de funcionamento e por ser uma instituição com competências ao nível da monitorização das políticas educativas, que vai ao encontro não só dos objetivos de trabalho do Mestrado do qual a discente integra, como, também, dos objetivos da área Ciências da Educação, a qual a discente é licenciada.

O tema escolhido para o estágio, deve-se à realidade pandémica vivida há dois anos e que se continua a viver, que tem originado diversas consequências quer a nível económico, social e educacional. Bem como, devido ao facto de estar ligado à formação base da autora do presente relatório.

De modo, a orientar o presente estudo, definiu-se como objetivo geral: caracterizar as medidas que estão a ser empregues para reduzir as desigualdades acentuadas com a COVID-19. E, foram definidos cinco objetivos específicos: identificar as desigualdades acentuadas pela COVID-19; compreender como é realizada a articulação das políticas educativas com outras políticas sociais; analisar como as medidas aprovadas pelo Governo são adaptadas a cada região e, contexto local, empregando a autonomia que lhes é concedida; observar a implementação das medidas aprovadas pelo Governo, nas instituições escolares; e, compreender como é assegurada a concretização das políticas educativas definidas pelo Ministério da Educação.

Este, Relatório de Estágio, está estruturado em 8 capítulos, sendo o primeiro a introdução; o segundo integra a apresentação e enquadramento teórico da temática em estudo; o terceiro capítulo apresenta a caracterização da instituição de acolhimento; o

quarto destaca as atividades desenvolvidas ao longo do período de estágio; o quinto capítulo apresenta a metodologia escolhida para o presente relatório, bem como os objetivos de investigação e os resultados do estudo; um sexto capítulo assente nas conclusões e, um sétimo e oitavo capítulo assente nas referências bibliográficas e nos apêndices.

O presente relatório de estágio, rege-se pelas regras da 6ª edição das normas APA (American Psychological Association).

## CAPÍTULO II – PROBLEMÁTICA E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A educação, processo pelo qual se adquire conhecimentos, valores e hábitos, ou seja, processo facilitador de aprender a viver em comunidade, cada vez mais, ganha um papel fundamental na sociedade, não só pela luta no combate às desigualdades sociais, como ferramenta essencial para a construção de pessoas mais independentes, conscientes e, que conhecem e exercem os seus direitos. A educação é um processo que facilita a aprendizagem de conhecimentos e valores alicerçados aos Direitos Humanos.

Com a Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº. 46/86 de 14 de outubro, originou-se um novo olhar para o papel da educação, uma definição das políticas educativas portuguesas. “Esta lei foi determinante para a efectivação das reformas educativas em Portugal, para o repensar-se a escola, a sua relação com a sociedade civil, a sua governação, os novos *curricula*” (Barros & Sebastião, 2012, p. 3).

A Lei nº. 46/86 de 14 de outubro consagra o funcionamento do sistema educativo, composto por um conjunto de recursos que têm por objetivo garantir o direito à educação, que deve ser de qualidade, equitativa e que potencie o desenvolvimento do aluno, a nível pessoal e social, em articulação com diferentes parceiros sociais e institucionais. Concluindo, é constituído por políticas educativas. Barros & Sebastião (2012), afirmam que para além desta Lei, também o Pacto Educativo para o Futuro, 1996, foi uma ocasião importante na definição das políticas educativas portuguesas. Segundo os autores este Pacto era ““um contrato social”, com a capacidade de valorizar o papel da educação na sociedade portuguesa e de enriquecer a participação na procura da qualidade” (Barros & Sebastião, citado em Benavente, 2004).

Ao falar-se do papel da educação na sociedade, pode-se dizer que cada vez mais, ganha-se consciência da sua importância, não só contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes num mundo cada vez mais tecnológico e globalizado, mas, também, ao ter um papel fundamental no combate às desigualdades sociais.

Desta forma, deve-se dar respostas às novas problemáticas e exigências da sociedade atual, sendo necessário reformular as políticas educativas e criar novos documentos orientadores de modo a apoiar as escolas nos seus processos de ensino.

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, é um dos exemplos de um documento orientador de forma apoiar as escolas a enfrentar os desafios da sociedade e a

combater as disparidades entre os alunos. Este, foi aprovado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho e, é um “documento de referência para a organização de todo o sistema educativo, contribuindo para a convergência e a articulação das decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular” (Martins, et al., 2017, p. 8).

De modo a dar resposta às necessidades que resultam da realidade social, o sistema educativo deve determinar um perfil coerente, em concordância com os desafios impostos pela sociedade, para que todas as aprendizagens convirjam, assegurando a intencionalidade educativa em articulação com as diversas opções de gestão curricular.

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória,

(...), urge garantir, a todos os jovens que concluem a escolaridade obrigatória, independentemente do percurso formativo adotado, o conjunto de competências, entendidas como uma interligação entre conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, que os torna aptos a investir permanentemente, ao longo da vida, na sua educação e a agir de forma livre, porque informada e consciente, perante os desafios sociais, económicos e tecnológicos do mundo atual (Despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, 2017).

É um documento que garante a coerência do sistema educativo, e que assegura que os alunos saiam da escolaridade dotados de competências essenciais para a vida em sociedade, independente do percurso ou via de formação que escolham, composto por princípios, visão, valores e áreas de competências.

As políticas educativas têm sido, ao longo do tempo, ferramentas no combate a deficiências sentidas na educação, com a intenção de definir prioridades e traçar os melhores planos a seguir para conseguir alcançar os objetivos propostos pelo Governo.

Ao longo dos anos, tem-se observado a implementação de projetos e medidas pelo Ministério da Educação, que têm obtido sucesso, com o objetivo de reduzir algumas vulnerabilidades no sistema educativo.

O Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, criado em 2016 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, é uma das várias

medidas elaboradas pelo Ministério da Educação. Esta Resolução dita que este programa tem como base o princípio de que são as comunidades educativas quem tem melhor conhecimento do contexto que as rodeia, e das suas complexidades. Dota de autonomia as escolas e as comunidades educativas, dando-lhe poder de desenharem a estratégica que mais se adequa ao seu contexto e às suas necessidades. De acordo com Verdasca (2016), neste programa:

(...), não só ganha espaço e sentido a estimulação e criação de dinâmicas locais na identificação dos problemas e fragilidades [...] como se torna um imperativo o desenho e a definição local das dinâmicas de intervenção em resposta às fragilidades e necessidades específicas desses contextos e populações escolares.

Este, é um dos diversos programas, que combate uma das grandes vulnerabilidades do sistema educativo, o abandono escolar precoce.

Analisando os dados seguintes pode-se afirmar que tem tido sucesso: em 2009, segundo o Instituto Nacional de Estatística, a taxa era de 30,9% sendo uma das mais elevadas entre os países da União Europeia, segundo um comunicado do Governo da República Portuguesa (2021), após dez anos de intervenção a taxa desceu para 10,6% e, em 2020 alcançou um valor de 8,9% tendo conseguido o valor mais baixo até ao momento registado e, ficou abaixo da meta europeia que se situa entre os 10%.

Os programas e projetos propostos pelo Ministério da Educação são essenciais na luta contra as vulnerabilidades e necessidades do sistema educativo português e, gradualmente vão ganhando mais notoriedade, principalmente no contexto em que se vive atualmente.

Como referido, acima, cada vez mais o ME aposta numa política educativa descentralizada, dotando as autarquias e os agrupamentos de escolas de autonomia, a fim de, estes, criarem intervenções focadas na sua realidade e necessidades.

Com o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, as autarquias e as entidades intermunicipais ganharam mais competências no que diz respeito à educação, existindo uma descentralização do poder central para o poder local neste domínio.

Segundo João Barroso (2016), a descentralização tem como objetivos, mediante o discurso político:



(...), aproximar o local de decisão do local de aplicação; ter em conta as especificidades locais; promover a participação dos utilizadores dos serviços públicos na sua gestão; reduzir a burocracia estatal; libertar a criatividade e desencadear a inovação pedagógica (p.24).

Deste modo e, de acordo, com o Decreto-Lei acima titulado, as autarquias locais têm sido fundamentais no alargamento da rede nacional da educação pré-escolar, na criação de centros escolares munidos das competências necessárias ao desenvolvimento qualitativo dos projetos educativos, na coordenação dos transportes escolares e na efetivação da escola a tempo inteiro. Tudo isto, faz com que seja cumprida a garantia constitucional do direito à igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar.

Não só, as autarquias ficaram dotadas de mais competências e autonomia como, também, os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas estão dotados de uma maior autonomia.

Segundo o Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, as escolas são instituições que têm como missão o serviço público, que compreende em munir todos e cada um dos cidadãos das capacidades e saberes que lhes possibilitem descobrir totalmente as suas habilidades e competências, integrar-se na sociedade e contribuir para a vida económica, social e cultural do País. Deste modo, o presente decreto-lei, determina como instrumentos de autonomia: o projeto educativo, o regulamento interno, os planos anual e plurianual de atividades, o orçamento, o relatório anual de atividades, a conta de gestão e o relatório de autoavaliação.

Também, o Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho tornou-se essencial nesta discussão sobre a autonomia das escolas, este Decreto-Lei estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

Segundo este documento, uma escola inclusiva deve promover as melhores aprendizagens para todos os alunos e fomentar a operacionalização do perfil de competências que se pretende que os alunos adquiram e desenvolvam, neste caso, tendo em conta o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. De forma, a garantir o desenvolvimento destas competências, deve-se dotar as escolas de autonomia para um desenvolvimento curricular de acordo com o contexto de cada escola e de acordo com as necessidades dos alunos. Neste sentido, segundo o Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho,

Sabendo-se que há escolas que têm conseguido contrariar os principais preditores de insucesso, adotando soluções adequadas aos contextos e às necessidades específicas dos seus alunos, é fundamental que o currículo seja equacionado como um instrumento que as escolas podem gerir e desenvolver localmente, (...).

Posto isto, torna-se essencial que as decisões a nível curricular sejam decididas pelas escolas em conformidade com os professores, ouvindo a opinião dos alunos, famílias e toda a comunidade educativa.

No entanto, com a pandemia de COVID-19, fomos obrigados a repensar no nosso modo de viver, no modo de trabalho e no funcionamento das escolas. Ao longo da pandemia, com o agravamento dos casos positivos à COVID-19, foi crucial o fecho dos estabelecimentos escolares como medida de precaução.

A 16 de março de 2020, as atividades letivas e não letivas foram suspensas, medida que foi divulgada no Comunicado do Conselho de Ministros de 12 de março, de forma a conter a propagação do vírus, que era até à data, desconhecido.

Com o intuito de mitigar as perdas de aprendizagem, o Governo implementou um novo modelo de ensino, o ensino não presencial. Com o ensino à distância, foram várias as crianças e jovens que ficaram sem o direito à educação (Wong, 2020) que, segundo o artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é um direito universal. Ainda que exista várias vantagens no ensino a distância, pode-se constatar que existiram diversos obstáculos para que esta medida tivesse sucesso, logo desde início. Não só pela falta de capacitação tecnológica dos alunos e encarregados de educação, como pelo próprio ambiente em que vivem em casa.

Como refere Ferreira & Gonçalves (2020), o ensino à distância tinha algumas falhas: “chegou-se à conclusão de que eram vários os/as alunos/as sem recurso à internet e em vários casos também ao computador, assim como alunos/as que necessitam de medidas adicionais” (p. 51). Mediante, estas necessidades o Ministério da Educação criou algumas respostas, como por exemplo:

- O programa “#EstudoemCasa” em parceria com o canal televisivo RTP;
- Criou um grupo de trabalho, para acompanhar e apoiar as escolas na implementação do ensino a distância;

- A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, pôs à disposição uma plataforma, com o intuito de dar apoio às escolas, através do esclarecimento de dúvidas das mesmas;
- A DGE em parceria com a ANQEP, desenvolveram a página “Apoio às Escolas”, que integra ferramentas de apoio para a implementação do ensino a distância, bem como recursos para toda a comunidade educativa de apoio ao ensino-aprendizagem.

Ainda, assim, foram várias as desigualdades acentuadas pela COVID-19, principalmente entre os mais desfavorecidos, uma vez que “a situação decorrente da reação da esfera da Educação à COVID-19 desocultou ainda mais a fragilidade académica e/ou socioeconómica de muitos alunos” (Verdasca, et al., 2020, p. 11). Sendo notório que a pandemia COVID-19, desocultou numa perda das aprendizagens entre os jovens dos ensinos básico e secundário, segundo o Conselho Nacional de Educação (2021), apercebeu-se da importância e do papel das escolas e de todos os seus profissionais no ensino presencial, não somente na função que esta tem de promover um ensino de qualidade e atenuar as desigualdades educativas, mas, sendo, ainda, um espaço que fomenta a socialização e proteção dos seus alunos, fazendo-os sentirem-se seguros e assegurar o seu bem-estar, principalmente entre as crianças mais desfavorecidas.

Após dois anos do começo desta pandemia e com o levantamento das restrições, possibilitando o ensino presencial. Quais são as medidas propostas pelo Ministério da Educação face à recuperação destas aprendizagens?

## **CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO**

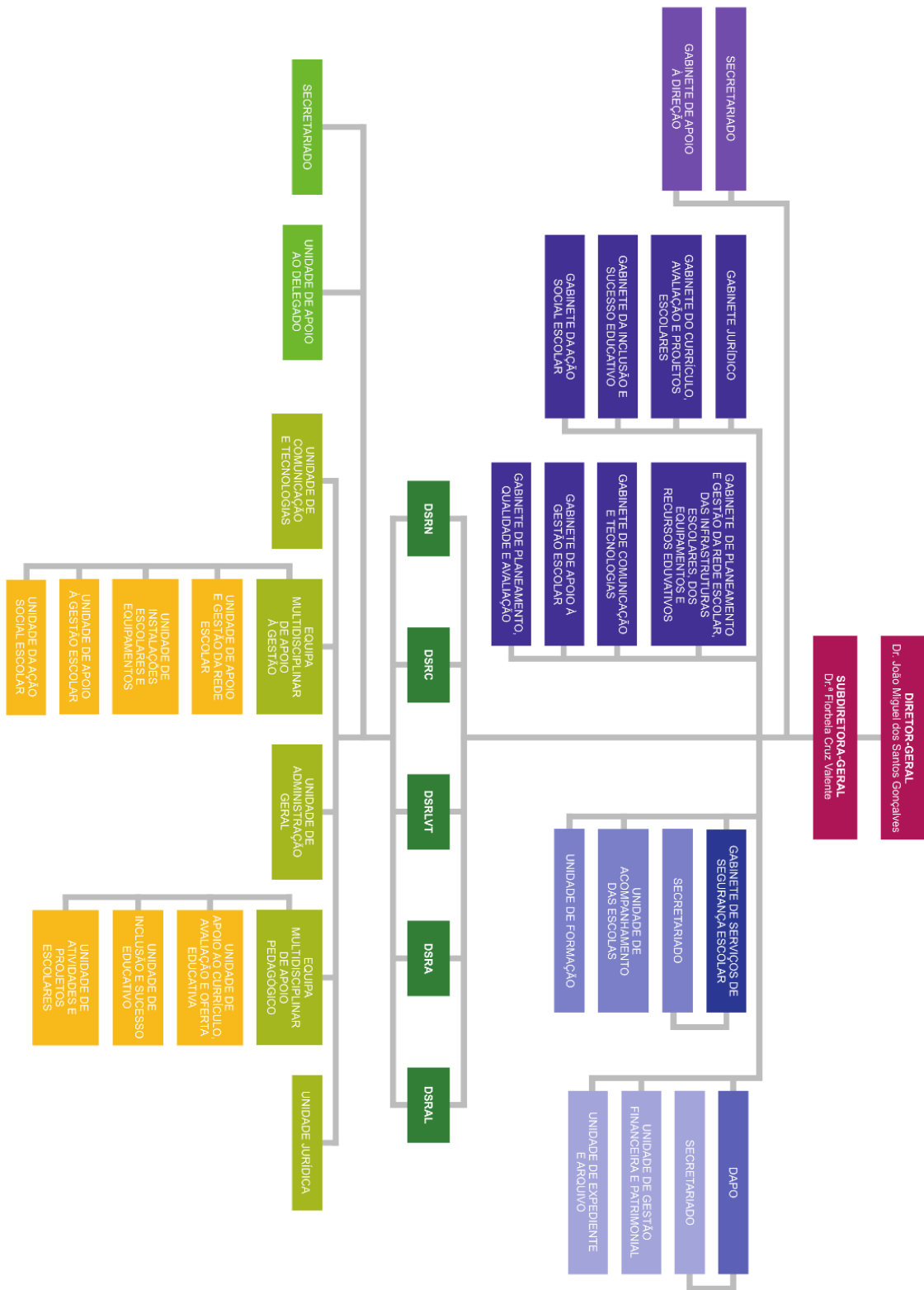
### **3.1. Natureza**

A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 266-F/2012 de 31 de dezembro, sendo a sua estrutura orgânica aprovada pelo mesmo, é um serviço central de administração direta do Estado munido de autonomia administrativa, ou seja, é um serviço do próprio Estado que tem como função dar prosseguimento às atividades e funções do Estado

De acordo com o Decreto-Lei acima referido, a DGEstE é constituída por seis direções de serviços. A Direção de Serviços da Segurança Escolar e cinco Direções de Serviços Regionais desconcentradas, designadas por Direção de Serviços da Região Norte, Direção de Serviços da Região Centro, Direção de Serviços da Região Lisboa e Vale do Tejo, Direção de Serviços da Região Alentejo e Direção de Serviços da Região Algarve. Estas direções estão sediadas no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro. E, são dirigidas por delegados regionais de educação.

### **3.1. Organograma**

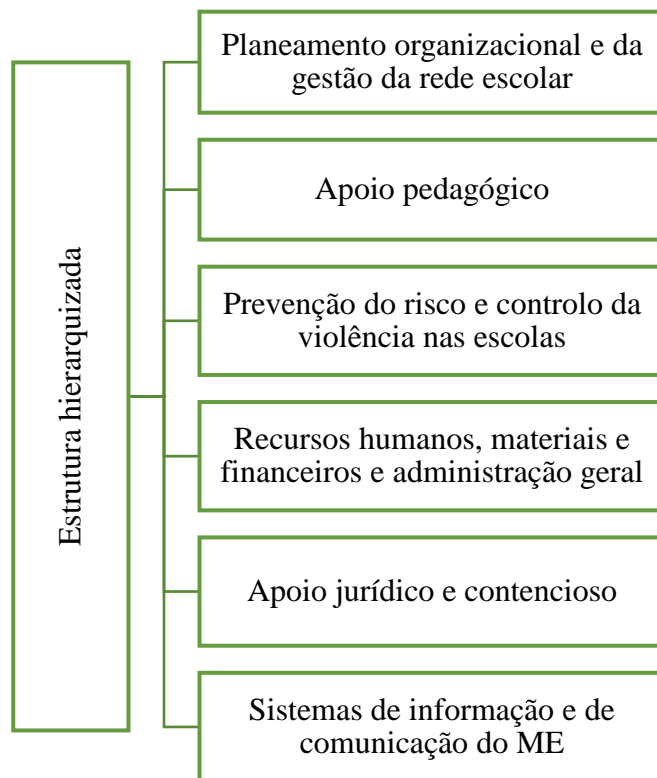
Figura 1 - Organograma DGEstE



Fonte: (DGEstE - Gabinete de Comunicação e Tecnologias, s.d.)

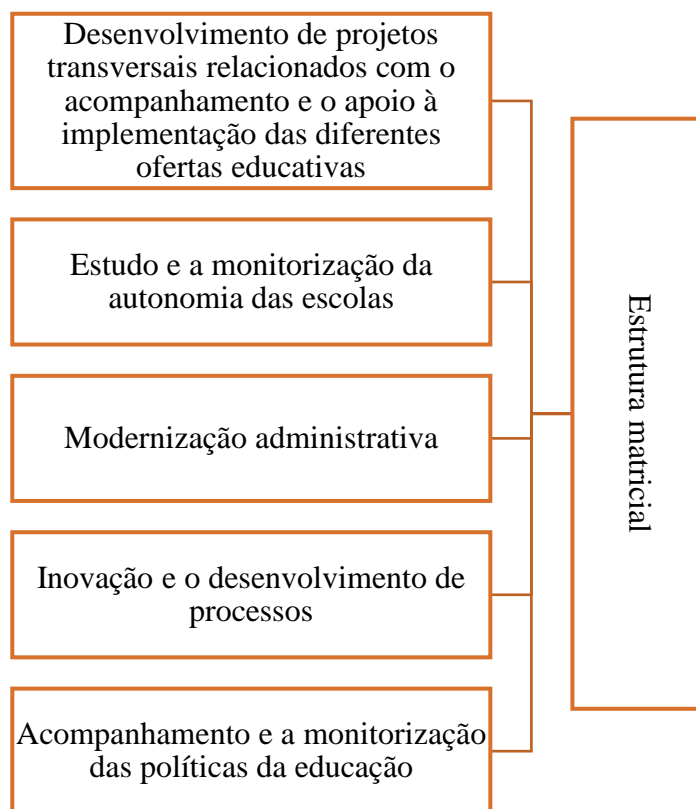
De acordo, com o Decreto-Lei n.º 266-F/2012 de 31 de dezembro, a estrutura interna da DGEstE segue um modelo estrutural misto, sendo hierarquizado e matricial.

Figura 2 - Estrutura Hierarquizada da DGEstE



Fonte: Autoria Própria

Figura 3 - Estrutura Matricial da DGEstE



Fonte: Autoria Própria

### 3.2. Missão, Valores e Visão

De acordo com o Plano de Atividades de 2021, DGEstE (2021), a DGEstE tem por missão assegurar a realização regional das medidas de administração, bem como a concretização das competências periféricas de acordo com as atribuições do Ministério da Educação, sem prejudicar as competências dos outros serviços centrais,

(...), assegurando a orientação, a coordenação e o acompanhamento das escolas, promovendo o desenvolvimento da respetiva autonomia, cabendo-lhe ainda a articulação com as autarquias locais, organizações públicas e privadas nos domínios de intervenção no sistema educativo, visando o aprofundamento das interações locais e o apoio ao desenvolvimento das boas práticas na atuação dos

agentes locais e regionais da educação, bem como assegurar o serviço jurídico-contencioso decorrente da prossecução da sua missão. (DGEstE, 2021, p. 5)

A DGEstE rege-se pelos valores da competência rigor, proximidade, transparência, isenção e empenho e, tem como visão “conhecer bem, responder melhor, apoiar sempre”.

### **3.3. Atribuições da DGEstE**

De acordo com as atribuições legais descritas no Decreto-Lei n.º 266-F/2012 de 31 de dezembro, pode-se afirmar que a DGEstE detém um papel fundamental na gestão educacional do nosso país.

Pois, compete-lhe garantir a concretização das políticas educativas definidas no âmbito do sistema educativo, de forma articulada pelas diferentes delimitações regionais; garantir o desenvolvimento da autonomia das escolas, monitorizando, orientando e apoiando a estrutura e funcionamento das escolas e, a administração dos respetivos recursos humanos e materiais; conceder apoio e esclarecimentos aos usuários do sistema educativo, particularmente aos alunos e encarregados de educação, às entidades e agentes locais; cooperar no planeamento da rede escolar e, determinar, coordenar e apoiar a requalificação, modernização e preservação da mesma e, garantir a execução da política nacional no âmbito das instalações e equipamentos escolares.

Segundo o Decreto-Lei, acima descrito, intervém, ainda, ao transmitir as diretrizes e informação técnica dos serviços do ME aos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas; ao selecionar as informações essenciais ao desenho e concretização das políticas educativas e de formação; ao monitorizar os procedimentos e as atividades produzidas no domínio do sistema educativo, no que diz respeito ao controlo da qualidade do ensino; ao colaborar com distintos serviços, organismos e entidades, com o intuito de executar ações conjuntas no âmbito da educação e formação profissional; ao fornecer apoio técnico aos municípios nas assistências que efetuem no parque escolar; ao proporcionar, gerir e monitorizar a precaução e assistência na área da segurança escolar e, garantir a atividade de vigia no espaço escolar, assegurando a cooperação fundamental com o Programa Escola Segura, desenvolvendo a formação de pessoal docente e não



docente na área da segurança escolar; e, garantir a assistência jurídica e contenciosa nas diferentes delimitações regionais, no domínio das atribuições da DGEstE, em conjunto com a Secretaria-Geral.

### **3.4. Stakeholders**

De acordo com o Plano de Atividades de 2021 da DGEstE (2021), as principais partes interessadas são:

- a) Governo/Tutela, uma vez que a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares é uma estrutura do Ministério da Educação;
- b) Estabelecimentos de Ensino, pois são o motivo da criação da DGEstE, que tem como função apoiar os mesmos;
- c) Autarquias Locais, uma vez que possuem a competência de gerir o ensino pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico, e através dos contratos de execução e interadministrativos podem alargar a sua competência aos 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário. Como, também, obtém financiamento por parte do Ministério da Educação, pelo que a DGEstE monitoriza e controla o mesmo.
- d) Direções-Gerais do Ministério da Educação, visto que a DGEstE acompanha e supervisiona nas escolas de cada delimitação regional, projetos e ações da competência das diversas Direções-Gerais do Ministério da Educação.
- e) POCH, pois é o programa de financiamento comunitário que garante as ofertas formativas e os programas vocacionados para a diminuição do abandono escolar e o combate do insucesso escolar;
- f) Tribunal de Contas, uma vez que valida o financiamento cedido pelo Ministério da Educação, de vários programas e projetos;
- g) Trabalhadores, visto que são essenciais no trabalho desenvolvido na DGEstE;
- h) Associações, pois são aliados fundamentais na implementação das medidas de política educativa.

### **3.5. Objetivos Estratégicos**

- a) Melhorar a imagem - com o intuito de simplificar a identificação da instituição e, conquistar reconhecimento nas diversas instituições do Ministério da Educação;
- b) Melhorar a forma e meios de comunicação - para facilitar o progresso da missão da DGEstE;
- c) Garantir a execução das políticas educativas - no sentido de assegurar a execução da sua missão e atribuições, através da realização, nas diversas delimitações regionais, de projetos e ações delineadas pelo Governo e pelas diversas Direções-Gerais do Ministério da Educação;
- d) Maximizar a coordenação regional - através da padronização de procedimentos e, promoção da relação entre as Direções de Serviços Regionais e os serviços centrais.
- e) Melhorar a qualidade de informação - no sentido de aprimorar o conhecimento retido sobre as diversas dimensões dos estabelecimentos de ensino, para facilitar a tomada de decisões.

### **3.6. Competências das Direções de Serviços Regionais**

Segundo a Portaria n.º 29/2013 de 29 de janeiro, que determina a estrutura nuclear da DGEstE e, de acordo especificamente com o artigo n.º 3, as competências das Direções de Serviços Regionais, em articulação com os serviços centrais, assentam em:

- a) Acompanhar, coordenar e apoiar a organização e o funcionamento dos estabelecimentos de ensino presentes na região da DSR;
- b) Promover e monitorizar processos de avaliação da organização escolar;
- c) Colaborar na recolha de informação pertinente relativamente à educação especial, de modo a regular e monitorizar as respostas educativas e de apoio educativo, em colaboração com a DGE;
- d) Acompanhar a promoção de medidas e orientações para a inclusão e o sucesso educativo dos alunos com necessidades educativas especiais na educação pré-escolar e escolar nas modalidades de educação especial nas diferentes tipologias de ensino, em articulação com a DGE;

- e) Assegurar a implementação a nível regional dos vários programas, projetos e atividades do desporto escolar, em colaboração com a DGE;
- f) Participar no planeamento da rede escolar da região da respetiva DSR, promovendo ações de planeamento e execução de ordenamento das redes dos diferentes níveis de ensino, incluindo as suas modalidades especiais e as de educação e formação de jovens e adultos;
- g) Apoiar os estabelecimentos educativos e as autarquias locais na manutenção dos contratos de execução celebrados segundo o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho;
- h) Assegurar a divulgação local das orientações dos serviços do Ministério da Educação e Ciência e da informação técnica aos estabelecimentos escolares;
- i) Prestar apoio técnico à manutenção do parque escolar;
- j) Apoiar o funcionamento das juntas médicas regionais;
- k) Analisar e elaborar pareceres dos Planos Diretores Municipais, do Plano de Pormenor, Avaliação Ambiental Estratégica, Carta Educativa, e das candidaturas elaboradas pelas autarquias;
- l) Acompanhar a requalificação, modernização e conservação da rede de escolas;
- m) Identificar as intervenções nas escolas;
- n) Vistoriar as instalações para a concessão de autorização de funcionamento das escolas e dos equipamentos das escolas públicas com oferta de ensino profissional, em colaboração com a DGE e a Direção-Geral de Administração Escolar;
- o) Promover o acompanhamento das escolas profissionais privadas e da execução dos contratos de apoio financeiros celebrados;
- p) Promover em colaboração com os estabelecimentos de ensino, os procedimentos essenciais e caso de acidente em serviço de docentes e não docentes;
- q) Propor a certificação do tempo de serviço do pessoal docente nos termos da lei;
- r) Assegurar o apoio jurídico e contencioso, em colaboração com a Secretaria-Geral;
- s) Cooperar com outros serviços, organismos e entidades, de forma a realizar ações conjuntas em matéria de educação.

### 3.7. Equipas da Direção de Serviços da Região Alentejo – DGEstE

- Secretariado;
- Unidade de Apoio ao Delegado;
- Unidade Jurídica;
- Unidade de Comunicação e Tecnologias;
- Unidade de Administração Geral;
- Unidade de Apoio ao Currículo, Avaliação e Oferta Educativa;
- Unidade de Inclusão e Sucesso Educativo;
- Unidade de Atividades e Projetos Escolares;
- Unidade de Planeamento e Gestão da Rede Escolar;
- Unidade das Instalações Escolares e equipamentos;
- Apoio à Gestão Escolar;
- Unidade de Ação Social Escolar;
- Unidade COVID-19.

Equipa Multidisciplinar  
de Apoio Pedagógico

Equipa Multidisciplinar de  
Apoio à Gestão

## **CAPÍTULO IV – ATIVIDADES REALIZADAS AO LONGO DO ESTÁGIO**

### **4.1. Atividades do mês de janeiro**

No primeiro dia de estágio, a estagiária foi recebida pela Chefe de Equipa, a Dra. Manuela Moio, em que lhe foi apresentada a instituição, bem como o gabinete em que se ia instalar. Ao longo deste dia, foi-lhe solicitado que fizesse a caracterização da DSR Alentejo - DGEstE, nomeadamente a sua natureza, missão, atribuições, organograma e estrutura interna. A estagiária, pesquisou alguns documentos sobre o tema em estudo, de forma a familiarizar-se com a problemática; fez a análise do Decreto-Lei n.º 266-F/2012 de 31 de dezembro que cria a DGEstE e do Plano de Atividades de 2021 da DGEstE, de modo a conhecer e analisar o modo de funcionamento da instituição de acolhimento.

No início do mês de janeiro, a estagiária realizou um esboço das tarefas a que se proponha desenvolver nesse mês, entregando-o à Delegada, a fim de não só obter o seu feedback como, também, aceitar sugestões de atividades (Esboço das atividades – 1).

Na segunda semana de estágio, foi apresentado à estagiária os Recursos Humanos e as Unidades da Direção de Serviços Regional do Alentejo, onde teve oportunidade de conhecer todos os membros das equipas pertencentes à DSR Alentejo – DGEstE. Não tendo sido possível mais cedo, pois devido à pandemia de COVID-19, encontravam-se em teletrabalho:

- Secretariado;
- Unidade de Apoio ao Delegado;
- Unidade Jurídica;
- Unidade de Comunicação e Tecnologias;
- Unidade de Administração Geral;
- Unidade de Apoio ao Currículo, Avaliação e Oferta Educativa;
- Unidade de Inclusão e Sucesso Educativo;
- Unidade de Atividades e Projetos Escolares;
- Unidade de Planeamento e Gestão da Rede Escolar;
- Unidade das Instalações Escolares e equipamentos;

- Apoio à Gestão Escolar;
- Unidade de Ação Social Escolar;
- Unidade COVID-19.

Ao longo do mês de janeiro, a estagiária familiarizou-se com a instituição, analisando documentos, conceitos e legislação sobre a mesma e sobre temáticas essenciais para a compreensão do trabalho desenvolvido na DGEstE:

- Plano estratégico da DGEstE: objetivos estratégicos; visão; valores; principais *stakeholders*;
- Portaria n.º 306/2021 de 17 de dezembro – Primeira alteração à Portaria n.º 181/2019 de 17 de dezembro;
- Portaria n.º 29/2013 de 29 de janeiro – Estrutura nuclear dos serviços que constituem a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho - Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens;
- Decreto-Lei n.º 70/2021 de 3 de agosto - Aprova o regime jurídico do ensino individual e do ensino doméstico;
- Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva;
- Lei n.º 46/86 de 14 de outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo.
- Despacho 6954/2019 de 6 de agosto - Estabelece as linhas orientadoras que presidem a um programa de intervenção junto de jovens que abandonaram o sistema educativo e em risco de exclusão social, denominado “Segunda Oportunidade”;
- Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho - Homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho - Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário;
- Texto “A Administração Local da Educação: da descentralização à territorialização das políticas educativas” de João Barroso, integrado no seminário: “Processos de Descentralização em Educação”, organizado pelo

Conselho Nacional de Educação, na Universidade de Aveiro a 18 de fevereiro de 2015, retirado do Conselho Nacional da Educação, maio de 2016;

- Conceito de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – TEIP;
- Conceito de Percursos Curriculares Alternativos – PCA;

De forma, a complementar a pesquisa realizada para compreender o modo de funcionamento da DSR Alentejo – DGEstE, a estagiária teve a oportunidade de realizar uma entrevista ao Comissário da Polícia de Segurança Pública, sobre a temática da monitorização das medidas COVID-19 nos agrupamentos de escolas, decretadas pelo Ministério da Educação (Entrevista A).

Ao longo deste mês, analisou, também, legislação e documentos sobre a temática da COVID-19, de modo a familiarizar-se com a problemática em estudo, bem como compreender o que foi feito e dito sobre esta pandemia que mudou radicalmente não só o país, mas, também, o mundo, obrigando-nos a adaptarmo-nos à nova realidade:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 – Aprova o Plano 21|23 Escola+, plano integrado para a recuperação das aprendizagens: enquadramento; princípios orientadores; objetivos estratégicos; estrutura do Plano;
- Leitura de dois capítulos do livro “Um Olhar Sociológico sobre a Crise COVID-19 em Livro”: “Desigualdades Sociais e Pandemia” de António Firmino Costa;
- “A Educação e a COVID-19: desigualdades, experiências e impactos de uma pandemia não anunciada” de Susana da Cruz Martins;
- Recomendação do Conselho Nacional da Educação sobre “A Escola nos pós-pandemia: desafios e estratégias” de junho de 2021;
- “Evolução da escola e das desigualdades sociais” do Capítulo I – Enquadramento Teórico da Dissertação de Mestrado intitulada “Políticas Educativas e Desigualdades Escolares: Um Estudo de Caso nas Escolas TEIP do Distrito de Castelo Branco” de Ricardo João Seragoila Romão, dezembro de 2019;
- Estudo Diagnóstico das Aprendizagens, Volume II – “O papel do contexto no desempenho dos alunos”, da autoria do IAVE, setembro de 2021;
- “Aprendizagens perdidas devido à pandemia: Uma proposta de recuperação” de Carvalho, B. P., Freitas, P., Herdade, M., Peralta, S. e Reis, A. B., de março de 2021;

- Enquadramento Teórico do Relatório Final de Mestrado intitulado: “A influência das Condições Socioeconómicas das Famílias na Aprendizagem dos/as Alunos/as – Estudo de Caso” de Andreia Alexandra da Silva Pinto, março de 2021;
- “O Ensino a distância (E@D): As perceções e a(s) palavra(s) dos professores”, da FENPROF, junho de 2021;
- Parte I – Educação Básica e Ensino Secundário, do estudo titulado “Efeitos da pandemia COVID-19 na educação: Desigualdades e medidas de equidade” de CNE e CIPES, de outubro de 2021;
- “Políticas educativas em tempos de COVID em Portugal: que relação com a igualdade, equidade e inclusão em educação?” de Ana Rita Ferreira e Daniela Gonçalves, presente na Revista Galega de Educación, junho de 2020;
- “Roteiro - 8 Princípios Orientadores para a Implementação do Ensino a Distância (E@D) nas Escolas”, do Ministério da Educação;
- Despacho n.º 8553-A/2020 de 4 de setembro: Prevê a possibilidade de aplicação de medidas de apoio educativas aos alunos que, de acordo com as orientações da autoridade de saúde, devam ser considerados doentes de risco e que se encontrem impossibilitados de assistir às atividades letivas e formativas presenciais em contexto de grupo ou turma;
- Resolução Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de julho – Estabelece medidas excecionais e temporárias para a organização do ano letivo 2020/2021, no âmbito da pandemia da doença COVID-19;
- Orientações para a Recuperação e Consolidação das Aprendizagens ao longo do ano letivo de 2020 / 2021, Ministério da Educação de 3 de julho 2020;
- Orientações sanitárias conjuntas da DGEstE, da DGS e da DGE;
- Referencial Escolas – Controlo da transmissão de COVID-19 em contexto escolar ano letivo 2020/2021;
- Análise do conceito e objetivos de um Plano de Atuação para a recuperação/consolidação das aprendizagens, integrado nas Orientações para a Recuperação e Consolidação das Aprendizagens ao longo do ano letivo de 2020/2021, Ministério da Educação;
- Referencial Escolas – Controlo da transmissão de COVID-19 em contexto escolar ano letivo 2021/2022;



- Orientação conjunta DGEstE e DGS – Campanha de Rastreamento com Testes Laboratoriais para SARS-COV-2 na Comunidade Escolar;
- Despacho n.º 1689-A/2021 – Altera o calendário de funcionamento das atividades educativas e letivas dos estabelecimentos de ensino e o calendário das provas e exames, aprovados pelo Despacho n.º 6906-B/2020, de 2 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 128, 2.º suplemento, de 3 de julho de 2020;
- Despacho n.º 3427-B/2020 de 18 de março – Suspensão das atividades letivas e não letivas e formativas presenciais no âmbito da COVID-19;
- Despacho n.º 5013/2020 de 27 de abril – Prorrogação da suspensão das atividades letivas e não letivas e formativas presenciais no âmbito da COVID-19, passando a ter nova redação o n.º 3 do Despacho n.º 3427-B/2020 de 18 de março.

Visionou *Webinars*, disponíveis no canal de Youtube da DGEstE, que se centram nas boas práticas realizadas pelas escolas de forma a combater as desigualdades e dificuldades acentuadas pela COVID-19, integradas no Plano 21|23 Escola+:

- *Webinar* das 2.ª Jornadas do Plano de Recuperação das Aprendizagens (Plano 21|23 Escola+), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho;
- Análise do Plano 21|23 Escola+, através da conferência disponível no canal de *Youtube* da República Portuguesa;
- *Webinar* do Tema 9: “A participação dos alunos na recuperação das aprendizagens” da 1ª Jornada - Plano 21|23 Escola+;
- *Webinar* do Tema “Aprender Integrando” da 1ª Jornada – Plano 21|23 Escola+ / Eixo Ensinar e Aprender;
- *Webinar* “Os órgãos de poder local importância da proximidade às comunidades locais”, no âmbito da Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania (ENEC), a Direção-Geral da Educação (DGE);
- *Webinar* do Tema 7: “Acompanhamento regular da implementação e operacionalização do PRA”, integrado nas 2.ª Jornadas do Plano de Recuperação das Aprendizagens (Plano 21|23 Escola+), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho;
- *Webinar* do Tema 4: “Trilhar Novos Caminhos no Ensino Profissional com a Recuperação das Aprendizagens”, integrado nas 2.ª Jornadas do Plano de

Recuperação das Aprendizagens (Plano 21|23 Escola+), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho;

- *Webinar* “Turmas dinâmicas (Plano 21|23 Escola+ / Eixo Ensinar e Aprender)”, integrado nas 2.ª Jornadas do Plano de Recuperação das Aprendizagens (Plano 21|23 Escola+), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho;
- *Webinar* “Avançar recuperando (Plano 21|23 Escola+ / Eixo Ensinar e Aprender)” integrado no ciclo de *Webinaries* e Partilha e Práticas do Plano de Recuperação das Aprendizagens (Plano 21|23 Escola+), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho;
- *Webinar* “Constituição de equipas educativas (Plano 21|23 Escola+ / Eixo Ensinar e Aprender)”, integrado no ciclo de *Webinaries* e Partilha e Práticas do Plano de Recuperação das Aprendizagens (Plano 21|23 Escola+), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho.

Ao longo deste mês, foi, ainda, solicitado à estagiária pela Delegada Regional, Dra. Maria João Charrua, que analisasse algumas notícias e artigos de comunicação social sobre a COVID-19, a fim de, compreender o que foi dito ao longo da pandemia sobre a educação:

- “Escolas públicas não garantem aulas online a todos os alunos isolados”, Público de 25-1-2022;
- “Impacto da pandemia: 58% dos encarregados de educação duvidam que alunos recuperem aprendizagens”, Sic Notícias de 18-1-2022;
- “Pandemia ameaça deixar cicatrizes nas crianças e jovens durante décadas”, Público de 18-1-2022;
- “Pós-pandemia é oportunidade para construir melhores sistemas educativos”, Observador de 24-11-2021;
- “Pandemia aumentou ansiedade e risco de abandono escolar”, Jornal de Notícias de 23-11-2021;
- “Pandemia é tempo de reinventar o ensino? Modelos de educação mais flexíveis sairão a ganhar”, TSF de 10-9-2020;
- “Covid-19 teve impacto negativo na educação de 70% dos jovens”, Diário de Notícias de 11-8-2020;

- “Estado da Nação. Pandemia afetou aproveitamento escolar”, RTP de 24-7- 2020.

No dia 18 de janeiro, a estagiária participou numa reunião na Câmara Municipal de Évora, sobre a temática da transferência de competências para os órgãos municipais, no domínio da educação. Onde esteve presente a Sr.ª Delegada Regional da DSR Alentejo – DGEstE, o Sr. Vereador da Educação, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora e os Srs. Diretores dos Agrupamentos de Escolas. A reunião teve o intuito de esclarecimento de dúvidas sobre as áreas que foram transferidas para a Câmara Municipal, bem como seria o seu funcionamento dali para a frente.

No dia 21 de janeiro, a estagiária teve a oportunidade de participar, no auditório da DSR Alentejo – DGEstE, numa reunião com a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, em que teve como tema o “Sistema de Antecipação de necessidades de qualificações para o Alentejo Central”, em que através de um diagnóstico regional e de um mapa de relevâncias, pode-se analisar quais os cursos profissionais necessários para cada município do Alentejo Central, tendo em conta as suas necessidades.

#### **4.2. Atividades do mês de fevereiro**

No início do mês de fevereiro, a estagiária realizou um esboço das tarefas a que se proponha desenvolver nesse mês, entregando-o à Delegada, a fim de não só obter o seu feedback como, também, aceitar sugestões de atividades (Esboço das atividades - 2).

Ao longo do mês de fevereiro, analisou diversos documentos e legislação referentes à COVID-19, no domínio da educação, com o objetivo de servir de base para o seu estudo:

- Despacho n.º 8553-A/2020 de 4 de setembro – Prevê a possibilidade de aplicação de medidas de apoio educativas aos alunos que, de acordo com as orientações da autoridade de saúde, devam ser considerados doentes de risco e que se encontrem impossibilitados de assistir às atividades letivas e formativas presenciais em contexto de grupo ou turma;
- Deliberação n.º 691-A/2021 de 5 de julho – Estabelece regras quanto à utilização de exames finais nacionais do ensino secundário, realizados na 2.ª fase de exames do ano letivo 2020-2021, na candidatura ao ensino superior de 2021-2022;

- Resolução da Assembleia da República n.º 108/2021 de 1 de abril – Recomenda ao Governo que garanta condições para o ensino misto e não presencial, utilizando recursos do plano para a transição digital;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020 de 13 de março – Estabelece medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19;
- Decreto-Lei n.º 22-D/2021 de 22 de março – Estabelece medidas excepcionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 na área da educação;
- Decreto-Lei n.º 8-B/2021 de 22 de janeiro – Estabelece um conjunto de medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais;
- Despacho n.º 12661/2020 de 31 de dezembro – Cria o Grupo de Projeto para o #EstudoEmCasa e designa para o cargo de coordenadora do mesmo a Doutora Cláudia Maria Canha Nunes Johnen Torres;
- Despacho n.º 1689-A/2021 de 12 de fevereiro – Altera o calendário de funcionamento das atividades educativas e letivas dos estabelecimentos de ensino e o calendário das provas e exames, aprovados pelo Despacho n.º 6906- B/2020, de 2 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 128, 2.º suplemento, de 3 de julho de 2020;
- Decreto-Lei n.º 10-B/2021 de 4 de fevereiro – Estabelece medidas excepcionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID- 19, para 2021;
- Portaria n.º 25-A/2021 de 29 de janeiro – Estabelece os serviços relevantes para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais;
- Decreto n.º 3-B/2021 de 19 de janeiro – Altera a regulamentação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República;
- Decreto n.º 3-A/2021 de 14 de janeiro – Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República;
- Portaria n.º 97/2020 de 19 de abril – Altera a Portaria n.º 82/2020, de 29 de março, que estabelece os serviços essenciais para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais;

- Contributos para a Implementação do Ensino a Distância (E@D) nas Escolas, de 3 de fevereiro de 2021;
- 9 Princípios Orientadores para Acompanhamento dos alunos que recorrem ao #EstudoEmCasa (2020/2021) de 08/04/2020;
- Orientações para o trabalho das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva na modalidade E@D de 04/02/2021;
- Um roteiro para orientar a resposta educativa à Pandemia da COVID-19 de 2020 de 30 de março de Fernando M. Reimers e Andreas Schleicher;
- Prevenção do Abandono Escolar – Recomendações para Profissionais (Administradores Escolares, Psicólogos e Professores), de 24 de junho de 2020 da Ordem dos Psicólogos;
- Contributos para apoio e acompanhamento a distância, na Educação Pré-Escolar, de 15 de fevereiro de 2021;
- Contributos para a Educação pós-COVID-19: A memória, o conhecimento, o futuro do Conselho Nacional de Educação;
- “O CRI vai a casa” de 4 de maio de 2020;
- Orientações para utilização de tecnologias de suporte ao ensino à distância, de 18 de abril de 2020, da Comissão Nacional de Proteção de Dados;
- Recomendação n.º 2/2021 de 14 de julho do Conselho Nacional de Educação – “A voz das crianças e dos jovens na educação escolar”;
- “Educação em tempo de Pandemia: “travar o acelerador de desigualdades”: reflexões a partir de Portugal.” de Isabel Margarida Duarte de junho de 2021;
- “Repensar o sistema educativo, promover percursos de sucesso: posição da FENPROF sobre o Plano 21|23 Escola+, de FENPROF de 16 de junho de 2021;
- “As escolas fecharam, a educação não ficou suspensa”, de Costa J.;
- “Educação em tempos de COVID-19: o acesso condicionado à aprendizagem. Um estudo exploratório numa escola em Portugal”, Fraga N. et al.

A estagiária, analisou, também, alguns Planos de Ensino à Distância desenvolvidos pelos agrupamentos, no âmbito das orientações provenientes das DGE, DGEstE e ANQEP, de modo a compreender e analisar uma das ferramentas utilizadas para prevenir o abandono escolar, fortalecer a aprendizagem e combater as desigualdades sociais:

- Agrupamento de Escolas André de Gouveia;

- Agrupamento de Escolas Gabriel de Pereira;
- Agrupamento de Escolas de Sousel.

No mês de fevereiro, a estagiária, de modo a dar continuidade ao seu trabalho desenvolvido no mês precedente, visionou um *Webinar*, integrado no Plano de Recuperação das Aprendizagens, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho:

- *Webinar* “Começar um Ciclo (Plano 21|23 Escola+ / Eixo Ensinar e Aprender)”, integrado no ciclo de *Webinars* e Partilha e Práticas do Plano de Recuperação das Aprendizagens (Plano 21|23 Escola+), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho.

Neste mês, a estagiária escolheu os municípios da região Alentejo a entrevistar, em conjunto, com a Dra. Maria João Charrua, das diferentes sub-regiões do Alentejo, de forma a obter representatividade das mesmas e, decidiu realizar entrevistas semiestruturadas, pois, ainda que tivesse um guião pré-estabelecido, existia a possibilidade em o decorrer da entrevista ir perguntando outras questões que fossem pertinentes, mediante o assunto a ser discutido. Após esta fase da escolha dos municípios, e da toma da decisão sobre o tipo de entrevista a realizar, elaborou os guiões das entrevistas semiestruturadas dos municípios escolhidos, que tinham sido Évora, Elvas, Odemira e Beja (Guião A, Guião B, Guião C, Guião D).

Por último, a estagiária iniciou a fase de envio de emails aos Presidentes das Câmaras Municipais de Évora, Elvas, Odemira e Beja, a solicitar uma reunião para realizar as entrevistas sobre a temática das desigualdades acentuadas pela COVID-19 no domínio da educação.

Ainda, ao longo deste mês, a Dra. Maria João Charrua solicitou à estagiária análise, legislação, documentos e artigos de comunicação social sobre a temática da descentralização de competências e transferência das mesmas no domínio da educação para as autarquias e comunidades intermunicipais e conceitos, aí inerentes, não só porque se torna fundamental para compreender o trabalho desenvolvido na instituição de acolhimento como, também, é essencial o estudo do tema do respetivo relatório:

- Recomendação n.º 1/2019 de 30 de janeiro do Conselho Nacional de Educação – Transferência de competências para as autarquias locais e entidade

intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional;

- Decreto-Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais;
- Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação;
- Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho - Quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação;
- Decreto-Lei n.º 30/2015 de 12 de fevereiro - Regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais;
- Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril - Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Documento Orientador Descentralização Aprofundar a Democracia Local, Governo;
- “Descentralização – Poder local”, Divisão de Informação Legislativas e Parlamentar, de junho de 2017;
- Conceito de Projeto Educativo Local;
- Projeto Educativo Local de Évora (análise).

Artigos de comunicação social:

- “Descentralização: em que ponto estamos?”, Público de 14-02-2022;
- “Apenas 28% dos municípios aceitaram competências na Saúde e 42% na Educação”, Público de 08/02/2022;
- “Apenas 98 municípios com competências na Educação e 20 na Saúde até fim de junho”, Observador de 19/11/2021.

A estagiária, solicitado pela Dra. Maria João Charrua, apoiou na elaboração de um ofício sobre a prática das aulas práticas em Educação Física em regime presencial, a entregar a um Agrupamento de Escolas, em conjunto com a Dra. Maria João Ciríaco, integrante da Unidade COVID-19, em que modo a prestar apoio de forma mais correta, a estagiária analisou o documento “Orientações para a realização em regime presencial das aulas práticas em Educação Física” da Direção-Geral da Educação.

Outra atividade desenvolvida pela estagiária, foi a análise de artigos de comunicação social sobre o Plano de Recuperação das Aprendizagens – Plano 21|23 Escola+, no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2021 de 7 de julho, solicitado pela Dra. Maria João Charrua, com o intuito de analisar o que foi dito pela comunicação social sobre esta temática:

- “Governo aprova Plano para a Recuperação das Aprendizagens”, Diário de Notícias de 17/06/2021;
- “Bons exemplos de escolas inspiram plano para travar insucesso”, Jornal de Notícias de 16/09/2021;
- “Mais de um milhão de alunos nas escolas com plano para recuperação de aprendizagens”, Observador de 14/09/2021.

E, ainda, a análise de alguns exemplos de Planos de Recuperação das Aprendizagens, no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2021 de 7 de julho, desenvolvidos pelos Agrupamentos de Escolas dotados com a autonomia que lhes foi concedida:

- Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches – Penamacor;
- Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo;
- Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa – Faro.

Visionou, também, a apresentação da plataforma “EstudoEmCasa Apoia”: recursos educativos na web para estudo autónomo, integrado no Projeto “EstudoEmCasa Apoia” do Plano de Recuperação das Aprendizagens 21|23 Escola+.

No dia 21 de fevereiro, a estagiária iniciou a fase da aplicação das entrevistas, em que reuniu presencialmente com um elemento da Câmara Municipal de Évora, onde aplicou uma entrevista sobre a temática das desigualdades acentuadas pela COVID-19 no domínio da educação (Entrevista B).

No dia 24 de fevereiro, a estagiária reuniu, on-line via *ZOOM*, com um elemento da Câmara Municipal de Elvas, em que aplicou a sua entrevista sobre a temática das desigualdades acentuadas pela COVID-19, no domínio da educação (Entrevista C).

E, participou numa formação que decorreu no auditório da DSR Alentejo – DGEstE, sobre o Projeto/Plataforma DGEstE Digital, em que foi apresentada a nova plataforma digital da instituição que ia entrar em vigor, com o intuito de substituir as diversas



plataformas existentes e substituir alguns procedimentos que eram desenvolvidos em formato papel. Esta plataforma, é uma plataforma digital unificada, de maneira que toda a informação estivesse disponível e organizada num único sítio. Esta plataforma, vai ao encontro com o objetivo da transição digital prevista no plano do atual Governo.

Por último, no mês de fevereiro, a estagiária elaborou e enviou à Delegada Regional da DSR Alentejo – DGEstE, Dra. Maria João Charrua, o esboço das atividades pretendidas a realizar no mês de março (Esboço das atividades - 3).

### **4.3. Atividades do mês de março**

No início do mês de março, a estagiária em conjunto com a Dra. Maria João Charrua selecionou os Agrupamentos de Escolas a entrevistar, de modo a obter representatividade das cinco sub-regiões do Alentejo. Sendo que, selecionaram Agrupamentos de Escolas de 4 das 5 sub-regiões do Alentejo. Após esta seleção, a estagiária iniciou a fase de envio de emails aos Diretores dos Agrupamentos de Escolas a solicitar uma reunião sobre a temática das desigualdades acentuadas pela COVID-19 no domínio da educação : do Agrupamento de Escolas n.º 2 de Serpa, Agrupamento de Escolas de Arronches, Agrupamento de Escolas de Gavião, Agrupamento de Escolas de Barrancos, Agrupamento de Escolas da Amareleja, Agrupamento de Escolas de Gabriel de Pereira de Évora, Agrupamento de Escolas Ferreira Patrício de Évora, do Agrupamento de Escolas de Sines, Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém e Agrupamento de Escolas José Régio.

Após o envio dos emails e a obtenção de uma resposta positiva por parte dos Agrupamentos de Escolas, a estagiária iniciou a fase da elaboração dos guiões das entrevistas semiestruturadas a aplicar aos mesmos (Guião E, Guião F, Guião G, Guião H, Guião I, Guião J, Guião K, Guião L, Guião M, Guião N).

Ao longo do mês de março, a estagiária analisou algumas das diversas ações específicas integradas no Plano 21|23 Escola+, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 de 7 de julho:

- “Roteiro – Família Mais Perto” do eixo Ensinar e Aprender/domínio 1.4. +Família;

- “Roteiro – Avançar recuperando” do eixo Ensinar e Aprender/domínio 1.2. +Autonomia Curricular;
- “Roteiro – Recuperar Incluindo com a Aprendizagem Cooperativa” do eixo Ensinar e Aprender/domínio 1.3. +Recursos Educativos;
- “Roteiro – Começar um ciclo” do eixo Ensinar e Aprender/domínio 1.2. +Autonomia Curricular;
- “Roteiro – Voz dos Alunos” do eixo Ensinar e Aprender/domínio 1.3. +Recursos Educativos;
- “Roteiro – Inclusão mais apoiada” do eixo Ensinar e Aprender/domínio 1.6. +Inclusão e Bem-Estar;
- “Roteiro – Apoio Tutorial Específico” do eixo Ensinar e Aprender/domínio 1.6. +Inclusão e Bem-Estar;
- “Roteiros de organização de turmas dinâmicas” do eixo Ensinar e Aprender/domínio 1.2. +Autonomia Curricular.
- “Roteiro – Gestão do ciclo” do eixo Ensinar e Aprender/domínio 1.2. +Autonomia Curricular;
- “Roteiro – Semestralização do calendário escolar” do eixo Ensinar e Aprender/domínio 1.2. +Autonomia Curricular;
- “Roteiro – Orientar” do eixo Apoiar as Comunidades Educativas/domínio 2.3. +Ensino Profissional;
- “Roteiro – Oficinas de Escrita” do eixo Ensinar e Aprender/domínio 1.1. +Leitura e Escrita;
- “TEIP 4” do eixo Ensinar e Aprender/domínio 1.7. +Território;

Como, também, alguns dos programas e projetos em desenvolvimento para a recuperação das aprendizagens e das competências sociais e emocionais:

- Programa Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva - EMAEI, no âmbito do Plano 21|23 Escola +;
- Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, no âmbito do Plano 21|23 Escola+;
- Projeto “#EstudoEmCasa Apoiá”, no âmbito do Plano 21|23 Escola +;
- Projeto Escolas Unbuntu;
- Programa “Academia Digital para Pais”;

- Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.

Neste mês, também, foram analisadas as metodologias de ensino “TurmaMais” e “Fénix”, integradas nas Medidas de Promoção do Sucesso Educativo do Ministério da Educação, ambas são metodologias que assentam na promoção do sucesso educativo e na diminuição da taxa de abandono escolar. Ainda, tendo em conta, o objetivo da promoção do sucesso escolar, a estagiária analisou o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – TEIP e do Despacho Normativo n.º 20/2012, que visa estabelecer condições para a promoção do sucesso educativo de todos os alunos e, em particular das crianças e jovens que se encontram em territórios marcados pela pobreza e exclusão social.

No dia 4 de março, a estagiária reuniu, online via *Meet Google*, com elemento da Direção do Agrupamento de Escolas de Sines, onde aplicou a sua entrevista sobre as desigualdades e dificuldades sentidas pelo AE durante a pandemia de COVID-19, em que pode conhecer o respetivo AE e compreender como estavam a trabalhar para mitigar essas desigualdades (Entrevista F).

No dia 7 de março, decorreu a reunião, online via *Meet Google*, com o Agrupamento de Escolas da Amareleja, em que a estagiária entrevistou um elemento da direção, tal como na entrevista aplicada anteriormente, a estagiária perguntou sobre as dificuldades com o AE sentiu durante a pandemia de COVID-19 e como as ultrapassou, as desigualdades que notaram que ficaram acentuadas e, no que estão a trabalhar neste momento para combater as desigualdades (Entrevista G). No âmbito da entrevista, a estagiária analisou o Programa EPIS, sendo este programa uma das medidas que o AE integrou no seu Plano de Recuperação das Aprendizagens, pois o EPIS é um programa que fomenta o sucesso escolar, tendo medidas específicas direcionadas para o 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo.

No dia 8 de março, a estagiária aplicou a sua entrevista ao Agrupamento de Escolas de Barrancos, através de um reunião online via *Meet Google*, sobre a temática da COVID-19 na educação, respetivamente sobre as dificuldades sentidas, desigualdades que ficaram acentuadas e como estão a trabalhar para recuperar as aprendizagens afetadas (Entrevista H).

No dia 10 de março, a estagiária reuniu, online via *Meet Google*, com a Câmara Municipal de Odemira, em que aplicou a sua entrevista semiestruturada sobre a temática

da COVID-19 no domínio da educação, respetivamente apoios facultados à comunidade educativa, dificuldades sentidas e como as ultrapassaram, e sobre os projetos educativos (Entrevista D).

No dia 16 de março, decorreu a reunião, online via *Meet Google*, com um elemento da direção do Agrupamento de Escolas de Gavião, em que a estagiária aplicou a sua entrevista sobre as dificuldades que o AE sentiu durante a pandemia, desigualdades sentidas que se acentuaram devido à pandemia de COVID-19 e projetos e medidas em desenvolvimento para recuperação das aprendizagens (Entrevista I).

No dia 17 de março, a estagiária aplicou a sua entrevista a um elemento da direção do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, através de um reunião presencial, sobre as dificuldades que o AE sentiu com a pandemia de COVID-19, apoios facultados aos alunos, desigualdades sentidas e medidas em desenvolvimento para recuperação das aprendizagens (Entrevista J).

No dia 21 de março, decorreu a reunião com Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, online via *Meet Google*, em que a estagiária aplicou a sua entrevista semiestruturada sobre a temática da COVID-19 na educação (Entrevista K). E, ainda nesse dia, a estagiária aplicou a sua entrevista ao Agrupamento de Escolas n.º 2 de Serpa, através de uma reunião online via *Meet Google*, com o objetivo de compreender as dificuldades sentidas pelo AE, desigualdades sentidas que se acentuaram devido ao COVID-19 e medidas para recuperação das aprendizagens (Entrevista L).

No dia 25 de março, a estagiária reuniu com o Agrupamento de Escolas José Régio, online via *Meet Google*, em que aplicou a sua entrevista semiestruturada, a um elemento da direção, sobre as dificuldades que o AE sentiu com a pandemia de COVID-19, apoios facultados aos alunos, desigualdades sentidas e medidas em desenvolvimento para recuperação das aprendizagens (Entrevista M).

No dia 31 de março, decorreu a reunião com o Agrupamento de Escolas de Arronches, online via *Meet Google*, em que a estagiária aplicou a sua entrevista semiestruturada, a um elemento da direção, com o objetivo de compreender as dificuldades sentidas pelo AE, desigualdades sentidas que se acentuaram devido ao COVID-19 e medidas para recuperação das aprendizagens (Entrevista N).

Por último, no mês de março, a estagiária elaborou e enviou à Delegada Regional da DSR Alentejo – DGEstE, Dra. Maria João Charrua, o esboço das atividades pretendidas a realizar no mês de abril (Esboço das atividades - 4).

#### **4.4. Atividades do mês de abril**

Ao longo do mês de abril, a estagiária analisou os Projetos PEBI (Programa Escolas Bilingues) que é um programa que fomenta a familiarização com a língua inglesa desde o pré-escolar; Eco-Escolas que é um projeto direcionado para a educação ambiental, em que as escolas têm que realizar vários desafios até conseguirem obter um galardão e, Assistentes de Francês, este projeto proporciona às escolas, através de mobilidade, receberem um assistente de francês para acompanharem os docentes desta área e realizarem atividades de modo a dar a conhecer a sua cultura. Estas atividades foram solicitadas pela Dra. Maria João Charrua, de modo a estagiária familiarizar-se com os mesmos, pois uma das competências da DGEstE é realizar o acompanhamento destes Projetos nas escolas. Após a análise dos projetos, a estagiária teve a oportunidade de acompanhar um elemento da Unidade de Atividades e Projetos Escolares, a Dra. Vicência no telefonema às escolas que se candidataram aos projetos, compreendeu como era feita a candidatura aos projetos e analisou algumas destas, analisou como era feita a avaliação das escolas para continuarem a integrar os projetos e visualizou alguns vídeos de avaliação, que devido à pandemia foram online.

No dia 3 de abril, a estagiária familiarizou-se com o Projeto do Parlamento dos Jovens, com a Dra. Maria Mário Murteira, de modo apoiar nas tarefas de organização e participasse no mesmo, que iria decorrer nos dias 4 e 5 de abril no auditório da DSR Alentejo – DGEstE. Este Projeto, é desenvolvido pela Assembleia da República e tem como objetivo promover a participação no trabalho democrático entre os alunos do Ensino Básico e Secundário. Este programa está dividido em três fases, a Sessão Escolar em que se aprova o Projeto de Recomendação da escola sobre o tema a debater; a Sessão Distrital, em que se aprova os Projetos de Recomendação a levar à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens, sendo esta a terceira fase, em que os deputados (alunos) representantes de cada distrito, aprovam a Recomendação Final sobre o tema da respetiva edição do Projeto.

A estagiária analisou o Regimento do Projeto do Parlamento dos Jovens e a Dra. Maria Mário Mureira explicou-lhe no que se baseava o Projeto e as suas fases. Na tarde desse dia, a estagiária apoiou na organização do auditório, em que distribuiu as escolas por ordem alfabética nas cadeiras e colou *posters* do programa que iria decorrer ao longo o auditório.

Nos dias 4 e 5 de abril, decorreu, no auditório da instituição de acolhimento do estágio, as Sessões Distritais do ensino básico e ensino secundário que tinham como tema as “*Fake News*” do Projeto Parlamento do Jovens, em que a estagiária participou. No dia 4 de abril, esteve presente duas representantes da Assembleia da República, a Dra. Maria Mário Murteira como representante da Delegada Regional da Educação do Alentejo e o Sr. Vereador da Educação da Câmara Municipal de Évora. Na parte da manhã, realizou-se a apresentação dos Deputados de cada escola do Distrito, apresentou-se os Projetos de Recomendação de cada escola e por fim existiu um debate para esclarecimento de dúvidas sobre os Projetos. Na parte da tarde, aprovou-se o Projeto de Recomendação a levar à Sessão nacional, fez-se a eleição dos deputados e porta da voz para representar o Distrito na Sessão Nacional e votou-se num tema a propor à Assembleia da República para debate na edição de 2023. No dia 5 de abril, decorreu a Sessão do ensino secundário, que correu de igual modo à do ensino básico, com a exceção de que estiveram presentes o Sr. Presidente do IPDJ e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, em que os alunos no início da Sessão tiveram a oportunidade de colocar questões à mesma.

No dia 13 de abril, a estagiária reuniu, online via *Meet Google*, com a Câmara Municipal de Beja, em que aplicou a sua entrevista semiestruturada sobre a temática da COVID-19 no domínio da educação, respetivamente apoios facultados à comunidade educativa, dificuldades sentidas e como as ultrapassaram e, sobre os projetos educativos (Entrevista E).

No mês de abril, a estagiária, também, visualizou um *Webinar* e analisou um documento sobre a educação e as políticas educativas, com o objetivo de auxiliarem o tema em estudo:

- Visualização do *Webinar* “Recuperar... o quê? E como?” do Conselho Nacional de Educação;
- Análise do Capítulo I – “Sentidos Evolutivos das Políticas Educativas em Portugal: Tendências Dominantes”, de MRM Faria de 2011.

Outra das atividades que a estagiária desenvolveu foi a análise de alguns de documentos relativamente ao acolhimento de crianças e jovens refugiados da Ucrânia, esta atividade foi solicitada pela Dra. Maria João em conjunto com a Chefe de Equipa, Dra. Manuela Moio, pois consideraram importante acompanhar e compreender o que é feito quando acontece algo inesperado como a Guerra entre a Ucrânia e a Rússia, tal como aconteceu com a pandemia de COVID-19:

- “Integração de Crianças Refugiadas na Educação Pré-Escolar”, DGE;
- “Orientações para o Acolhimento, a Integração e a Inclusão de Crianças e Jovens Ucranianos”, DGE.

No dia 19 de abril, a estagiária participou numa reunião no auditório da DSR Alentejo – DGEstE com a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral sobre a temática da Rede de Ensino Profissional da CIMAL. Nesta reunião estiveram presentes as Escolas do Alentejo Litoral, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, CIMAL, o Sr. ° Vereador da Educação da Câmara Municipal de Grândola e o Sr. ° Vereador da Educação da Câmara Municipal de Odemira. Esta reunião teve como objetivo, apresentar e discutir a proposta de Rede de Ensino Profissional do ano letivo 2022/2023, tendo em conta as necessidades do território.

No dia 26 de abril, a estagiária participou numa reunião no auditório da DSR Alentejo - DGEstE, com o Sr. ° Ministro da Educação, Dr. João Costa, sobre a apresentação do Programa do Governo e do Plano de Recuperação e Resiliência. Esta reunião tinha como público-alvo os diretores dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas, estiveram presentes o Sr. ° Ministro da Educação; o Sr. ° Secretário de Estado da Educação; o Sr. ° Diretor-Geral da DGEstE; o Sr. ° Vice-Presidente da Câmara de Évora; a Sr. ° Delegada Regional da Educação do Alentejo e o Sr. ° Delegado Regional da Educação do Algarve.

Nesta reunião foram discutidas as prioridades do Governo relativamente à educação, integradas no atual Programa do Governo. Relativamente à monitorização do Plano 21|23 Escola+, tendo como prioridade o combate às desigualdades através da educação:

- Consolidando apoios tutoriais, sendo a medida do Apoio Tutorial Específico uma das que teve maior sucesso na recuperação das aprendizagens;
- Reforçando as Políticas de Ação Social;
- Renovando o Programa TEIP;

- Monitorizando o atual Plano de Recuperação das Aprendizagens;
- Aferindo as dificuldades e sucessos obtidos;
- Planeando o ano letivo 22/23.

Uma segunda prioridade do Governo no domínio da educação, é continuar a Transição Digital nas formas de ensinar e aprender, com recurso a equipamentos e recursos pedagógicos no âmbito digital, ou seja, promover para que a escola presencial seja ao mesmo tempo digital. A terceira e última prioridade apresentada pelo Sr. ° Ministro da Educação, foi garantir à escola publica os professores necessários.

Por fim, foi feita a auscultação aos diretores dos AE e ANE, a fim de apurar dúvidas sentidas, críticas e opiniões sobre a apresentação desenvolvida.

Por último, no mês de abril, a estagiária elaborou e enviou à Delegada Regional da DSR Alentejo – DGEstE, Dra. Maria João Charrua, o esboço das atividades pretendidas a realizar no mês de maio.

#### **4.5. Atividades do mês de maio**

No início do mês de maio, a estagiária enviou emails aos Diretores dos AE Manuel Ferreira Patrício, AE André de Gouveia, AE Severim de Faria e AE Gabriel de Pereira, a solicitar a possibilidade de observação de algumas aulas, especificamente de português do 2º ano, 5º/6º anos e 7º ano, com o objetivo de analisar as ações em desenvolvimento para recuperação das aprendizagens, como, também, falar informalmente com os professores responsáveis sobre o que foi feito no início do ano letivo para recuperar as aprendizagens.

Após esta fase de envio de emails, a estagiária reuniu com as coordenadoras do 1º ciclo, 2º e 3º ciclo do AE Manuel Ferreira Patrício, a fim de explicar o que era pretendido como, também, escolher as turmas a observar e os horários em que pretendia fazê-lo. Após resposta do AE Gabriel de Pereira, a estagiária entrou em contacto com as professoras que lhe foram indicadas, de modo a agilizar os procedimentos para observação das atividades de recuperação das aprendizagens, ou seja, explicar o que pretendia realizar e combinar os horários para a observação. E, após resposta do AE



Severim de Faria, a estagiária entrou em contacto com uma professora do 2º ano para agilizar os procedimentos para observação das atividades de recuperação das aprendizagens.

No dia 5 de maio, a estagiária aplicou a sua entrevista a um elemento da direção do Agrupamento de Escolas Gabriel de Pereira, através de uma reunião presencial, sobre as dificuldades que o AE sentiu com a pandemia de COVID-19, apoios facultados aos alunos, desigualdades sentidas e medidas em desenvolvimento para recuperação das aprendizagens (Entrevista O).

Ao longo deste mês, a estagiária, deu continuidade à atividade desenvolvida no mês precedente, de análise das medidas em ação sobre a temática dos refugiados ucranianos, solicitada pela Dra. Maria João Charrua e a Dra. Manuela Moio:

- Medidas educativas de integração de crianças e jovens refugiados no sistema educativo, Direção-Geral da Educação e ANQEP;
- Crianças e jovens beneficiários ou requerentes de proteção internacional – Guia de acolhimento: Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, Direção-Geral da Educação e ANQEP;
- Despacho n.º 2044/2022, de 16 de fevereiro – Estabelece as normas destinadas a garantir o apoio aos alunos cuja língua materna não é o Português.
- Menores Estrangeiros não Acompanhados (MENA) – Guia de acolhimento: Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, Direção-Geral da Educação e ANQEP;

Tendo, ainda, a oportunidade de familiarização com estas medidas presencialmente, através da monitorização dos alunos ucranianos matriculados nos AE/ENA da Região Alentejo, com a Dra. Maria São Calixto da Unidade de Apoio ao Currículo, Avaliação e Oferta Educativa, em que a estagiária conjuntamente com a Dra. Maria São Calixto, contactaram os AE e ENA da Região Alentejo, a fim de apurar e confirmarem novas entradas de alunos ucranianos, como, também saídas das escolas, dos mesmos. Tendo, ainda, elaborado um documento de monitorização que cada Agrupamento de Escolas e Escolas Não Agrupadas, têm, com a informação sobre os alunos e os seus respetivos acompanhantes no país.

Neste mês, a estagiária, analisou alguns documentos referentes à temática da recuperação das aprendizagens, com o objetivo de integrá-los no seu estudo:

- Resultados da primeira monitorização do Plano Recuperação das Aprendizagens 21|23 Escola+, do Ministério da Educação;
- A ação estratégica das escolas portuguesas no desenvolvimento pessoal, social e comunitário dos alunos durante a pandemia de COVID-19, da coleção de estudos do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar de 2022;
- Apoio ao Desenvolvimento das Aprendizagens e ao Desenvolvimento Socioemocional e do Bem-Estar durante e pós-Pandemia, de Sousa et al (2021).

Nos dias 18 e 19 de maio, a estagiária realizou a observação presencial das aulas de uma turma de 2º ano do AE Manuel Ferreira Patrício, em que pôde não só observar o funcionamento da turma e a sua interação, analisar o modo de trabalho e as dificuldades dos alunos, como, também, falar com a professora responsável, a fim de compreender o que tinham e estavam a fazer para recuperar as aprendizagens (Observação A).

No dia 25 de maio, realizou-se as observações presenciais na sala de aula, a uma turma de 5º ano e 7º ano do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, em que tal como na observação da turma de 2º ano, a estagiária observou o funcionamento e modo de trabalho da turma e falou com a professora titular sobre as atividades de recuperação das atividades (Observação A).

No dia 30 de maio, a estagiária realizou a observação presencial das aulas de uma turma de 2º ano da Escolas Básica da Avenida Heróis do Ultramar, do Agrupamento de Escolas Gabriel de Pereira, e de uma turma de 6º ano Escola Básica André de Resende, do Agrupamento de Escolas Gabriel de Pereira, em que observou o funcionamento das turmas e a sua interação, analisou os modos de trabalho e as dificuldades dos alunos, como, também falou com as professoras titulares sobre a recuperação das aprendizagens (Observação B).

Por último, no dia 31 de maio, a estagiária realizou a observação presencial na sala de aula de uma turma de 2º ano da Escola Básica Horta das Figueiras, do Agrupamento de Escolas Severim de Faria, em que como nas observações anteriores, o seu objetivo passava por compreender as atividades em desenvolvimento para recuperação das atividades, analisar a interação entre professor-alunos e entre a turma.

## CAPÍTULO V – METODOLOGIA

O presente capítulo apresenta a metodologia utilizada para coleta dos dados necessários, para alcançar os objetivos de investigação definidos.

Tendo em conta os objetivos de investigação propostos, a metodologia utilizada no presente relatório de estágio assenta na pesquisa documental e bibliográfica, na entrevista semiestruturada e na observação.

Entende-se por pesquisa documental “(..) aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenómeno” (Kripka, Scheller, & Bonotto, 2015, p. 244). Embora, tanto como a pesquisa documental e bibliográfica se supra da utilização de documentos, a sua diferença está no tipo de fontes, enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza fontes como artigos científicos, livros, jornais, a pesquisa documental supre-se de documentos, fontes primárias, que ainda não foram analisadas cientificamente.

Optou-se pela técnica da entrevista, pois, esta,

(...), é considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas. Essa pode ser definida como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e por meio de perguntas formuladas busca a obtenção dos dados que lhe interessa (Minayo, 2010 citado em (Batista, Matos, & Nascimento, 2017).

De entre os diferentes tipos de entrevista, considerou-se mais pertinente a entrevista semiestruturada, pois é uma técnica de coleta de dados que assenta num conjunto de perguntas abertas e fechadas, proveniente de um guião pré-estabelecido de perguntas, mas que admite questões fora do guião, de modo a facilitar a resposta ao tema em questão, ou que apoie a explicação do entrevistado.

Para coleta e tratamento dos dados, foi relacionada a informação obtida através das pesquisas documental e bibliográfica, da entrevista semiestruturada e da observação.

## **5.1. Objetivos de Investigação**

Objetivo geral:

- Caracterizar as medidas que estão a ser empregues para reduzir as desigualdades acentuadas com a COVID-19.

Objetivos específicos:

- Identificar as desigualdades acentuadas pela COVID-19;
- Compreender como é realizada a articulação das políticas educativas com outras políticas sociais;
- Analisar como as medidas aprovadas pelo Governo são adaptadas a cada região e, contexto local, empregando a autonomia que lhes é concedida;
- Observar a implementação das medidas aprovadas pelo Governo, nas instituições escolares;
- Compreender como é assegurada a concretização das políticas educativas definidas pelo Ministério da Educação.

## **5.2. Universo e Amostra**

Este estudo foi realizado na Região do Alentejo, uma vez que o estágio foi desenvolvido na Direção de Serviços Regionais do Alentejo da DGEstE, o mesmo tem dois universos distintos, mas que estão interligados pela temática da educação.

O primeiro universo são as Câmaras Municipais do Alentejo, tendo sido selecionadas 4 Câmaras Municipais da Região Alentejo, de forma a obter representatividade de 4 das 5 sub-regiões do Alentejo:

- Alto Alentejo – Câmara Municipal de Elvas
- Alentejo Litoral – Câmara Municipal de Odemira
- Alentejo Central – Câmara Municipal de Évora
- Baixo Alentejo – Câmara Municipal de Beja

O segundo universo definido são os Agrupamento de Escolas da Região Alentejo, tendo sido selecionados Agrupamentos de Escolas das diferentes sub-regiões do Alentejo e com dimensão distinta:

*Tabela 1 - Amostra dos Agrupamentos de Escolas da Região Alentejo*

Sub-Regiões do Alentejo	Agrupamentos de Escolas
Alto Alentejo	Agrupamento de Escolas de Arronches
Alto Alentejo	Agrupamento de Escolas de Gavião
Alto Alentejo	Agrupamento de Escolas José Régio
Alentejo Litoral	Agrupamento Escolas de Sines
Alentejo Litoral	Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém
Alentejo Central	Agrupamento de Gabriel de Pereira
Alentejo Central	Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício
Baixo Alentejo	Agrupamento de Escolas de Barrancos
Baixo Alentejo	Agrupamento de Escolas da Amareleja
Baixo Alentejo	Agrupamento de Escolas n.º 2 de Serpa

Fonte: Autoria própria

### 5.3. Cronograma

Figura 4 - Cronograma das atividades

Atividades	2021			2022									
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Elaboração da proposta de projeto de estágio	■	■											
Pesquisa bibliográfica e documental	■	■	■	■	■	■	■	■					
Caracterização da instituição de acolhimento				■									
Análise do modo de funcionamento da DGEstE Alentejo				■	■	■	■	■					
Análise da relação entre a DGEstE Alentejo com outras instituições				■	■	■	■	■					
Identificação das desigualdades acentuadas pela COVID-19					■	■	■	■					
Identificação das medidas empregues nas instituições escolares					■	■	■	■					
Visualização de <i>Webinars</i>					■	■	■	■					
Familiarização e Apoio em Pojetos							■						
Participação em Reuniões					■	■	■						
Elaboração das entrevistas					■	■	■						
Aplicação das entrevistas					■	■	■						
Observação das ações								■					
Análise de dados								■	■	■			
Elaboração do relatório de estágio				■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Entrega do relatório final de estágio													■

Fonte: Autoria própria

### 5.4. Resultados do Estudo

Neste capítulo são apresentados os resultados do estudo, tendo em consideração as entrevistas empregues, a análise documental e bibliográfica desenvolvida e a observação realizada nas escolas.

#### Resultados do Estudo

A 11 de março de 2020, com a Organização Mundial da Saúde a declarar o vírus SARS-CoV-2 como uma pandemia, levou a que todos os países mundialmente repensassem as suas estratégias, não só a nível educacional, como, também, económico, a nível da saúde e social. Em Portugal, o XXII Governo Constitucional aprovou, a 13 de

março, o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, em que foram estabelecidas medidas excepcionais e temporárias devido à situação epidemiológica que se ultrapassava, entre elas, a suspensão das atividades letivas, não letivas e formativas presenciais a nível nacional.

Com o passar do tempo, percebeu-se que esta pandemia iria perdurar, conseqüentemente o ensino presencial foi substituído pelo ensino virtual, trazendo consigo todas as conseqüências positivas e negativas que daí advêm. O Governo português, consciente das dificuldades e limitações da comunidade educativa teve e tinha que organizar e garantir uma educação de qualidade, no âmbito da pandemia de COVID-19 aprovou a Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de julho, que determinou medidas excepcionais e temporárias de modo a apoiar as escolas na organização do ano letivo 2020/2021, face à situação epidemiológica, tendo como preocupação garantir o princípio da igualdade e equidade educativa, do ponto de vista a que todos os alunos alcancem as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Durante este tempo, foi essencial o Plano de E@D, que as escolas desenvolveram, de modo a adequar as suas estratégias de ensino, que determinaram ser as mais apropriadas face às características dos seus alunos e do contexto em que se encontram. Dando, real importância e valor à autonomia, da qual as escolas são dotadas, o que permitiu uma adequação de ações centradas nas características e dificuldades dos alunos de cada escola.

Ao longo do tempo e, estando o Ministério da Educação ciente das dificuldades, sinergias educativas que se acentuaram, e “(...), que houve aprendizagens que não se desenvolveram e alunos que tiveram menos capacidade de acompanhar os seus colegas” (Ministério da Educação, 2020, p. 3), este, lançou orientações sanitárias, orientações para recuperação das aprendizagens, mas, também, para organização do ensino a distância.

Entre elas, as Orientações para a Recuperação e Consolidação das Aprendizagens ao Longo do Ano Letivo de 2020/2021 do Ministério da Educação, estas orientações têm por base o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, as Aprendizagens Essenciais, as Aprendizagens Essenciais dos Cursos Profissionais e dos Cursos Artísticos Especializados e, ainda, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de julho. Este documento, integra um conjunto de orientações de apoio às Escolas, no sentido de se organizarem, de forma a analisarem a recuperação das aprendizagens que não ficaram consolidadas no ano letivo anterior,

Este roteiro constitui-se como material de apoio, expõe conceitos, mas faz-se acompanhar de vários exemplos, nenhum com caráter prescritivo, todos como instrumentos para apoiar as escolas numa partilha de reflexão e de soluções encontradas (Ministério da Educação, 2020, p. 3).

Ou seja, as orientações presentes no documento não são de uso obrigatório, este documento tem como objetivo facilitar e auxiliar as Escolas na organização de estratégias para o ano letivo 2020/2021, dotando-as de boas práticas e ferramentas que podem utilizar para encontrar as soluções que mais se enquadram no seu público-alvo, e nas características da sua escola.

O roteiro - Contributos para a Implementação do Ensino a Distância (E@D) nas Escolas de 2021, é outro exemplo de orientações, não obrigatórias, desenvolvidas pelo Ministério da Educação, com o objetivo de dotar as Escolas de ferramentas a utilizarem para a implementação do Ensino a Distância. Este documento, integra a clarificação de conceitos associados ao ensino a distância, tal como momentos síncronos e assíncronos, elucida sobre as vantagens e desvantagens de cada metodologia de trabalho que pode ser utilizada na implantação deste tipo de ensino, bem como os momentos ideais para essa utilização, e ainda, integra um conjunto de atividades que podem ser utilizadas pelas Escolas em cada um dos momentos síncronos e assíncronos, de forma a se complementarem. Neste roteiro, pode-se encontrar, também, orientações para garantir a segurança online e orientações para se planificar atividades que recorram ao uso digital, mas, também, atividades que ocorram sem suporte digital.

Ao longo dos últimos dois anos, várias foram as mudanças que ocorreram na escola, com a interrupção das aulas presenciais as escolas tiveram que repensar os seus métodos de ensino e reorganizarem-se, a fim de promoverem o melhor ensino possível face à situação que se vivia na altura. Todas estas mudanças, foram deixando para trás consequências que, atualmente, já temos consciência da sua existência. Tendo-se uma preocupação acrescida, nas aprendizagens dos alunos que ficaram comprometidas, nas competências socioemocionais e no bem-estar psicológico dos mesmos.

A Escola, que ao longo do século XXI foi sendo confrontada e obrigada adaptar-se e adaptar os seus métodos de ensino-aprendizagem, devido às rápidas mudanças que ocorriam a nível tecnológico, social, político, ambiental e económico, tendo por várias



vezes demonstrado dificuldades em acompanhar essas mudanças. Com o início da pandemia a março de 2020, em Portugal e, com a interrupção das aulas presenciais, as escolas, mas, também, toda a comunidade educativa, foram, mais uma vez, confrontadas com mudanças a um nível extremo, em que tiveram de lidar com diversas dificuldades, que, ainda que algumas sejam comuns a todas, outras vão se acentuado devido às características do meio que as rodeia, não só social, ambiental, territorial, como, também, económico e,

no momento de decidirem como iriam fazer face à generalização da educação e ensino a distância, ter-se-ão confrontado com as suas valências e os seus constrangimentos. O que para algumas terá sido um repto, uma instigação à inovação, para outras constituiu sobretudo um desafio para superar as dificuldades acrescidas que tiveram de enfrentar (Conselho Nacional de Educação, 2021, p. 24).

Uma primeira grande dificuldade, que foi transversal a todas as escolas, foi o desconhecimento da doença, o que levou à grande questão da organização, como é que agora as escolas se iam organizar, como iam organizar o ensino de modo a não deixar ninguém para trás, garantindo a melhor aprendizagem possível aos seus alunos, tendo a noção que existiam já algumas desigualdades que se podiam agravar com a pandemia. As escolas tiveram que repensar e redefinir os seus processos de ensino-aprendizagem:

- “(...), como é que todos os professores podiam, se organizar, e de que forma e que plataforma iríamos usar para chegar aos nossos alunos” (Entrevista F).
- “(...), tivemos que pensar de uma maneira diferente, no sentido de prever o que ia acontecer e como é que iríamos captar os nossos alunos sem deixar ninguém para trás” (Entrevista G).

Várias foram as medidas implementadas pelas escolas para combater esta falta de conhecimento, e o medo pelo desconhecido que levou a um receio no modo de organização, tal como se pode consultar nos Apêndices entre a Entrevista F e Entrevista O.

Ainda que, no geral, estas tenham implementado ações que acabaram por ser transversais a todas, o facto de serem dotadas de autonomia, dando-lhes alguma margem de manobra,

fez com que se organizassem da maneira que acharam mais adequada tendo em conta as dificuldades e características dos seus alunos e da própria escola:

- Utilização das plataformas *Google Classroom*, *Teams*, *ZOOM*, *Facebook*, *WhatsApp*, *#EstudomCasa*, não só para as aulas, como, também, para contactar os pais e/ou encarregados de educação;
- Utilização de sessões síncronas e assíncronas;
- Apoio tutorial específico online;
- Constituição de equipas de apoio a distância;
- Redefinição do calendário escolar e do horário;
- Levantamento do parque tecnológico;
- Elaboração do Plano de Ensino a Distância.

O número insuficiente de dispositivos digitais e a falta de acesso à *Internet*, foi outra dificuldade existente, pois, não só, existiam alguns alunos sem computadores, *tablets*, como, também, não tinham disponibilidade financeira para os adquirir, ou existia um só computador por agregado familiar, o que era difícil, uma vez que, muitos pais foram para teletrabalho e, havia famílias com mais do que uma criança a estudar. E, as próprias escolas não tinha dispositivos digitais suficientes para abranger todos os alunos necessitados dos mesmos.

O acesso à *Internet*, foi outro dos problemas que as escolas tiveram que enfrentar, pois se os alunos não tinham dispositivo tecnológico, quanto mais acesso à *Internet*, já para não falar das famílias que moram em localidades que lidam com o difícil acesso à rede. Também, deve-se ressaltar que em particular esta dificuldade, ficou mais acentuada entre as famílias mais desfavorecidas:

- “(...), tivemos a dificuldade de chegar aos alunos que não tinham *Internet*, (...)” (Entrevista K).
- “(...), tínhamos dificuldades ao nível dos equipamentos informáticos, não tínhamos computadores suficientes, não havia *tablets*, não tínhamos microfones.” “(...), depois, com o ensino a distância, havia o material, mas temos algumas zonas geográficas do nosso concelho em que a rede não chega” (Entrevista M).
- “(...), nem todos os alunos tinham computador, pior do que não ter computador, não tinham acesso à rede” (Entrevista N).

Perante, estas dificuldades, que se pode dizer que foram as de maior preocupação, pois com o ensino remoto de emergência, decidindo-se pelo ensino a distancia, a falta de meios tecnológicos e a limitação de acesso à rede ou a uma rede de qualidade, prejudicava e prejudica o acesso ao ensino, sendo que, ainda que se tenha encontrado diversas formas para dissipar estas problemáticas, como se pode ver na Entrevista F à Entrevista O e, de seguida. Nem sempre se conseguiu garantir um ensino de qualidade, nem chegar a todos os alunos, ainda que, as escolas se tenham organizado para definir algumas medidas:

- Uso do programa #EstudoemCasa, principalmente entre os mais novos;
- Compra de bandas largas e portáteis por conta própria;
- Parcerias com empresas privadas;
- Parcerias com Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e CTT, para entrega e recolha dos trabalhos e fichas em formato papel;
- Oferta de portáteis por parte do Ministério da Educação;
- Oferta de bandas largas e portáteis, por parte das Câmaras Municipais.

A falta de competências digitais dos professores, alunos e encarregados de educação para utilizarem os recursos digitais disponíveis, foi outra das dificuldades identificadas pelos Agrupamento de Escolas entrevistados para o presente estudo, o que consequentemente levou à desmotivação de alguns alunos e encarregados de educação, os alunos por um lado, por estarem isolados e não conseguirem interagirem socialmente com os colegas, e os encarregados de educação por não conseguirem acompanhar e apoiar os seus educandos ao longo desta fase.

A falta de competências digitais e autonomia dos alunos, principalmente entre os alunos mais novos, foi uma das dificuldades identificadas pelos Agrupamentos de Escolas, ainda que os mais novos devido à sua falta de autonomia, tivessem e tenham uma maior dificuldade no que diz respeito ao manuseamento das plataformas escolhidas para o desenvolvimento das aulas, daí algumas escolas terem preferido o uso do Programa #EtudoemCasa para estes alunos, também os alunos mais velhos tinham algumas deficiências no manuseamento dos computadores e das plataformas, até mesmo para desenvolverem alguns trabalhos cedidos pelos professores, pois ainda, que se esteja na dita “Era Tecnológica”, e que cada vez mais as crianças se supram de tecnologias, estas acabam por ocupar muito do seu tempo em jogos informáticos e redes sociais, e não em assegurarem-se que sabem manusear corretamente as ferramentas que a Internet lhes

coloca à disposição. O mesmo, acontece com os professores, pois ainda que cada vez mais se promova a integração de tecnologias e novas formas de ensino nas escolas, nem todos os professores são de acordo e têm formação para manusear essas novas ferramentas, levando precisamente a que com a pandemia, ficasse evidenciado a falta de formação digital dos professores:

- “Há professores que, ainda hoje, não sabem criar um email, (...)” (Entrevista J).
- “(...), tínhamos famílias desprovidas de qualquer competência digital” (Entrevista F).

Por fim, a última dificuldade, que acaba por ser, também, uma desigualdade social, é a falta de condições habitacionais dos alunos, que tornou e torna difícil as escolas garantirem a educação dos seus alunos, pois existem crianças que vivem em barracas, que não têm acesso a eletricidade, água, alimentação, ou simplesmente não tenham um espaço em casa para conseguirem estudar e assistirem às aulas síncronas e assíncronas sem distrações, devido, por exemplo, a habitações sobrelotadas. Salientando que esta dificuldade, em particular, é mais evidente em alunos carenciados e desfavorecidos:

- “(...), há alunos que não têm luz em casa, há alunos que vivem em barracas” (Entrevista J).

Uma vez que, todos os alunos são diferentes, possuem características diferentes, compete à escola atenuar estas diferenças, que com a pandemia, se tornou complicado, e por vezes impossível.

Segundo o Conselho Nacional de Educação (2021), em 2020 alguns indicadores evidenciavam que existiam desigualdades no sistema educativa que se tinham atenuado, nomeadamente a taxa de abandono escolar precoce que atingiu um valor de 8,9%; 4 em 10 adultos com idades entre os 30 e 34 anos concluíram uma formação no ensino superior; e, 95% das crianças entre os 4 anos e a idade do início do ensino básico integravam programas de educação pré-escolar.

Vários são os fatores que evidenciam e geram as desigualdades, com a pandemia de COVID-19, acentuou-se e tornou-se mais claro as diferenças entre os alunos. Estes fatores são:

- Habilitações escolares dos pais, nomeadamente entre os alunos mais carenciados;
- Dificuldade no acesso à saúde;

- Falta de condições habitacionais, como por exemplo, sobrelotação e falta de espaço adequado para estudar;
- Ambiente familiar;
- Local de residência;
- Condição socioeconómica dos pais;
- Falta de domínio da língua portuguesa.

De acordo com Diogo e Silva (2010) citado por Romão (2020), também as políticas educativas, trajetórias escolares, origem social, género e etnia, são dimensões que acabam, também, por originar desigualdades no contexto escolar.

No entanto não são só os fatores externos à escola, que geram desigualdades, durante a fase pandémica, segundo o Conselho Nacional de Educação (2021), existem fatores dentro do contexto escolar que evidenciaram e evidenciam, ainda, estas diferenças entre os alunos:

- Alunos e professores sem dispositivos eletrónicos;
- Alunos sem rede de *Internet*;
- Alunos e professores sem aptidões digitais apropriadas;
- Alunos com Ação Social Escolar.

Estes fatores, levaram a que desigualdades ao nível da literacia digital, acesso às tecnologias, acesso à educação, a nível da capacidade dos encarregados de educação acompanharem os seus educandos nas tarefas propostas pela escola; acesso à rede, a nível dos diferentes graus de autonomia dos alunos, a nível da socialização – aprender a lidar com os outros, a respeitar, a conviver, a compreender as emoções, a nível da cultura, ficassem mais acentuadas devido à pandemia, pois todas estas desigualdades já estavam presentes na nossa sociedade, conseqüentemente com o COVID-19, estas vieram ao de cima, e as escolas tiveram que redefinir os seus métodos de ensino-aprendizagem, os seus planos de atividades, de forma a encontrarem estratégias para combater e atenuar estas disparidades.

De ressaltar, no entanto, que em 2021, segundo uma notícia do Ensino Magazine (2022), a taxa de abandono escolar precoce diminuiu pelo 5º ano consecutivo, alcançando um valor de 5,9% e, ainda, ficou abaixo da taxa da União Europeia. Não, podendo esquecer que o ano de 2021, foi atípico devido à situação pandémica que se vivia na

altura, é importante ressaltar o papel das instituições escolares na luta contra as disparidades provenientes desta pandemia, e na resiliência que as mesmas, sempre tiveram ao encontrar as melhores soluções que se enquadravam nas especificidades dos seus alunos, ao empregarem da maneira que melhor souberam e conseguiram, algo que lhes foi concedido e, que, agora, mais uma vez se vê o seu valor, que é a autonomia e flexibilidade curricular que as escolas têm para adequarem e desenvolverem ações para promoverem o sucesso educativo e o ensino de qualidade direcionado para as características dos seus alunos.

Várias foram as medidas que os Agrupamentos de Escolas adotaram e desenvolveram não só para recuperar aprendizagens, mas, também, para que pudessem apoiar os seus alunos e as suas famílias numa fase que era complicada para todos nós, tentando atenuar algumas das desigualdades que ficaram acentuadas e promover o bem-estar social, físico e mental.

Estes, não adotaram só as medidas, acima, referidas para ultrapassar e atenuar as dificuldades e desigualdades com as quais se foram confrontando ao longo do tempo, como, também, se organizaram de maneira a: fornecer refeições aos alunos, alguns AE forneceram a todos os alunos, não só aos alunos que tinham escalão A e B; organizar reuniões online com os pais, para lhes explicar todos os conceitos e ferramentas a serem utilizadas inerentes ao Ensino a Distância; desenvolver formações para os professores; abrir as escolas para que os alunos mais carenciados fossem ter as aulas online dentro da escola, de maneira a receberem apoio por parte de algum docente; algumas escolas que tinham psicólogo e terapeutas da fala, fizeram entendimento telefónico e online com os seus alunos,

(...), o incentivo à definição de planos de E@D e de programas de apoio e tutorias; o reforço da autonomia das escolas; o reforço da educação inclusiva e de iniciativas promotoras do sucesso escolar; a redefinição de regras de conclusão do ensino secundário e de acesso ao ensino superior, bem como o apoio financeiro aos alunos mais desfavorecidos (Conselho Nacional de Educação, 2021, p. 24).

Com o intuito de os alunos, continuarem a serem acompanhados, mesmo, fora do contexto escolar, para que esta não fosse mais uma consequência proveniente da pandemia.

Relativamente à recuperação das aprendizagens, que se tornou uma preocupação entre toda a comunidade educativa, não só as escolas adotaram e integraram diversos projetos que já existiam e que com a pandemia notaram o valor que estes tinham para apoiar nesta tarefa, como, também, o próprio Governo demonstrou preocupação perante as suas crianças e jovens, ao aprovar o Plano 21|23 Escola+. Uma vez que a educação é um direito de todos e, é essencial se tornarem cidadãos ativos e responsáveis.

De ressaltar, no entanto, que apesar de todos os alunos terem tido as suas aprendizagens, capacidades de socialização e bem-estar mental afetados, foram os mais desfavorecidos e carenciados, os que mais ficaram afetados, como tem sido salientado ao longo do presente relatório,

(...), os alunos de contextos familiares mais favorecidos, apoiados e motivados pelos pais, encontraram alternativas e oportunidades de aprendizagem, mesmo com as escolas de portas fechadas, enquanto os de origens desfavorecidas viveram realidades diferentes (Conselho Nacional de Educação, 2021, p. 71).

De forma, a apoiar as escolas o Governo desenvolveu um Plano Integrado de Recuperação e Consolidação das Aprendizagens, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 de 7 de julho. Esta resolução aprovou o Plano 21|23 Escola+, este plano de recuperação das aprendizagens decorreu no ano letivo 2021/2022 e decorrerá durante o ano letivo 2022/2023.

O Plano 21|23 Escola+, é destinado aos alunos dos ensinos básico e secundário e foi desenvolvido através de um conjunto de auscultações e sugestões provenientes de toda a comunidade educativa e organizações não governamentais com trabalho ativo nesta área.

De modo a intervir junto dos alunos ao nível da recuperação das aprendizagens, das competências sociais e emocionais, o Governo decidiu elaborar um Plano que recai sobre questões curriculares, de organização da escola, recursos de apoio e dimensões comunitárias, com o intuito de realizar uma intervenção mais precisa, assente em princípios educativos, curriculares, pedagógicos e psicológicos. As medidas presentes neste Plano, estão intrinsecamente interligadas às políticas educativas que têm eficácia ao

nível da autonomia das escolas e das estratégias direcionadas à promoção do sucesso escolar e, ainda, na atenuação das desigualdades.

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 de 7 de julho, este plano rege-se pelos seguintes princípios orientadores:

- Equidade, inclusão e qualidade das aprendizagens;
- Literacias como aprendizagens estruturantes;
- Desenvolvimento profissional contínuo;
- Autonomia das escolas e dos professores;
- Subsidiariedade educativa;
- Territorialização das políticas educativas;
- Monitorização e avaliação das e para as aprendizagens;
- Compromisso ético e deontológico na gestão dos recursos.

E, tem como objetivos estratégicos, recuperar as aprendizagens e competências que foram mais afetadas; diversificar as estratégias de ensino; investir no bem-estar social e emocional dos alunos; segurança no sistema educativo; envolver toda a comunidade educativa; habilitar, através do reforço de recursos e meios; e, supervisionar, através da avaliação do impacto e eficiência das medidas e dos recursos.

De ressaltar, no entanto, que este Plano, tal como, outros documentos já aqui apresentados, são um conjunto de ferramentas e recursos que proporcionam às escolas diversas possibilidades de se organizarem e desenvolverem ações, tendo em conta as suas prioridades e especificidades.

Segundo a presente Resolução, o Plano 21|23 Escola+ estrutura-se em três eixos de atuação, em que cada eixo integra domínios de atuação que correspondem a áreas prioritárias e ações específicas, a fim de se alcançar o objetivo delineado para cada eixo:

- Eixo 1 - Ensinar e Aprender: pretende adotar medidas para que as Escolas consigam utilizar meios pedagógicos para um desempenho curricular flexível, aumentando a sua autonomia na administração do currículo e na gestão direcionada para melhorar as aprendizagens e para os recursos disponíveis para a promoção da inclusão e bem-estar, principalmente nos níveis de ensino e nas competências mais afetadas.

Domínios de ação e ações específicas:



1.1 + Leitura e Escrita – este domínio é de extrema importância, uma vez que as competências da leitura e da escrita foram as mais afetadas devido à pandemia. E, ainda, porque a leitura e a escrita são essenciais ao nos proporcionar o acesso à educação, ao estimular as nossas capacidades criativas, instigando a curiosidade quando se lê, como, também, permitem-nos compreender e analisar os desafios com que o futuro nos confronta. Este domínio tem como ações específicas:

1.1.1. Escola e Ler

1.1.2. Ler – conhecer, aprender e ensinar

1.1.3. Diário de escritas

1.1.4. Ler com mais livros

1.2 + Autonomia Curricular – este Plano admite a capacidade de serem as escolas, os professores e técnicos, os que melhor conhecem os seus alunos, e são capazes de identificar as aprendizagens afetadas e as áreas que necessitam de intervenção prioritária. As ações integradas neste domínio de atuação, proporciona às escolas o poder de decisão centrado nas mesmas, ao promoverem que as escolas e os professores desenvolvam ações de forma autónoma, valorizando o princípio da confiança entre as escolas e a administração:

1.2.1. Gestão do ciclo

1.2.2. Começar um ciclo

1.2.3. Turmas dinâmicas

1.2.4. Constituição de equipas educativas

1.2.5. Avançar recuperando

1.2.6. Aprender integrando

1.2.7. Referenciais curriculares e para a avaliação

1.2.8. Calendário escolar

1.3 + Recursos educativos – estes recursos educativos são de acesso livre e dirigidos à comunidade educativa. As ações integradas neste domínio incluem um conjunto de recursos de ferramentas de trabalho e materiais de apoio à aprendizagem, bem como, contributos de subprogramas direcionados para a melhoria das aprendizagens:

1.3.1. Promover o sucesso escolar – 1.º ciclo e novos ciclos

1.3.2. #EstudoEmCasaApoia

- 1.3.3. Biblioteca Digital de Recursos Educativos e Formativos
- 1.3.4. Recuperar com a Matemática
- 1.3.5. Recuperar experimentando
- 1.3.6. Recuperar com a Arte e Humanidades
- 1.3.7. Recuperar incluindo
- 1.3.8. Recuperar com o Digital
- 1.3.9. Criar valor com o Profissional
- 1.3.10. Voz dos Alunos
- 1.3.11. OPE-Inclui

1.4 + Família – uma das consequências positivas da pandemia, foram as novas interações entre a escola e as famílias. Neste sentido, é fundamental capacitar as escolas e as famílias de ferramentas para o desenvolvimento de um envolvimento parental mais eficiente, promovendo a participação e habilitando as famílias através do aumento das suas qualificações. Ações específicas deste domínio de atuação:

- 1.4.1. Família mais perto
- 1.4.2. Voltar a estudar

1.5 + Avaliação e diagnóstico – tendo em conta, os diferentes níveis de desenvolvimento dos alunos, e considerando que estas diferenças de aprendizagens agravaram as desigualdades, compete às escolas diagnosticar e avaliar os desempenhos dos alunos, com o intuito da adequação das suas estratégias às especificidades dos mesmos. Sendo, essencial, dotar as escolas de instrumentos para diagnosticar e avaliar, caso decidam utilizá-los. Ações específicas deste domínio:

- 1.5.1. Aferir, diagnosticar e intervir
- 1.5.2. Capacitar para avaliar

1.6 + Inclusão e Bem-Estar – o fortalecimento da educação inclusiva e a promoção do bem-estar, envolvem a sucessão da disponibilização de recursos humanos, assegurando tempo para o desenvolvimento de estratégias. Ações específicas deste domínio de atuação:

- 1.6.1. Apoio tutorial específico
- 1.6.2. Programa para competências sociais e emocionais
- 1.6.3. Planos de desenvolvimento pessoal, social e comunitário
- 1.6.4. Inclusão mais apoiada
- 1.6.5. Português em imersão
- 1.6.6. “O quarto período”
- 1.6.7. Desporto Escolar – Comunidades
- 1.6.8. Desporto Escolar sobre rodas

1.7 + Território – cada vez mais, os municípios e os agentes locais ganham um papel fundamental no desenvolvimento de dinâmicas que promovem o sucesso educativo. A relação entre a Escola e os municípios e outros agentes locais, com a pandemia, fortificou-se, sendo que, mediante esta situação, é importante criar medidas de política educativa para apoiar os municípios e agentes locais no desenvolvimento de instrumentos de inclusão e promoção de aprendizagens que envolvam a comunidade. Ações específicas:

- 1.7.1. TEIP – Fase 4
- 1.7.2. E depois da escola?
- 1.7.3. Apoiar as Comunidades Educativas

- Eixo 2 - Apoiar as Comunidades Educativas: de forma a possibilitar que as escolas tenham recursos e meios que facilitem a execução das medidas integradas no Plano, foi afirmada a necessidade de reforçar os recursos humanos, sendo que foram contratados mais de 3300 docentes, através do aumento do crédito horário e do âmbito de alunos incluídos pelo Apoio Tutorial Específico. As escolas tiveram, também, um aumento de técnicos especializados, com mais 900. Sendo que, foram adquiridos mais de 450 mil computadores e *kits* de conectividade, pois foi necessário acelerar o programa de transição digital na escola.

Domínios de ação e ações específicas:

2.1. + Equipas qualificadas – reforçar equipas com técnicos mais qualificados que desenvolvam o seu trabalho nas comunidades educativas, é uma mais-valia no desenvolvimento de tarefas eficazes. Ações específicas deste domínio de atuação:

- 2.1.1. Reforço extraordinário de docentes

- 2.1.2. Reforço dos Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário
- 2.1.3. Reforço das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva
- 2.1.4. Rastreios visuais e auditivos
- 2.1.5. Começar cedo

## 2.2 + Formação

- 2.2.1. Formação para pessoal docente e não docente

2.3 + Ensino Profissional – o ensino profissional tem sido, ao longo do tempo, um instrumento de inclusão, uma vez que integra uma área teórica e uma prática, que estão interligadas aos princípios essenciais para o sucesso e para a capacidade de aprender ao longo da vida. Logo, é importante continuar a desenvolver uma rede de oferta de cursos profissionais que vão de encontro aos desejos dos alunos, mas, também, que proporcionem oportunidades de emprego. Ações específicas:

- 2.3.1. Equipar para aprender
- 2.3.2. Orientar

2.4 + Digital – a importância de capacitar para saber manusear as ferramentas que a *Internet* coloca à disposição da sociedade, torna-se, cada vez mais, essencial. A transição digital, sendo uma das prioridades do Programa do atual Governo, compreende desafios a nível do manuseamento das tecnologias, a nível da segurança *online*, e a nível da capacidade de avaliar e interpretar fontes eletrónicas. Ações específicas:

- 2.4.1. Literacia Digital
- 2.4.2. Escola Digital

- Eixo 3 - Conhecer e Avaliar: ao investir em medidas que promovam as aprendizagens neste contexto pandémico, é necessário conhecer e avaliar para que os recursos sejam colocados onde são precisos, é essencial averiguar quais os instrumentos mais eficazes para concretizar as medidas definidas, bem como avaliar se o caminho percorrido é o correto, ou seja, avaliar a eficácia e a eficiência das medidas e ações propostas.

Domínios de ação e ações específicas de cada domínio:

3.1 + Dados – a avaliação do Plano 21|23 Escola+, integra a produção de metas e a divulgação de dados recolhidos, que proporcionem o acompanhamento da implementação e operacionalização do mesmo. Ações específicas:

3.1.1. Construção de indicadores

3.1.2. Monitorização

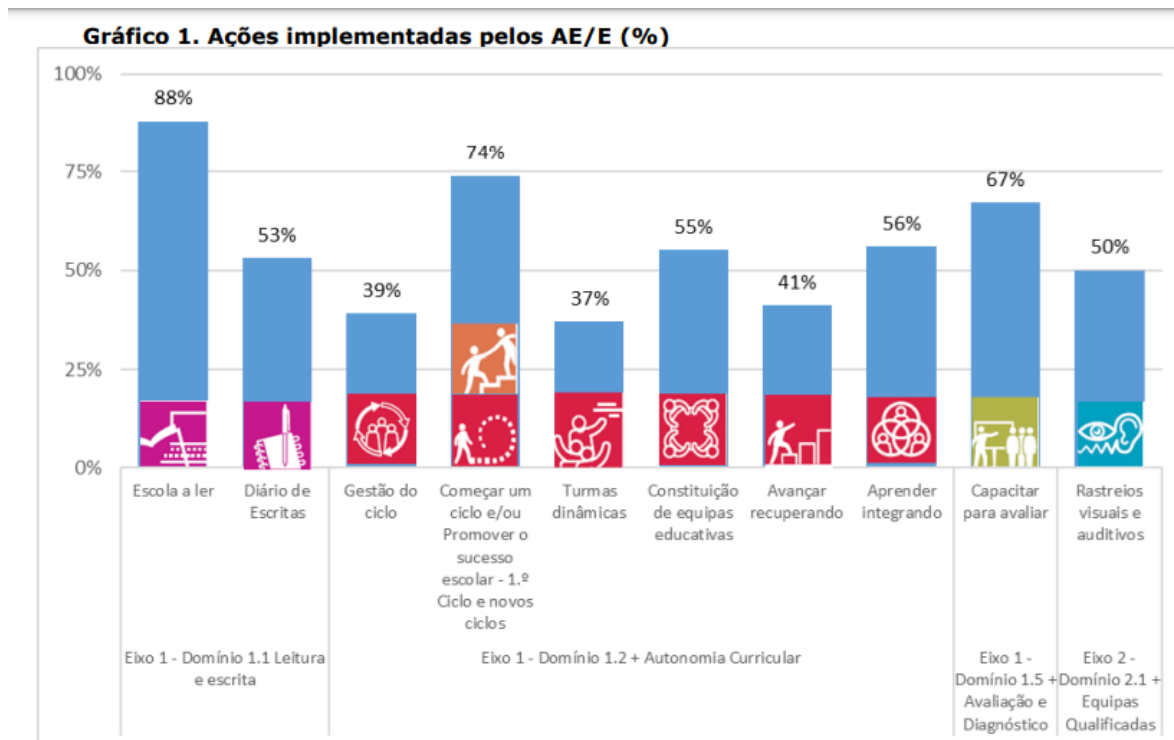
3.2 + Informação – mediante o acompanhamento e a supervisão das medidas deste Plano, serão produzidas evidências e divulgação de boas práticas. Em que, será necessário realizar uma avaliação da eficácia e eficiência das mesmas. Ações específicas:

3.2.1. Partilhar eficácia

3.2.2. Partilhar eficiência

Após um ano de trabalho de toda a comunidade educativa para a recuperação das aprendizagens, promoção do bem-estar emocional dos alunos e diminuição das desigualdades sociais. E, depois de um ano de monitorização das medidas empregues pelas escolas com o objetivo avaliar e divulgar a eficácia e eficiência das mesmas. A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, disponibilizou para consulta dois relatórios de monitorização do Plano 21|23 Escola+, onde se pode analisar as ações específicas que foram mais empregues nos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas. De ressaltar que como se pode analisar no Segundo Relatório de Monitorização do Plano 21|23 Escola + da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2022), a ação específica que os AE e ENA mais implementaram foi a ação 1.1.1. Escola a Ler, o que realça a resiliência das escolas consolidarem as aprendizagens que mais ficaram afetadas devido à pandemia (ver Figura 5 - Ações específicas implementadas pelos AE e ENA).

Figura 5 - Ações específicas implementadas pelos AE e ENA



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2022)

De salientar, ainda, que segundo as entrevistas realizadas, pela autora do presente relatório de estágio, aos Agrupamentos de Escolas, o Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário e o Programa EPIS, foram dois instrumentos de grande importância de apoio às escolas, no acompanhamento dos seus alunos às atividades presenciais e no combate às dificuldades impostas pela pandemia, no entanto, também, implementaram diferentes ações, tendo em conta as medidas do Plano:

- Capacitação digital dos alunos;
- Formação aos encarregados de educação na área digital para conseguirem apoiar os seus educandos;
- Integração do Projeto “ReLer”;
- Implementação do apoio tutorial específico;
- Implementação de coadjuvações em todos os tipos de ensino;
- Adesão ao Projeto Hypatiamat;
- Adesão ao Projeto CiiL;
- Implementação das turmas de ciclo;
- Adesão à organização por semestre;

- Adesão ao Projeto Fénix;
- Adesão ao Projeto “UBUNTU”;
- Adesão ao Projeto “INCLUD-ED”;
- Adesão ao Plano Nacional das Artes.

#### *5.4.1. Considerações finais*

Ao longo do presente relatório de estágio, foram várias as vezes que se evidenciou as consequências negativas proveniente da pandemia de COVID-19, a nível de perdas de aprendizagens de socialização, afetivas, de competências, a nível da fragilidade da saúde mental não só dos alunos, mas de todas as pessoas.

No entanto, não se pode negar que existem consequências positivas que a pandemia gerou e, estas, também, são importantes de salientar. Com a pandemia: ganharam-se novas experiências; houve um fortalecimento da relação entre pais e filhos, evidenciou-se o importante papel que a família tem na sociedade; houve novas interações entre a escola e a família, os pais participaram mais da vida escolar dos seus filhos; “(...), revalorizou o papel dos professores, ao tomar uma consciência mais plena da substância do seu trabalho, do que implica gerir uma turma, do seu empenho e sentido de missão” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 de 7 de julho da Presidência do Conselho de Ministros, 2021); evidenciou-se a resiliência do sistema educativo e das escolas no combate às dificuldades e desigualdades acentuadas com a pandemia, com o objetivo de não deixar ninguém para trás e proporcionar uma educação de qualidade; houve um fortalecimento da relação entre as escolas e os municípios; a escola ganha um reconhecimento do seu papel na sociedade, uma vez que esta não tem só a função de ensinar a ler, escrever, fazer contas, mas, tem o papel, também, de fomentar a socialização, ensinar a viver com os outros, ensinar a viver com e respeitar as emoções uns dos outros; os alunos ficaram mais autónomos; houve um aumento da autonomia dos professores, em criarem recursos direcionados para alunos com dificuldades específicas; houve um reforço da aprendizagem e introdução de assuntos de cidadania; as escolas ganharam novas capacidades de organização e de adaptação; e, valorizou-se as novas tecnologias digitais, fomentando a digitalização da sociedade.

De ressaltar, ainda, o papel importante que as autarquias possuíram “(...), no levantamento dos principais problemas, diagnosticados a partir de escolas e professores.” (Duarte, 2021). Durante as entrevistas às Câmaras Municipais, (da Entrevista B à Entrevista E), evidenciou-se a preocupação e a resiliência que as mesmas tiveram ao tentar encontrar as melhores soluções para apoiar os Agrupamento de Escolas, quer através do fornecimento de *kits* de higienização, no fornecimento de refeições aos alunos, no fornecimento de computadores e bandas largas, como, também, no apoio dado na entrega e recolha dos materiais em formato papel aos alunos. De salientar, também, o esforço feito para tentar que os seus Projetos Educativos não ficassem estagnados, de modo que tentaram sempre adaptá-los à realidade que se vivia.

Relativamente à recuperação das aprendizagens, através de conversas informais entre a estagiária e as professoras titulares, as medidas utilizadas, foram as revisões ao longo do ano, no início de cada aula, de modo que os alunos se fossem recordando dos conteúdos lecionados nos anos anteriores; o Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, tem em prática um projeto designado, “Entre Salas” no 2º ano de escolaridade, em que existe uma 3ª turma dinâmica flutuante, ou seja, agrupam-se alunos das diferentes turmas de 2º ano, que estejam com as aprendizagens mais atrasadas em relação aos colegas; e, o Agrupamento de Escolas Severim de Faria, na Escola Básica Horta das Figueiras, no 2º ano, decidiu dividir 10 horas semanais por 3 grupos de alunos, em que cada grupo é constituído por alunos com dificuldades parecidas nos domínios da leitura e da escrita.

Destacou-se, ao longo do relatório, o papel das tecnologias digitais na educação, uma vez que, estas, foram essenciais no ensino a distância, e foram o meio de comunicação entre alunos e professores, professores e pais, entre toda a comunidade educativa. Sendo, também, uma das prioridades do Governo, a transição digital, espera-se que as escolas comecem a integrar estas novas ferramentas digitais, e a inserir um novo método de ensino-aprendizagem baseado na transição digital. Não se suprimindo só do método tradicional de ensino, em que o professor escreve no quadro, os alunos têm os seus manuais à frente... Até, porque com a pandemia ficou evidenciado que novas formas de ensino são mais eficazes, a integração de projetos, dar “voz aos alunos”, aprender experimentando. Faz sentido começar a trabalhar em sala de aula com as ferramentas digitais utilizadas durante o ensino a distância, uma vez que, estas foram essenciais para que os alunos não ficassem sem o acesso à educação.



No entanto, não se podendo generalizar, uma vez que só foram observadas as aulas de 3 Agrupamentos de Escolas no concelho de Évora, pode-se afirmar que a autora não observou a integração das tecnologias utilizadas durante a pandemia. Salientando, que a autora do presente relatório terminou a sua escolaridade obrigatória há 6 anos, destaca-se que o método de ensino utilizado, nas turmas observadas, são os mesmos que eram utilizados há 6 anos. Respetivamente, o uso do quadro de giz para explicar algum conteúdo da matéria, uso de quadro interativo para projeção do manual ou de alguma atividade do manual interativo, e o uso do manual em formato papel. Destacar que, o único manuseamento de tecnologia por parte dos alunos, observado pela autora, foi quando estes realizaram alguma atividade no quadro interativo.

Porém, afirma-se que foi observado a integração de ferramentas de apoio à aprendizagem, como o uso de jogos, por exemplo quando os alunos ficam dispersos, foi utilizado um jogo de imaginação, em que a professora contou um história, com o objetivo de os alunos se concentrassem na sua respiração e relaxassem; e, ainda, se observou a utilização de exercícios práticos para explicar conteúdos da matéria, em que, por exemplo, a professora utilizou o jogo de futebol para inserir as rotações no tempo e espaço, e, à medida que a professora inseria um novo conceito os alunos levantavam-se faziam as rotações com o seu corpo.

Concluindo, após dois anos de pandemia difíceis em que foi necessário trabalhar em rede, a fim combater as consequências negativas que a pandemia ia deixando, em que houve muitas perdas não só de vidas, mas de empregos, aprendizagens, aumento de doenças mentais. É, importante, pensar, também, no que a pandemia nos trouxe de bom, o sentimento de resiliência e coragem ao tentar sempre e nunca desistir que as crianças e jovens portugueses não perdessem mais do que era inevitável, salientando a cooperação entre entidades públicas e privadas, salientando o novo olhar sobre a escola e o seu papel na sociedade, destacando as medidas e ações que os Agrupamentos de Escolas têm em desenvolvimento.

Mas, por outro lado, também, evidenciado que após novas experiências vividas, tendo em conta a rápida mudança que vamos sofrendo ao longo do tempo, em que cada vez mais a nossa sociedade se torna tecnológica e tendo em consideração da mais-valia que estas ferramentas digitais são para o nosso quotidiano e que nos facilitam tanto o nosso dia a dia, o que ficou bastante evidenciado com o COVID-19. Porque é que, ainda, não fazem parte da nossa educação, porque é que não são parte integrante do conjunto de

ferramentas a serem utilizadas pelas escolas na promoção do sucesso escolar, de uma educação inclusiva e no combate às desigualdades sociais?

## CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

Terminada a jornada, enquanto estagiária na DSR Alentejo – DGEstE, inicia-se o momento de reflexão e fazer um balanço das experiências vividas e das aprendizagens realizadas. É com sentimento de gratidão e estima que relembro todos os momentos que me foram proporcionados ao longo do estágio, não só pela Dra. Maria João Charrua, que foi a minha supervisora dentro da instituição, mas, também, pela restante equipa que me proporcionaram o sentimento de pertença ao grupo.

O balanço que faço do estágio curricular é bastante positivo, uma vez que é uma fase importante a nível de crescimento pessoal, e para a minha formação, pois tive oportunidade de aplicar os meus conhecimentos obtidos ao longo do Mestrado, nomeadamente ao nível da política pública, tive oportunidade de interagir com uma nova realidade e compreender o funcionamento de uma instituição da qual tinha bastante curiosidade e poderá a ser um futuro local de trabalho e, tive oportunidade de interagir com diferentes atores com um papel essencial ao nível da educação.

Relativamente ao meu desempenho ao longo do estágio, considero que cumpro os objetivos a que me propus, realizei as atividades que idealizei e diversas atividades que me foram propostas ao longo da minha jornada, em que pude aplicar os conhecimentos apreendidos ao longo do Mestrado, como, também, interligar aos conhecimentos adquiridos na Licenciatura.

No que diz respeito às limitações sentidas ao longo do período de estágio, destacar que foram só duas, e que não impediram a realização do mesmo. A primeira limitação, constatou-se logo de início, com a apreensão e receio em desenvolver algo novo e do qual nunca tinha experienciado a este nível, uma vez que o estágio é essencial para a minha conclusão do Mestrado. Todavia, na primeira semana de estágio, esta limitação deixou de ser problema, pois toda a equipa deixou-me bastante à vontade, e foram muito acolhedores. Uma segunda e última limitação surgiu, no início da elaboração do relatório de estágio, pois devido ao tema escolhido ser recente, não existe uma bibliografia muito extensa, e acaba por surgir alguns documentos sobre o tema, que não são de base científica.

No entanto, o período do estágio foi uma jornada com grandes aprendizagens e momentos de partilha, que ao elaborar o presente relatório surge o sentimento de saudade.

## CAPÍTULO VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barros, R., & Sebastião, L. (2012). Políticas educativas no Portugal do séc. XXI - um estudo com base na revisão dos normativos em vigor. Em L. S. M. F. Patrício, *Da Exclusão à Excelência: Caminhos Organizacionais para a Qualidade da Educação* (p. 421). Montargil: Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural. Obtido de <http://hdl.handle.net/10174/8225>
- Barroso, J. (2016). A Administração Local da Educação: Da Descentralização à Territorialização das Políticas Educativas. Em C. N. Educação, *Processos de Descentralização em Educação* (p. 113). Conselho Nacional de Educação. Obtido de [https://www.cnedu.pt/content/edicoes/seminarios\\_e\\_coloquios/processos\\_de\\_descentralizacao\\_em\\_educacaoofinal.pdf](https://www.cnedu.pt/content/edicoes/seminarios_e_coloquios/processos_de_descentralizacao_em_educacaoofinal.pdf)
- Batista, E. C., Matos, L. A., & Nascimento, A. B. (6 de julho de 2017). A ENTREVISTA COMO TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO NA PESQUISA QUALITATIVA. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11(3). Obtido de <https://rica.unibes.com.br/rica/article/view/768>
- Conselho Nacional de Educação. (2021). EDUCAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA |Problemas, respostas e desafios das escolas. Obtido de [https://www.cnedu.pt/content/iniciativas/estudos/Educacao\\_em\\_tempo\\_de\\_Pandemia.pdf](https://www.cnedu.pt/content/iniciativas/estudos/Educacao_em_tempo_de_Pandemia.pdf)
- Conselho Nacional de Educação. (2021). Parte I - Educação Básica e Ensino Secundário. *Efeitos da pandemia COVID-19 na educação: Desigualdades e medidas de equidade*. Obtido de [https://www.cnedu.pt/content/noticias/estudos/Estudo\\_AssembleiaRepublica-Efeitos\\_da\\_pandemia\\_COVID-19.pdf](https://www.cnedu.pt/content/noticias/estudos/Estudo_AssembleiaRepublica-Efeitos_da_pandemia_COVID-19.pdf)
- DGEstE - Gabinete de Comunicação e Tecnologias. (s.d.). *A DGEstE*. Obtido de DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares: [https://www.dgeste.mec.pt/?page\\_id=25239](https://www.dgeste.mec.pt/?page_id=25239)

- DGEstE. (2021). *Plano de Atividades 2021*. Obtido em 11 de janeiro de 2022, de [https://www.dgeste.mec.pt/wp-content/uploads/2021/12/Plano-de-Atividades\\_DGEstE-2021.pdf](https://www.dgeste.mec.pt/wp-content/uploads/2021/12/Plano-de-Atividades_DGEstE-2021.pdf)
- Direção-Geral da Educação; Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. (2 de fevereiro de 2021). *Contributos para a implementação do Ensino a distância nas Escolas*. Obtido de [https://apoioescolas.dge.mec.pt/sites/default/files/2021-02/Contributos\\_para\\_a\\_implementacao\\_de\\_EaD.pdf](https://apoioescolas.dge.mec.pt/sites/default/files/2021-02/Contributos_para_a_implementacao_de_EaD.pdf)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2022). *Plano 21/23 Escola+: Segundo relatório de monitorização*. Obtido de [https://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1369&file Name=DGEEC\\_SegundoRelatorio\\_de\\_Monitorizacao\\_.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1369&fileName=DGEEC_SegundoRelatorio_de_Monitorizacao_.pdf)
- Duarte, I. M. (2021). Educação em tempo de pandemia: “travar o. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, 23(2). Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136793/2/506180.pdf>
- Ensino Magazine. (2022). ABANDONO ESCOLAR DESCE PARA NÍVEIS HISTÓRICOS EM PORTUGAL. *Ensino Magazine*. Obtido de <https://www.ensino.eu/ensino-magazine/escola/2022/taxa-de-abandono-escolar-desce-para-niveis-historicos/>
- Ferreira, A. R., & Gonçalves, D. (2020). Políticas educativas em tempos de COVID em Portugal: que relação com a igualdade, equidade e inclusão em educação? *Revista Galega de Educación*, 49-52. Obtido de [http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/2891/1/NUMEROESPECIAL\\_RGE\\_COVID\\_XUNHO2020.pdf](http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/2891/1/NUMEROESPECIAL_RGE_COVID_XUNHO2020.pdf)
- Governo da República Portuguesa. (10 de fevereiro de 2021). *Taxa de Abandono Precoce de Educação e Formação com mínimo histórico e ultrapassando a meta europeia de 10%*. Obtido de XXII Governo - República Portuguesa: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDQyswAA%2buEFlAUAAAA%3d>

- Kripka, R., Scheller, M., & Bonotto, D. L. (2015). Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. Em A. P. Costa, P. A. Castro, S. Rodrigues, & S. P. Linhares, *Atas do 4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa e do 6º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação*. v. 2: Atas – Investigação Qualitativa na Educação.
- Martins, G. d., Gomes, C. A., Brocardo, J. M., Pedroso, J. V., Carrillo, J. L., Silva, L. M., . . . Rodrigues, S. M. (2017). Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. p. 30. Obtido de [https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto\\_Autonomia\\_e\\_Flexibilidade/perfil\\_dos\\_alunos.pdf](https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf)
- Ministério da Educação. (agosto de 2020). Orientações para a Recuperação e Consolidação das Aprendizagens ao Longo do Ano Letivo de 2020 / 2021. Obtido de [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/orientacoes\\_2020.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/orientacoes_2020.pdf)
- Office of the High Commissioner for Human Rights. (20 de julho de 1998). *Universal Declaration of Human Rights*. Obtido de United Nations Human Rights Office of the High Commissioner: <https://www.ohchr.org/en/udhr/pages/Language.aspx?LangID=por>
- Romão, R. J. (19 de fevereiro de 2020). Políticas educativas e desigualdades escolares: um estudo de caso nas escolas TEIP do Distrito de Castelo Branco. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.11/7136>
- Verdasca, J. L. (2016). *Nota de Apresentação*. Obtido de Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar: <https://pnpse.min-educ.pt/programa>
- Verdasca, J., Neves, A. M., Fonseca, H., Fateixa, J. A., Procópio, M., & Magro-C, T. (2020). A Escola em Tempos de COVID-19 - reflexões sobre o novo "normal" e perspectivas para o futuro — Artigo de opinião da Estrutura de Missão do PNPSE. *NORTE 2020 Educação para Todos, nº13*, 11-14. Obtido de <http://hdl.handle.net/10174/28863>
- Wong, B. (19 de junho de 2020). "O ensino à distância veio agravar as desigualdades existentes". *Público*. Obtido de <https://www.publico.pt/2020/06/19/impar/entrevista/ensino-distancia-veio-exacerbar-desigualdades-existent-1921245>

## Legislação

Lei n.º 46/86 de 14 de outubro da Assembleia da República. Diário da República n.º 237/1986, Série I (1986). Disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/46-1986-222418>.

Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho do Gabinete do Secretário de Estado da Educação. Diário da República n.º 143/2017, Série II (2017). Disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/6478-2017-107752620>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República n.º 70/2016, Série I (2016). Disponível em [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/resolucaoconselhoministros23\\_2016.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/resolucaoconselhoministros23_2016.pdf).

Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro da Presidência do Conselho de Ministros. Administração Interna. Diário da República n.º 21/2019, Série I (2019). Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/21/2019/01/30/p/dre/pt/html>.

Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril do Ministério da Educação. Diário da República n.º 79/2008, Série I (2008). Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/75/2008/04/22/p/dre/pt/html>.

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho da Presidência do Conselho de Ministros. Educação. Diário da República n.º 129/2018, Série I (2018). Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/55/2018/07/06/p/dre/pt/html>.

Decreto-Lei n.º 266-F/2012 de 31 de dezembro do Ministério da Educação e Ciência. Diário da República n.º 252/2012, 3º Suplemento, Série I (2012). Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/266-f/2012/12/31/p/dre/pt/html>.

Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República n.º 52/2020, 1º Suplemento, Série I (2020). Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/10-a/2020/03/13/p/dre/pt/html>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020 da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República n.º 139/2020, 2º Suplemento, Série I (2020). Disponível em <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/53-d/2020/07/20/p/dre/pt/html>.

Portaria n.º 29/2013 de 29 de janeiro do Ministério das Finanças e da Educação e Ciência. Diário da República n.º 20/2013, Série I (2013). Disponível em [https://www.dgeste.mec.pt/wp-content/uploads/2013/09/portaria29\\_20130129\\_DGEstE.pdf](https://www.dgeste.mec.pt/wp-content/uploads/2013/09/portaria29_20130129_DGEstE.pdf).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 de 7 de julho da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República n.º 130/2021, Série I (2021). Disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/90-2021-166569087>.



## **CAPÍTULO VIII – APÊNDICES**

## Esboço das atividades – 1

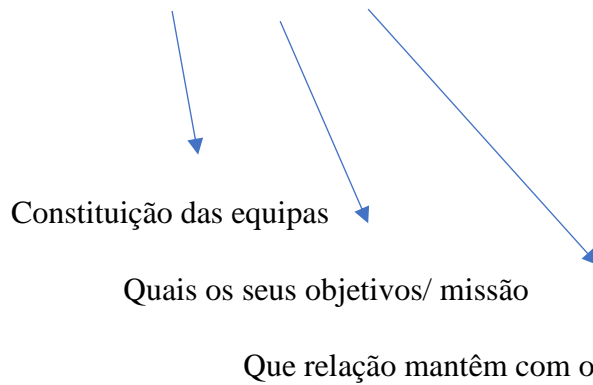
Mês de janeiro

1. Caracterizar a DGEstE:

- ❖ A sua natureza
- ❖ Organograma
- ❖ Missão

2. Caracterizar/compreender a estrutura interna da DGEstE:

- ❖ Conhecer as equipas



3. Compreender como é assegurada a concretização das políticas educativas definidas pelo Ministério da Educação, que instrumentos utilizam para assegurar esta realização das políticas.

## **Esboço das atividades - 2**

Mês de fevereiro

- ❖ Entrevistas a alguns municípios da Região Alentejo de forma a compreender que dificuldades sentiriam com a pandemia, no domínio da educação, e o que foi feito para apoiar os agrupamentos. (Os municípios serão selecionados de forma que estejam representadas as sub-regiões do Alentejo);
- ❖ Tarefas designadas pela Delegada Regional.

### **Esboço das atividades - 3**

Mês de março

- ❖ Continuação das entrevistas aos municípios;
- ❖ Entrevistas aos agrupamentos de escolas de Évora, de forma a compreender as dificuldades que enfrentaram com a COVID-19;
- ❖ Tarefas designadas pela Delegada Regional.

## **Esboço das atividades - 4**

Mês de abril

- ❖ Continuação das entrevistas aos municípios (falta Beja);
- ❖ Continuação das entrevistas aos agrupamentos (falta Gabriel de Pereira);
- ❖ Tarefas designadas pela Delegada;
- ❖ Prestação de apoio num projeto, (sendo uma das atividades incluídas na proposta de estágio apresentada e, uma vez que o Mestrado tem a vertente dos projetos);
- ❖ Início da observação das ações empregues nos agrupamentos de escolas no âmbito da recuperação das aprendizagens, (ida às escolas observar as ações e medidas que estão a ser desenvolvidas).

## **Esboço das atividades - 5**

### Atividades de Maio

- ❖ Entrevista ao Agrupamento de Escolas Gabriel de Pereira (aguardo resposta);
- ❖ Observação das ações em desenvolvimento para recuperação das aprendizagens:
  - Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício
  - Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira
  - Agrupamento de Escolas André de Gouveia
  - Agrupamento de Escolas Severim de Faria
- ❖ Acompanhar as ações que estão a ser desenvolvidas no âmbito do acolhimento dos refugiados da Ucrânia, bem como da legislação e orientações produzidas (Dra. Manuela Moio).

## **Guião A**

### Guião da entrevista semiestruturada à Câmara Municipal de Évora

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia, no domínio da educação, em termos de projetos o que parou?
2. Como combateram essas dificuldades, que medidas tomaram, novos modos de organização?
3. Sendo que a pandemia acentuou as desigualdades na educação, o que foi feito para apoiar os agrupamentos, de forma a combater este aumento das desigualdades?
4. Neste momento como apoiam os agrupamentos, no pós-pandemia?

## **Guião B**

Guião da entrevista semiestruturada à Câmara Municipal de Elvas

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia, no domínio da educação, em termos de projetos o que parou?
2. Como combateram essas dificuldades, que medidas tomaram, novos modos de organização?
3. Sendo que a pandemia acentuou as desigualdades na educação, o que foi feito para apoiar os agrupamentos, de forma a combater este aumento das desigualdades?
4. Neste momento como apoiam os agrupamentos, no pós-pandemia?



## **Guião C**

### Guião da entrevista semiestruturada à Câmara Municipal de Odemira

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia, no domínio da educação, em termos de projetos o que parou?
2. Como combateram essas dificuldades, que medidas tomaram, novos modos de organização?
3. Sendo que a pandemia acentuou as desigualdades na educação, o que foi feito para apoiar os agrupamentos, de forma a combater este aumento das desigualdades?
4. Neste momento como apoiam os agrupamentos, no pós-pandemia?

## **Guião D**

### Guião da entrevista semiestruturada à Câmara Municipal de Beja

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia, no domínio da educação, em termos de projetos o que parou?
2. Como combateram essas dificuldades, que medidas tomaram, novos modos de organização?
3. Sendo que a pandemia acentuou as desigualdades na educação, o que foi feito para apoiar os agrupamentos, de forma a combater este aumento das desigualdades?
4. Neste momento como apoiam os agrupamentos, no pós-pandemia?

## **Guião E**

### Guião da entrevista semiestruturada ao Agrupamento de Sines

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia?
2. De que forma, foram apoiados para combater essas dificuldades (Câmara Municipais e/ou entidades públicos e entidades privadas)?
3. Que desigualdades identificaram, que se tenham acentuada devido à pandemia?
4. O que foi e, está a ser feito para combater essas desigualdades e recuperar as aprendizagens afetadas pela pandemia?
5. Plano 21|23 Escola+.

## **Guião F**

Guião da entrevista semiestruturada ao Agrupamento de Escolas de Amareleja

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia?
2. De que forma, foram apoiados para combater essas dificuldades (Câmara Municipais e/ou entidades públicas e entidades privadas)?
3. Que desigualdades identificaram, que se tenham acentuada devido à pandemia?
4. O que foi e, está a ser feito para combater essas desigualdades e recuperar as aprendizagens afetadas pela pandemia?
5. Plano 21|23 Escola+.

## **Guião G**

Guião da entrevista semiestruturada ao Agrupamento de Escolas de Barrancos

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia?
2. De que forma, foram apoiados para combater essas dificuldades (Câmara Municipais e/ou entidades públicos e entidades privadas)?
3. Que desigualdades identificaram, que se tenham acentuada devido à pandemia?
4. O que foi e, está a ser feito para combater essas desigualdades e recuperar as aprendizagens afetadas pela pandemia?
5. Plano 21|23 Escola+.

## **Guião H**

Guião da entrevista semiestruturada ao Agrupamento de Escolas de Gavião

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia?
2. De que forma, foram apoiados para combater essas dificuldades (Câmara Municipais e/ou entidades públicos e entidades privadas)?
3. Que desigualdades identificaram, que se tenham acentuada devido à pandemia?
4. O que foi e, está a ser feito para combater essas desigualdades e recuperar as aprendizagens afetadas pela pandemia?
5. Plano 21|23 Escola+.

## **Guião I**

Guião da entrevista semiestruturada ao Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira  
Patrício

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia?
2. De que forma, foram apoiados para combater essas dificuldades (Câmara Municipais e/ou entidades públicas e entidades privadas)?
3. Que desigualdades identificaram, que se tenham acentuada devido à pandemia?
4. O que foi e, está a ser feito para combater essas desigualdades e recuperar as aprendizagens afetadas pela pandemia?
5. Plano 21|23 Escola+.

## Guião J

Guião da entrevista semiestruturada ao Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia?
2. De que forma, foram apoiados para combater essas dificuldades (Câmara Municipais e/ou entidades públicas e entidades privadas)?
3. Que desigualdades identificaram, que se tenham acentuada devido à pandemia?
4. O que foi e, está a ser feito para combater essas desigualdades e recuperar as aprendizagens afetadas pela pandemia?
5. Plano 21|23 Escola+.



## **Guião K**

Guião da entrevista semiestruturada ao Agrupamento de Escolas n.º 2 de Serpa

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia?
2. De que forma, foram apoiados para combater essas dificuldades (Câmara Municipais e/ou entidades públicos e entidades privadas)?
3. Que desigualdades identificaram, que se tenham acentuada devido à pandemia?
4. O que foi e, está a ser feito para combater essas desigualdades e recuperar as aprendizagens afetadas pela pandemia?
5. Plano 21|23 Escola+.

## **Guião L**

Guião da entrevista semiestruturada ao Agrupamento de Escolas José Régio

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia?
2. De que forma, foram apoiados para combater essas dificuldades (Câmara Municipais e/ou entidades públicas e entidades privadas)?
3. Que desigualdades identificaram, que se tenham acentuada devido à pandemia?
4. O que foi e, está a ser feito para combater essas desigualdades e recuperar as aprendizagens afetadas pela pandemia?
5. Plano 21|23 Escola+.

## **Guião M**

Guião da entrevista semiestruturada ao Agrupamento de Escolas de Arronches

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia?
2. De que forma, foram apoiados para combater essas dificuldades (Câmara Municipais e/ou entidades públicos e entidades privadas)?
3. Que desigualdades identificaram, que se tenham acentuada devido à pandemia?
4. O que foi e, está a ser feito para combater essas desigualdades e recuperar as aprendizagens afetadas pela pandemia?
5. Plano 21|23 Escola+.

## **Guião N**

Guião da entrevista semiestruturada ao Agrupamento de Escolas Gabriel de Pereira

1. Que dificuldades sentiram com a pandemia?
2. De que forma, foram apoiados para combater essas dificuldades (Câmara Municipais e/ou entidades públicos e entidades privadas)?
3. Que desigualdades identificaram, que se tenham acentuada devido à pandemia?
4. O que foi e, está a ser feito para combater essas desigualdades e recuperar as aprendizagens afetadas pela pandemia?
5. Plano 21|23 Escola+.

## **Entrevista A**

### Entrevista ao Comissário da Polícia de Segurança Pública

- Como foi feita a monitorização e garantida a educação com a pandemia de COVID-19?

#### Monitorização das escolas com o COVID-19

Atendendo a que as escolas têm a sua autonomia, e não é possível verificar cerca de 5400 escolas, um a um, o Plano de Contingência que foram obrigadas a adotar. Foi criada uma plataforma de monitorização, em que as escolas certificavam que tinham um Plano de Contingência direcionado para a pandemia (garantia em como a escola tinha feito o Plano de Contingência). Caso, não tivesse realizado, o Plano de Contingência, não lhe era possível seguir com o preenchimento da plataforma e, tinha que submeter à Direção de Serviços Regional o seu Plano de Contingência, logo que o tivesse.

Não tivemos casos desses, as escolas foram super proativas e fizeram logo a adaptação dos seus Planos de Contingência, de acordo como o que iam sendo as determinações da autoridade de saúde.

#### Monitorização de casos COVID-19 nas escolas

À medida que iam surgindo casos positivos o diretor da escola ou quem delegasse, tinha que ir à plataforma preencher que teve um caso positivo de um docente ou não docente ou aluno.

#### Transição entre regimes

Quando havia muitos casos e a escola tinha que passar para ensino não presencial, também, houve uma Resolução de Conselho de Ministros que era a 53º D, que determinou que tinha de ser autorizado pela DGEstE, essa transição entre regimes, e tinha que ser do conhecimento da DGEstE. Portanto os diretores, acediam à plataforma e submetiam o pedido, e a respetiva DSR fazia a monitorização dos pedidos da situação de cada escola.

- Obrigada!

## Entrevista B

Entrevista a um elemento da Divisão de Educação da Câmara Municipal de Évora

- Que dificuldades sentiu a Câmara Municipal de Évora com o COVID-19 na educação?

A primeira dificuldade, logo, foi na reorganização interna do serviço. Porque tive logo que perceber que tinha de montar uma equipa de apoio direto às pessoas e, no fundo, nós fomos os braços armados dos serviços municipal de proteção civil. Reorganizar uma equipa constituída por mulher com muitos filhos menores, em que grande parte ficou em teletrabalho, mas que havia que dar resposta aquilo que eram as necessidades que as pessoas sentiam no território e tinha que ser com os nossos reforços internos.

E, aí, foi a primeira desigualdade interna, as pessoas que ficaram em teletrabalho ficaram com um resguardo muito diferente de quem teve que estar no direto, e apoiar pessoas com COVID-19.

Na área da educação, nós demos prioridade àquilo que eram os serviços básicos que eram por um lado manter as escolas de referência abertas e o serviço de refeições e, por outro lado, começar a reorganizar tudo para uma nova realidade. Que era uma reabertura das escolas com as condições de segurança resolvidas ou muito próximo, por forma a que tivéssemos um mais possível cientes que estávamos a jogar na antecipação e na prevenção.

E, então, o que fizemos foi constituir uma equipa com serviço municipal de proteção civil e saúde, em que fomos a todas as escolas perceber, por um lado se havia dificuldades no plano de contingência, por outro lado dar apoio ao plano de contingência, proceder algumas revisões no plano de contingência e, depois, com todo apetrechamento que as escolas tinham que ter para a execução do seu plano de contingência. Nomeadamente, desde logo, a questão da sala de isolamento, a questão das compras do álcool gel e dos equipamentos de proteção individual.

Outro plano de contingência que tivemos logo que fazer diferente do geral, tinha que ver com o fornecimento de refeições, ou seja, este tinha que ser um contínuo.

Reagimos, também, logo de imediato com a colocação de 60 computadores portáteis que fizemos chegar aos agrupamentos de escolas e comprámos *webcams* para que os alunos pudessem utilizar os computadores fixos, que eram os que nós tínhamos colocado nas escolas de 1º ciclo e no pré-escolar.

- A Câmara Municipal desenvolve diversos projetos educativos, coma pandemia estes ficaram em *standby* ou nem chegaram a ser concretizados?

Os projetos que acabaram por passar para segundo plano, em que alguns nem foram exequíveis, foram os da educação não formal. Houve uns em que conseguimos ter a capacidade de os adaptar à distância, houve outros que era mais difícil de o fazer e, portanto, houve ações que foram adiadas.

Ou seja, tudo o que conseguimos fazer online fizemos. O que não conseguimos tivemos que passar para uma fase seguinte. Mas conseguimos, fazer o quê, as AEC's adaptámos ao formato online, tínhamos um projeto de promoção do sucesso escolar que era o "EducArte" e, também, mantivemos a comunicação com os professores, com os meninos, com os pais, com mensagens informáticas. E, mantivemos os apoios individuais que estavam a ter com os psicólogos, mas via telefone.

Tivemos projetos que conseguimos passar para o online, nomeadamente o Dia da Criança, as nossas propostas forma com espetáculos digitais. Até, o próprio Carnaval, nós fizemos propostas online. Fazíamos uns jogos que eram "Um, dois, três, gira lá outra vez" que era através da Ludoteca e da Loja dos Sonhos, e tivemos os projetos educativos, nomeadamente o "3P" que é o projeto de promoção do património de Évora em que fizemos propostas online e jogos online.

A pandemia foi uma oportunidade de trabalharmos muito com a rede, com a saúde, com aquilo que eram as respostas sociais de primeira linha.

- Sentiram que os mais desfavorecidos, foram os que acabaram por ficar mais prejudicados?

Sentimos, apesar das nossas respostas terem este foco, houve sempre um tempo de organização que tivemos de ter, em que estas pessoas ficaram mais vulneráveis.

Lembro que uma das situações que ativámos foram as fotocópias, e as Juntas de Freguesia levavam aos miúdos os trabalhos. Nós estamos a falar de situações em que tentámos igualar ao dar respostas, mas se continuam em desigualdade? Continuam.

Demos a melhor resposta que estava ao nosso alcance, não conseguimos dar a todos, porque os meios não nos permitiram dar a todos de forma igual.

- Obrigada pela participação e pela sua disponibilidade para participar!



## Entrevista C

### Entrevista a um elemento da Câmara Municipal de Elvas

- Que dificuldades é que a Câmara Municipal de Elvas, durante a pandemia no domínio da educação?
- Onde tiveram mais dificuldades?
- Que problemas foram encontrando?
- De que forma foram tentando selecionar ou adaptarem-se e organizar um novo modelo de gestão para combater estas dificuldades?
- Como apoiaram os Agrupamentos de Escolas?

De início, foi tudo novo para nós e, também, para as direções dos Agrupamentos de Escolas.

E, o que foi feito, foi feito um trabalho de muita parceria com as direções dos agrupamentos. Nós colocámos à disposição, neste caso daquilo que era os nossos recursos, para, também, colmatar aqui as desigualdades ao nível do concelho. E, nesse âmbito, nós adquirimos, de forma a apoiar o ensino a distância, 300 *routers* pra utilização dos alunos carenciados do concelho. E, esses *routers* foram utilizados por alunos desde o 1º ano até ao 12º ano. Nós, também, já temos a transferência de competências até ao 12º ano, então foi assim.

E, disponibilizámos 900 *tablets* que estavam de apoio ao 1º ciclo para todos os alunos do 1º ano ao 12º ano que não tivessem computador portátil para poderem aceder às aulas em formato digital. Em termos de ensino a distância, foram esses os dois apoios.

Paralelamente a isto fizemos, também, uma sala de apoio ao estudo online, ou seja, utilizámos uma equipa multidisciplinar que estavam nas escolas para poder dar apoio a alunos que tivessem mais dificuldades e tivessem ficado sem esse apoio na escola. Esta sala de apoio online funcionava no horário após o professor titular, entre as 16h e a 17 horas.

Reforçámos, também, as bolsas de estudo ao ensino superior. Ou seja, para colmatar um bocadinho as dificuldades dos agregados nesta altura, aumentámos a atribuição mediante o rendimento per capita, que abrangeu mais de 30 alunos do concelho que se juntaram aos 131 alunos que já tinham esta bolsa.

Depois, como medidas de apoio, tivemos em atenção as famílias que tiveram um decréscimo no rendimento. E, atribuímos cabazes de alimentos a todos os alunos carenciados de escalão A e B, entre o pré-escolar e o 12º ano, durante dois meses, tempo em que supriram das refeições nas escolas que envolveu cerca de 1000 alunos.

Quando iniciámos as refeições em regime presencial, equiparámos as refeições do escalão B ao escalão A, ou seja, o escalão B ficou sem pagar as refeições. E, os alunos do 10º, 11º e 12º anos que pagavam 50% do valor do transporte escolar, ficaram isentos deste pagamento. O município assumiu o pagamento do transporte escolar a estes alunos.

Fizemos, também, um reforço dos assistentes operacionais nas escolas, que foi uma medida que foi lançada pelo Ministério da Educação, em que foram acrescentados rácios aos agrupamentos de escolas durante um período de 1 ano e meio. De forma, apoiar nas higienizações durante o tempo de pandemia.

Depois, adquirimos álcool gel, máscaras e equipamentos para a portaria para mediação de temperatura e higienização das mãos.

Atribuímos, também, refeições em regime de *takeaway* para todos os alunos quando estavam em tempo de isolamento e para os alunos que estavam em regime de acolhimento, uma vez que os pais tinham que trabalhar.

Paralelamente, a isto, em todas as férias escolares assumimos a atribuição das refeições em regime *takeaway*.

- Relativamente, aos vossos projetos. Ficaram parados? Adotaram medidas para os desenvolverem online?

Um das medidas que lhe falei, a Sala de Apoio, foi feito através de um projeto desenvolvido nas escolas primárias, em que utilizámos a equipa do projeto precisamente para o apoio ao estudo, uma vez que o objetivo principal do projeto, naquela altura não podia ser posto em prática.

- Com o pós-pandemia, em que esta, está a estabilizar. E, que já existe conhecimento das desigualdades que ficaram mais acentuadas, principalmente entre os alunos do 2º e 3º anos de escolaridade. A Câmara Municipal, neste momento está a apoiar as escolas com algumas medidas ou as escolas estão mais autónomas e remetem as maiores necessidades que estão a sentir, como é que está a vossa relação com os agrupamentos de escolas?

Não, neste momento as escolas estão a funcionar normalmente, completamente adaptadas à situação da pandemia. Ainda assim, estamos a apoiar através do empréstimo de equipamentos informáticos aos alunos, independentemente de ter escalão ou não.

As escolas tiveram um reforço de auxiliares, que ajuda muito toda a vida escolar.

- Muito obrigada pela disponibilidade em participar na entrevista!

## Entrevista D

Entrevista a um elemento da Divisão de Desenvolvimento Sociocultural da Câmara Municipal de Odemira

- Que dificuldades é que a Câmara de Odemira sentiu devido à pandemia no domínio da educação?
- Como se organizaram?
- Os projetos tiveram de parar ou adaptaram-se à nova realidade?
- Como apoiaram os Agrupamentos de Escolas, durante esta fase?

Quando fomos surpreendidos pela COVID-19 em março de 2020, tivemos que nos organizar, foi um ano em que tínhamos uma candidatura na área da educação de planos de promoção do sucesso, tínhamos muitas atividades e muitos projetos no terreno.

Inicialmente, na primeira suspensão, nós pensámos que era uma coisa temporária, o que é certo é que correram dois anos e ainda estamos aqui dentro da normalidade possível.

Grande parte dos projetos foram suspensos, nós tínhamos projetos com os vários Agrupamentos de Escolas, com os diferentes níveis de educação, no domínio das artes, no domínio da atividade física, da terapia da fala, e depois tínhamos as atividades normais que nós desenvolvíamos com eles, como as Jornadas da Educação, o Encontro Anual de Educação, as reuniões mensais com os diretores, portanto tudo isto, nós tivemos que adaptar.

Os projetos foram, por decisão do município e dos Agrupamentos de Escolas, suspensos, as reuniões mensais passaram a ser online, íamos encontrando estratégias, nós e os agrupamentos de escolas para minimizar os impactos que esta pandemia estava a ter no território.

Relativamente às refeições, em colaboração com os fornecedores e com as Juntas de Freguesia, conseguimos continuar a assegurar as refeições àquelas crianças que tinham manifesta necessidade, conseguimos aqui num esforço conjunto resolver essas questões.

Não houve criança nenhuma que teve necessidade e não tivéssemos conseguido fazer-lhes chegar a refeição, e nalguns casos não sendo competência nossa, havia miúdos que tinham irmãos que andavam no 2º e 3º ciclo ou até no secundário, as próprias Juntas de Freguesia ou os próprios Agrupamentos de Escolas, também em conjunto connosco, conseguiam suprir essa necessidade.

O município, também, fez a aquisição de computadores e *tablets*, uns destinados mais aos alunos do 1º ciclo, outros aos alunos dos 2º 3º ciclo, estes equipamentos tinham um objetivo muito específico, eram destinados aos alunos do 1º, 2º 3º ciclos com carências económicas, mas nós sabemos que nestas situações também temos famílias que não têm carências económicas, mas que às vezes tem 2 ou 3 filhos na escola, os próprios pais acabaram por ficar em teletrabalho, e não existe capacidade financeira para adquirir os equipamentos necessários, portanto acordámos com os Agrupamentos de Escolas, foi que a gestão destes equipamentos seria da responsabilidade dos Agrupamentos e de acordo com as necessidades que fossem encontradas e dadas como necessárias.

O retorno que nós temos de todos os Agrupamentos é que efetivamente estes equipamentos foram uma mais-valia, porque possibilitaram às crianças que pudessem assistir às aulas e desenvolver os trabalhos.

Claro que isto foi, um processo difícil e novo para todos, os professores tiveram algumas dificuldades em adaptarem-se, os próprios pais tiveram dificuldade em adaptarem-se, os alunos também, realmente foi uma situação complicada. Mas com o tempo e, em conjunto foram encontradas estratégias de maneira que se conseguisse dar resposta.

Depois, nós aqui no concelho temos outra situação, que é característica daqui, que tem haver com a nossa dimensão, que é, em algumas zonas não existir rede de *internet*, por mais boa vontade que nós e os pais tivéssemos, efetivamente as crianças não lhe faziam diferença ter computador ou não, então nesses casos, em conjunto com as Juntas de Freguesia e com as escolas, foram encontradas formas de fazer chegar aos pais e aos alunos os materiais em suporte de papel e, depois, recolhidos para que os alunos pudessem acompanhar as matérias.

Claro, que depois também tivemos aquelas questões relacionadas com os profissionais que tinham de estar a trabalhar e aí as escolas de acolhimento desempenharam um papel muito importante.

Depois, nós aqui, também, temos uma outra questão, que é a questão dos migrantes. Que com a pandemia, esta situação de alguma forma também se veio a complicar, porque as casas eram sobrelotadas e com a pandemia piorou, e foram tomadas algumas medidas de realojamento, foram criados os centros de quarentena.

De certa forma em conjunto com todos os parceiros no terreno, fomos conseguindo dar resposta a todas estas questões.

Claro que é irreal, dizer que todos os alunos e professores tiveram o mesmo desempenho, porque todos sabemos, especialmente no ano de 2020 foi muito difícil, porque foi um reaprender de tudo. Os professores tiveram que se adaptar, às vezes não havia equipamentos, era difícil chegar às crianças, num concelho como o nosso que é bastante extenso.

Mas quando regressámos em setembro de 2020, as coisas já foram organizadas mediante a situação, embora muitos dos projetos não tenham voltado ao terreno, mas conseguimos de alguma forma adaptá-los e, em 2021 fazer algumas atividades de forma mista, já foi possível organizar o nosso Encontro Anual de Educação, fomos a pouco e pouco introduzindo os projetos nas escolas numa versão online, e portanto continuámos a ter “O Desporto vai à Escola”, embora fosse em vídeo, temos também um projeto que tem haver com o yoga no pré-escolar e no 1º ciclo que foi trabalho online, os vídeos eram enviados aos professores.

➤ Neste momento de que forma estão a apoiar os Agrupamentos?

Nós continuámos sempre a apoiar as escolas, até porque na fase maior da pandemia também apoiamos com os desinfetantes, na aquisição de máscaras, produtos de limpeza. E, hoje continuamos a articular no sentido, de sempre que há uma situação em que seja necessário dar o nosso apoio, ao nível das nossas disponibilidades e das nossas possibilidades, continuaremos sempre a apoiar os agrupamentos de escolas e os alunos.

➤ Sentiram que com a pandemia a relação entre o município, os alunos, os pais e os Agrupamentos de Escolas e Juntas de Freguesia, ficou mais forte?

Sem dúvida, quando surgem dificuldades, estas tendem ou a separar ou a juntar as pessoas numa congregação de esforços para resolver os problemas que vão surgindo à medida das disponibilidades de cada um e das capacidades de cada um. E, no concelho

de Odemira verificou-se que houve um fortalecimento de relacionamento entre as várias entidades, toda a comunidade educativa.

➤ Muito obrigada!

## Entrevista E

### Entrevista a um elemento da Câmara Municipal de Beja

- Que impactos originou a pandemia no Município de Beja, no domínio da educação?
- Como se organizaram?
- Como apoiaram os Agrupamentos de Escolas, durante esta fase?

Com a pandemia parou tudo, parou o País, pararam as escolas, só não parámos nós. E, quem está na linha da frente nunca pode parar, especialmente, porque há sempre entre os desfavorecidos há sempre desigualdades. E, naturalmente, que o município de Beja não foi exceção, houve aqui uma consciência que eu tive desde sempre, que foi, toda a agente pode ir para casa, menos os profissionais de saúde, a polícia que tinha de andar na rua a controlar as coisas e, nós que erámos os responsáveis pela cidade e pelas freguesias rurais.

Nós criámos uma série de respostas, relativamente à educação, logo na primeira fase do confinamento e, em estreita articulação entre a Câmara Municipal de Beja, a CARITAS e os Agrupamentos de Escolas, estivemos a ver quem eram os alunos escalonados e os que só faziam uma refeição por dia, que era na escola. O que tentámos fazer foi que os alunos com escalão A e B, continuaram a usufruir dessas refeições, ou seja, nós continuámos com os Agrupamentos de Escolas a confeccionar refeições.

Depois, nem todos os alunos tinham meios digitais e nós, por exemplo, para a comunidade de etnia cigana, com as escolas articulámos a entrega de fichas ao domicílio, portanto íamos levar os trabalhos e depois íamos recolher, isto fizemos através de porta a porta dentro e fora da cidade. Mais tarde, houve a hipótese de uma candidatura conjunta com a EDP e, aí, sim conseguimos disponibilizar alguns meios digitais de comunicação, apoiados pela EDP, no sentido de os alunos que tendo menos possibilidades, tinham as condições ideais para ter meios digitais em casa e, ainda, disponibilizámos algumas bandas largas de *Internet*.



Depois, mais tarde, tivemos a abertura da escola de acolhimento para os filhos de profissionais ligados à área da saúde, às forças de segurança, sem qualquer custo para os progenitores, no sentido em que os pais tinham que garantir o apoio à comunidade, tinham profissões que não podiam parar e estes meninos não tinham onde ficar. E, abriu-se, igualmente, a Unidade de Multideficiência para que os alunos com necessidades educativas especiais tivessem sempre acesso a esta resposta, e não deixassem de ter acompanhamento nesta fase complicada.

Portanto, as dificuldades foram sempre minimizadas, nós conseguimos dar este tipo de respostas, foram alavancadas, aqui, com alguma resiliência, foram intensas, houve muito trabalho por parte dos funcionários da autarquia, mas acima de tudo houve uma grande vontade coletiva dentro da autarquia para minimizar as desigualdades que se acentuaram mais nesta altura.

- Os projetos da Câmara, ligados à educação, pararam?
- Como estão a funcionar neste momento?

Nós parámos com os projetos que exigiam, mesmo, a questão presencial. Mas, todos aqueles que pudemos manter através dos meios digitais, fizemo-los, nomeadamente, “O Canto nas Escolas”, nós arranjámos forma de os meninos terem algumas de canto através do PC, depois tivemos outra série de projetos que se houvesse condições para serem feitos através dos meios digitais, continuaram, quando não havia condições tiveram que interromper temporariamente.

Mas o que é que nós sentimos? Sentimos, que houve um grande desgaste por parte dos profissionais das escolas, que tinham que preparar as aulas; sentimos que alguns miúdos não estavam motivados, ou seja, percebeu-se que é desvantajoso a pessoa não estar fisicamente.

E, neste momento os projetos já estão todos no presencial.

- Muito obrigada pela participação e pela disponibilidade cedida!

## Entrevista F

Entrevista a um elemento da Direção do Agrupamento de Escolas de Sines

- Que dificuldades é que o Agrupamento de Escolas de Sines sentiu com a pandemia?
- Que dificuldades é que tiveram de ultrapassar e, de que modo as ultrapassaram?
- Como estão a recuperar as aprendizagens?

Quando fomos para confinamento, a grande primeira dificuldade que nós sentimos foi, “e, agora ficámos com os meninos nas mãos, como é que vamos fazer para conseguir montar um sistema de ensino a distância, para conseguir chegar a todos os alunos, não deixar nenhum para trás, com todas as dificuldades inerentes?”

Quais eram as dificuldades inerentes? Em primeiro lugar, como é que todos os professores podiam, se organizar, e de que forma e que plataforma iríamos usar para chegar aos nossos alunos. E, decidimo-nos por utilizar o #EstudoemCasa no 1º ciclo e 2º ciclo; e, a plataforma *Google Classroom* a partir do 3º ciclo, relativamente ao pré-escolar decidimos usar grupos fechados de *Facebook*.

Depois, em conjunto, em inúmeras sessões online com todos os professores e técnicos do Agrupamento, durante as férias da Páscoa, pensámos como é que iríamos desenhar o horário dos alunos. Decidimos um conjunto de ações, nomeadamente partir os grupos das turmas em dois, com exceção do pré-escolar; definimos, logo, que iríamos ter sessões síncronas e sessões seguidas às síncronas, assíncronas.

Para além disto, criámos horas de atendimento aos encarregados de educação online; ao mesmo tempo, também, o apoio tutorial específico online; assim como, os docentes de educação especial, os terapeutas e os psicólogos, atendiam online.

Depois, havia um problema, nós somos TEIP. O que é que acontece, muitos dos nossos alunos não tinham equipamentos tecnológicos, então, decidimos junto de todas as empresas locais e nacionais solicitar a sua solidariedade e, posso dizer-lhe que recebemos cerca de 300 equipamentos para poder emprestar aos alunos.

Depois, tínhamos os equipamentos, mas havia outro problema, a questão da *Internet* em casa. Portanto, passámos para a segunda fase, e conseguimos que houvesse doação de hotspots portáteis, para esses alunos.

Mas isto não chegava, porquê? Porque, tínhamos famílias desprovidas de qualquer competência digital. No primeiro ciclo e no pré-escolar, contámos com o apoio dos pais, mas havia crianças que nem com o apoio dos pais, nem como o nosso apoio online, nada. Nós, também, criámos uma equipa de apoio de ensino a distância, constituída por professor de TIC e por professores que já têm o nível de desenvolvimento das competências digitais avançado.

Depois, também, dentro das turmas do 3º ciclo, os professores conseguiram encontrar um a dois alunos que fosse o “amigo digital”, era ele que ajudava os seus colegas nas competências digitais.

Mas, isto não chegou, então tivemos que encontrar outras soluções. Desde meninos que nem tinham televisão em casa para acompanhar o #EstudoemCasa e, então junto da Câmara Municipal, dos serviços sociais, conseguimos encontrar televisões, conseguimos instalar; e, os professores planificavam de acordo com o #EstudoemCasa.

Depois, tínhamos o vai e vem das atividades em suporte papel, que era feito através dos nossos parceiros. Outra alternativa, que nós encontrámos, foi para os meninos de etnia cigana, numa primeira fase o diretor de turma ou o professor titular estavam disponíveis um dia e uma hora na escola, para tentar ajudar os alunos nas questões informáticas. Numa segunda fase, os professores proponham tarefas em suporte papel, eram deixadas na portaria das escolas e os encarregados de educação vinham buscar.

Fomos colmatando, assim, as necessidades.

Quando, foi possível retomar à escola, os alunos em risco foram recebidos na escola, devido às suas diferentes problemáticas. Os alunos tinham aulas online, mas na escola, acompanhados por assistentes operacionais e por docentes que não eram titulares de turma.

Relativamente, às refeições que eram muito importantes, principalmente, neste território que é TEIP. Organizámos com a Câmara Municipal, com a Associação Cabo-Verdiana e o Lar de Acolhimento da Santa Casa da Misericórdia dos Rapazes. Com a Câmara identificámos todas as famílias que necessitavam de receber almoço, não só

aquelas que beneficiavam de auxílios, mas todos. E, organizámo-nos e fizemos uma rede de *takeaway*, dividimos a cidade em zonas e, depois, a Câmara confeccionava as refeições e fazia a distribuição porta a porta aos nossos alunos.

Depois, da primeira edição do confinamento, porque isto houve várias. O que é que nós fizemos? Fizemos uma avaliação de como é que tinha decorrido o processo, fizemos uma avaliação com os professores, com os assistentes operacionais, com os alunos e fizemos reuniões por escola com os representantes dos encarregados de educação desde o pré-escolar ao 9º ano de escolaridade.

E, nessas reuniões de reflexão foram identificadas fragilidades e foram propostas alterações pra um modelo futuro, caso fosse necessário. Redefinimos o nosso desenho de ensino a distância e na planificação do ano letivo seguinte, 2020/2021, redefinimos as prioridades, alterámos algumas regras de funcionamento de ensino a distância e definimos um plano híbrido. Ou seja, definimos um plano para organização do ano letivo se fosse todo presencial e o plano de atividades como se ele fosse todo presencial, e concebemos um plano misto, caso houvesse necessidade de ir e vir. E, concebemos um conjunto de atividades mistas.

Isto, porquê? Porque, para além de nós querermos que os alunos fizessem aprendizagens, a nossa maior preocupação era a saúde mental e o bem-estar dos alunos, nomeadamente a deteção de alguns casos que necessitassem de intervenção.

Depois, relativamente à recuperação das aprendizagens, traçámos dois objetivos. A saúde mental e bem-estar, e as competências da leitura.

Numa segunda fase, apostámos, também, na capacitação digital dos alunos, e demos formação aos encarregados de educação para conseguirem apoiar os seus educandos.

Numa terceira fase, que é esta onde nos encontramos, mantivemos a saúde mental e as competências da leitura e, para reforçar as nossas equipas desenhámos uma atividade que se chama “Aventura-te com as Letras”, e concorremos ao PNPSE, contratámos um psicólogo e estamos a trabalhar com os professores titulares de 2º e 3º anos de escolaridade, numa primeira fase de deteção das dificuldades, avaliação da conjuntura familiar e, depois, dar pistas e ajudar os docentes em encontrar estratégias para recuperar e potenciar as competências da leitura e da escrita. A par, de todas as atividades definida do nosso plano de atividades.

Depois, temos outro projetos, por exemplo, temos um projeto para a turma que teve menor desempenho a nível das competências da leitura e, fizemos umas atividades específica para esses alunos com a integração de um projeto que é o “ReLer”.

Portanto, temos tentado ir ao encontro de todas as necessidades e não só das aprendizagens, porque nós consideramos que se os alunos não estiverem bem, equilibrados, os professores, os assistentes operacionais, também, se não tivermos um bom clima, estabilidade emocional, podemos fazer tudo, mas os alunos não aprendem.

- Ao longo da entrevista, foi-se evidenciando que as desigualdades que mais se acentuaram foram as das capacidades digitais, para além destas, identificaram mais algumas?

Obviamente, que se os alunos estão confinados e, se as famílias não fazem um acompanhamento aos alunos, não os incentivam a ler, a pesquisar. É, óbvio que são desfavorecidos.

Temos alunos, por exemplo, que vivem todos na mesma divisão, dificilmente têm espaço, dinheiro, oportunidade para se dedicarem.

É óbvio que as famílias mais frágeis em termos económicos, sentiram mais esta desigualdade. Mas, também, temos outras famílias que relativamente ao clima em família, não é fácil. Sabemos, que estas famílias são mais propensas a outros tipos de problemáticas dentro de casa.

Daí, nós termos, assim que pudemos retomar às aulas presenciais, fazer os possíveis para que os alunos retomassem à escola e fosse feito um reforço junto desses alunos, um acompanhamento mais individualizado, dois professores na sala de aula, fazer um trabalho diferente com esses alunos.

Agora, é um processo, estamos atentos, mais próximos do que precisam. E, é um caminho que se faz caminhando.

- Muito obrigada pela sua participação!

## Entrevista G

Entrevista a um elemento da Direção do Agrupamento de Escolas da Amareleja

- Que dificuldades sentiu o Agrupamento de Escolas da Amareleja com a pandemia?
- Como é que se organizaram?

No início foi tremendo, foi uma situação complicada. A partir do momento em que as escolas fecharam, tivemos que pensar de uma maneira diferente, no sentido de prever o que ia acontecer e como é que iríamos captar os nossos alunos sem deixar ninguém para trás. Sabendo há priori que há imensas desigualdades, desigualdades, essas, que a escola de alguma maneira vai colmatando e vai limando, só que com uma situação destas, ninguém sabia o que ia acontecer.

Mas, nós tínhamos uma certeza. Os alunos tinham que continuar as suas aprendizagens e não estando na escola, o que é que a escola tinha que fazer para pôr em prática o processo de ensino a distância?

Nós, elaborámos de imediato um plano de contingência no âmbito do COVID-19 e, pensámos como é que vamos pôr em prática um plano destes, sendo certo que os nossos alunos estando em casa precisam da colaboração de todos para que isto aconteça.

Então, começámos a contar os computadores que tínhamos entre mãos que pudéssemos fornecer aos alunos, para começarmos a estabelecer os contactos com os alunos, no sentido de promovermos as aprendizagens, de maneira que não ficasse ninguém para trás.

Nós munimo-los de todos os instrumentos que tínhamos à nossa disposição, nomeadamente computadores e *tablets* da nossa escola, da biblioteca, da sala de aula do futuro (que é uma incubadora de aprendizagem), com a colaboração das autarquias locais, com o apoio de alguns benfeitores e, também, com o apoio do Programa EPIS.

Claro que a situação não ficava completada, porque nós temos alunos, principalmente, os de etnia cigana que não tinham condições habitacionais para puderem ter estes equipamentos.

Então, o que fizemos foi protocolar com as Juntas de Freguesias e os CTT no sentido de pudermos fazer chegar aos alunos, em suporte papel, a informação e os trabalhos que a escola tinha que programar com os alunos.

Mas, queria destacar o excelente trabalho da Câmara Municipal de Moura ao estabelecer um protocolo com o Centro AMC do Algarve no sentido de promover junto das escolas do Agrupamento um trabalho permanente de forma que o Agrupamento tivesse condições permanentes, de ter um interlocutor privilegiado no sentido de nos ajudar a direcionar qualquer situação que surgisse. Este, protocolo, veio implementar uma estratégia de ação educativa e de adaptação educativa das escolas, ou seja, fizeram de forma permanente atividades de acompanhamento dos planos de adaptação das escolas pelos técnicos do AMC; fizeram a análise das medidas de adaptação em permanência; tiveram reuniões de acompanhamento com as escolas.

É evidente que houve situações muito problemáticas, digamos na forma como nós queríamos esbater as assimetrias que havia relativamente aos alunos com mais dificuldades, nomeadamente as crianças de etnia cigana, no entanto houve protocolos com os CTT, Juntas de Freguesias, a nossa escola (com a assistente social), em que conseguimos levar a esses alunos a documentação necessária para acompanhar as disciplinas.

Tentámos de tudo, para que ninguém ficasse para trás!

- Tendo em conta o Plano 21|23 Escola+, neste momento o que é que o Agrupamento de Escolas da Amareleja está a desenvolver para recuperar as aprendizagens afetadas?

Nós identificámos com muito cuidado e com muito critério as aprendizagens que não foram concretizadas. E, essas aprendizagens tiveram logo um foco fundamental, que quando se preparou o ano letivo presente tratámos logo de avançar com tutorias; com apoio tutorial específico; com coadjuvações em todos os tipos de ensino de maneira que conseguíssemos avançar com a recuperação das aprendizagens.

Sendo certo que, temos estado sempre muito atentos a todas as situações de apoio direto aos alunos, para que essas aprendizagens sejam recuperadas. Também, conseguimos concretizar a parte das coadjuvações e do apoio direto e, os alunos têm a possibilidade através dos projetos que temos em desenvolvimento, o Projeto EPIS; o Projeto MAIA; o nosso Plano de Inclusão Digital, de receber o que têm necessidade para puderem recuperar aprendizagens.

Posso dizer que, o trabalho feito nas AEC's tem ajudado muito, pois é um trabalho feito em projeto e, aí, vê-se as necessidades dos alunos e do que eles necessitam de colmatar.

- Vocês estão a utilizar os vossos projetos para apoiarem os vossos alunos e ajudá-los a recuperar aprendizagens. Sendo que o ano letivo é recente, mas já notaram alguns resultados, melhorias?

Já notámos e, posso dizer que olhando, por exemplo, quando fizemos o balanço do 1º período, comparando com períodos de anos letivos anteriores, nós já tivemos mais sucesso que nos outros anos. Particularmente, no 1º ciclo, no 2º ano de escolaridade, que era um ano com taxa de retenção e com um insucesso muito acentuado, e que através do Projeto EPIS nós temos conseguido ultrapassar esses problemas.

- Muito obrigada pela sua disponibilidade em participar na entrevista!



## Entrevista H

Entrevista a um elemento da Direção do Agrupamento de Escolas de Barrancos

- Que dificuldades sentiu o Agrupamento de Escolas de Barrancos devido à pandemia?
- Como tiveram de se organizar?
- Tiveram apoios por parte da Câmara Municipal de Barrancos, entidades privadas ou públicas?
- Que desigualdades foram identificadas pelo Agrupamento de Escolas de Barrancos, que ficaram acentuadas devido à COVID-19?
- O que está a ser feito, neste momento, para recuperar as aprendizagens?

Lógico, que nenhuma escola estava preparada para enfrentar esta situação, da pandemia, nós tentámos evitar as desigualdades, mas isso, praticamente, foi impossível.

Porquê? Porque, apesar de nós termos feito um esforço enorme, em conjunto com a autarquia, no sentido de facultar meios tecnológicos aos alunos, não chega só dotar de meios tecnológicos. Também, o manuseamento é importante e, aí, de facto a desigualdade acentuou-se, dentro do seio familiar, nomeadamente, nos alunos mais pequenos.

No pré-escolar, não se notou tanto, pois havia uma articulação muito forte, uma grande preocupação por parte dos pais em acompanhar os alunos, portanto, através das educadoras esta articulação foi feita com os pais através do *WhatsApp* e de outros meios. Chegar aos pais, no sentido de delinear estratégias.

No 1º ciclo, é mais grave, os alunos tiveram mais dificuldades, por exemplo no 1º ano em que eles precisam de mais apoio, porque vão iniciar uma etapa nova. Portanto, nós, aí, tentámos promover o ensino a distância e ultrapassar algumas dificuldades. Por vezes, socorremo-nos de fotocópias quando a ligação com os alunos era mais complicada.

Nos 2º e 3º ciclos, como são mais autónomos em termos de manuseamento, no entanto existiam alguns alunos com mais dificuldades, principalmente os de etnia cigana,

então tivemos sempre um centro de apoio à aprendizagem ao dispor e um professor para os acompanhar.

Apesar destas soluções, é lógico, que não conseguimos chegar a todos, segundo o balanço que fizemos, foram diagnosticadas as dificuldades existentes, que aprendizagens não foram realizadas e, daí, partimos para as estratégias de recuperação, um reforço, num apoio pedagógico acrescido, por exemplo. Usámos todos os meios que nos foram propostos pelos respetivos professores.

Também, iniciamos o Plano 21|23 Escola+ em que apostámos, por exemplo, na transição de ciclo do 1º ciclo para o 2º ciclo; na coadjuvação nas áreas de expressão no 1º ciclo.

Também, a nossa escola aderiu ao Projeto Hypatiamat e ao Projeto CiiL, o Projeto CiiL permite a ligação entre o pré-escolar e o 1º ciclo e, de facto, tem sido vantajoso em termos da leitura e permite um carácter transversal e de articulação entre os professores. O Hypatiamat é mais transversal, e de salientar que um aluno nosso de 5º ano ficou em 5º lugar a nível nacional.

Em termos da nossa matriz curricular, também, temos um reforço das ciências aturais no 7º ano, um reforço do português no 8º ano e um reforço de matemática no 9º ano.

- Muito obrigada pela sua participação!

## Entrevista I

Entrevista a um elemento da Direção do Agrupamento de Escolas de Gavião

- Que dificuldades é que o Agrupamento de Escolas de Gavião, sentiu com a pandemia?
- Como é que se organizaram?

Para ser sincero, nós não sentimos muitas dificuldades. Ou seja, nós conseguimos organizarmo-nos.

Numa primeira fase, nós tivemos, aqui, várias intervenções. Por exemplo, com o ensino à distância, nós tínhamos uma plataforma (*Teems*) para comunicar com os alunos e com os encarregados de educação; falámos com os alunos e com os pais para terem o mínimo de condições para acompanhar o que os professores iam colocando na plataforma; depois, fizemos o email institucional para todos os pais, ou seja, é um veículo de comunicação imediato e, posso dizer-lhe que cerca de 90% dos pais utilizam o email institucional quer para comunicarem com a escola quer para a escola comunicar com eles; depois, fizemos um conjunto de reuniões com os encarregados de educação, para explicar como é que íamos implementar o plano de ensino a distância; depois, fizemos, com o município, a Câmara Municipal comprou 35 computadores portáteis, fez um contrato com 25 bandas largas móveis, nós tínhamos alguns equipamentos. E, praticamente, fizemos a cobertura total, antes dos computadores do Ministério da Educação chegarem, no Agrupamento de Escolas de Gavião, todos os alunos que não tinham *Internet* própria, nós demos as bandas largas, e todos os alunos que não tinham portátil nós cedemos os equipamentos. Por outro lado, organizámo-nos do ponto de vista das refeições aos alunos carenciados de escalão A e B, todos os dias tínhamos 4 circuitos de entrega de refeições confeccionadas no nosso refeitório da Escola Básica de Gavião; os professores implementaram, no horário que tinham síncrono e assíncrono, momentos de partilha e de reflexão conjunta para avaliarem e monitorizarem o que estava a acontecer.

Portanto, para ser muito honesto, nós não sentimos as dificuldades operacionais. As dificuldades que nós sentimos foi mais a nível da desmotivação de alguns alunos, de

alguns encarregados de educação que não têm tantas capacidades parentais ou a sua vida profissional não lhes permitia ficar em casa a monitorizar os miúdos; depois, há miúdos que necessitam de alguns apoios, psicologia, enfim um acompanhamento devido a alguns problemas emocionais, motivação, de aprendizagem. E, quer queiramos quer não, o ensino a distância nada tem a ver com o ensino presencial, porque essa componente dos afetos, da proximidade, do relacionamento, não é a mesma coisa, estarmos a falar com um monitor e estarmos a falar pessoalmente.

Encontrámos mais dificuldades do ponto de vista do efeito da pandemia nas crianças, apesar de tentarmos dar todos os apoios e garantias necessárias. Mas, existem sempre falhas nestes processos e o facto de estarmos à distância vários meses, complicou todo este processo.

Claro, que houve aprendizagens por realizar, na medida em que o horário não era o mesmo, era um horário adaptado.

E, depois havia muita dificuldade nos casos imprevisíveis, numa segunda fase de pandemia em que não estávamos todos em casa, bastava aparecer um caso positivo a turma ia toda para casa. Isto, gerou uma instabilidade brutal, a nível da gestão.

- Identificaram algumas desigualdades que já existiram, mas que ficaram acentuadas devido à pandemia?

Eu penso que no nosso caso, a pandemia não agravou as desigualdades. O que aconteceu, já existia, não foram agravadas. O que nós sentimos é que alguns alunos mais instáveis, possivelmente, durante algum tempo e, ainda hoje se nota, o que não estiveram na escola veio prejudicar. Provavelmente, refugiaram-se muito nos telemóveis, nos jogos de computador, nas consolas e, isso veio prejudicar.

- O que é que neste momento o Agrupamento de Escolas de Gavião está a fazer para recuperar as aprendizagens que ficaram afetadas devido à pandemia?

Nós temos alguns projetos de apoio; temos alguns professores a exercer as funções de tutoria; temos algumas atividades que concorrem para a recuperação das aprendizagens, que estão inscritas no Plano 21|23 Escola+.

Enfim, temos tido algum azar este ano, relativamente à questão de que alguns professores, por questões pessoais, encontram-se de atestado médico. E, não tem sido fácil substituí-los. O que está a acontecer é que existem disciplinas, em que essa ausência

dos professores não está a ser reposta. Claro, que estamos preocupados com esta questão e temos várias ações nesse sentido.

- Ainda que tenha passado pouco tempo desde o início do ano, mas estando já no final do 1º período já notam alguma melhoria?

Não posso dizer que tenhamos visto melhoria, mas, também, não está pior. Estamos numa lógica de manutenção, estamos organizados por semestres e, portanto, não temos dados que nos digam que a situação piorou, mas, também, não se notam grandes progressos.

- Obrigada pela sua disponibilidade em participar!

## Entrevista J

Entrevista a um elemento da Direção do Agrupamento de Escolas Ferreira Patrício de Évora

- Sendo o vosso Agrupamento de Escolas, uma escola TEIP em que é diferente das restantes escolas no concelho a nível da diversidade de culturas, a nível socioeconómico. Que dificuldades sentiu o Agrupamento quando começou a pandemia?
- Como é que se tiveram de organizar?

Nós, efetivamente, somos o mais pequeno Agrupamento da cidade de Évora, mas no meu entendimento um dos mais complexos.

Temos uma população que servimos, muito, excessivamente, heterogénea que não deixa de ser o retrato social, desde logo da cidade e, obviamente, da sociedade portuguesa. Nós procuramos, na medida do possível, respeitar as diferenças e fazer delas a nossa mais-valia.

Pandemia! A pandemia bateu-nos, aqui, de formas bastante distintas. E, desde logo, uma muito particular. Eu cheguei com a pandemia.

Portanto, a primeira grande dificuldade foi exatamente conhecer, conhecer a casa, conhecer as diferentes realidades.

Chegar, aqui, com a pandemia foi, manifestamente, uma vantagem. Porque a casa estava vazia, não havia ninguém. Foi claramente uma vantagem, não ter ninguém na casa, ser uma pessoa nova na casa, e permitir-me conhecer as dinâmicas e sossegadamente. Permitiu-me começar a organizar uma resposta à pandemia, que a casa não tinha. Não tínhamos um plano de ensino a distância. E, nós conseguimos estruturar, então houve essa resposta que começámos a estruturar e, essa, foi a nossa 1º grande dificuldade, foi estruturar uma resposta ao ensino a distância. Desde logo, porque ninguém sabia o que era isto, nem como é que se iria proceder.

E, cá está o papel de pensar a escola. O ensino a distância não pode ser transferir ao aluno, online aquilo que acontece ao vivo e a cores. Mas, também, não pode ser um desvincular das relações que os professores têm com os alunos e que a escola tem com a família. Desde logo, foi pensar o que é que é este modelo, e o que é que nós queremos relativamente às nossas características enquanto TEIP de resposta a esta gente.

Segunda grande dificuldade, diz respeito há inexistência de instrumentos e de apoios tecnológicos ao pessoal, a todos! Há professores que, ainda hoje, não sabem criar um email, há alunos que não têm luz em casa, há alunos que vivem em barracas. Portanto, como é que nós dávamos resposta a estas crianças? E, a estas situações não podendo nós chamá-los para cá.

Acresce uma terceira dificuldade, portanto definir o plano e pensar o que é que é o ensino a distância, efetivamente, fazer as compensações o ponto de vista digital e, depois terceira, como é que nós conseguimos chamar os mais carentes, os mais necessitados, os mais frágeis. Aí, foi muito complicado.

No 1º confinamento, foi deveras complicado. Eu tenho que reconhecer, nós identificámo-los a todos, nós tínhamos, aqui, cerca de 70 crianças identificadas com grandes fragilidades, fossem elas económicas, sociais, culturais, familiares. Conseguimos identificá-las a todas, turma a turma, ano a ano, mas temos consciência que não chegámos a todos nessa altura.

E, então, o que é que nós tentámos fazer? Minimizar estragos, criámos uma rede nossa, no sentido de conseguirmos chegar a essas crianças.

Portanto, estas foram as nossas três grandes dificuldades iniciais no ensino a distância, eu direi que se acrescentou uma outra. É uma dificuldade que decorre de uma facilidade, que é, exatamente, articular o funcionamento da escola entre todos nós. Porque, gerir esta informação dos procedimentos e das nossas estratégias batia numa outra dificuldade, que eram as competências digitais das famílias e de toda a gente que estava envolvida no processo.

Eu direi que a generalidade das pessoas sabe ir às redes sociais, houve pessoas que não quiseram computadores. E, nós começámos a disponibilizar computadores muito antes do Estado, o ter feito. Porque, nós tínhamos computadores comprados, tínhamos feito essa opção, e começámos a disponibilizá-los. E, houve pessoas que não quiseram,

que disseram que o telemóvel é suficiente, que está mais habituado ao telemóvel. Mas, de repente, quando confrontados com as estratégias do ensino a distância, começaram a perceber que o telemóvel não chega. Então, estas dificuldades surgiam constantemente.

E, depois, tivemos outra dificuldade, também, já no decorrer do próprio confinamento, que eram os pais atrás dos alunos a dizer que o professor estava a dizer uma coisa errada na aula. Porque, de repente, a sala de aula passou para a sala de estar de cada um de nós, e não era só a sala de aula, era o escritório dos pais.

Tivemos uma outra, e continuamos a ter uma outra dificuldade, que é o desgaste emocional. Foi um desgaste, um cansaço e uma intensidade das dinâmicas muito significativa, que ainda não passou.

- Tiveram apoios por parte de alguma identidade privada, pública, da Câmara Municipal de Évora?

Numa primeira fase, não tivemos apoio de ninguém, porque ninguém estava à espera de uma coisa destas. Só, excepcionalmente, é que uma ou outra identidade se conseguiu organizar para começar a organizar a ajuda.

Numa segunda fase, tivemos ajudas de instituições governamentais, nomeadamente os Rotários, que nos deram máquinas para nós fazermos chegar às crianças.

E, numa terceira fase, o próprio município disponibilizou um conjunto de equipamentos e que nos perguntou que tipo de máquinas queríamos, se *tablets*, se PC's, no sentido de adaptar à nossa população e às nossas estratégias de trabalho.

- Há pouco, disse que tinha disponibilizado computadores às famílias. Vocês, também, disponibilizaram refeições?

Sim, sim. Demos a todos os alunos, e não só aos alunos com escalão A e B.

Nós temos uma equipa multidisciplinar na casa, exatamente, porque somos um TEIP. E, eu pedi que fossem feitos os levantamentos de todos os alunos, independentemente do tipo de escalão que pudessem ter, e disponibilizámos a todos. Em *takeaway*, obviamente, mas mantivemos as cozinhas a funcionar e continuámos a servir cerca de 100 refeições diariamente.

- Que desigualdades é que vocês sentiram que ficaram mais acentuadas?



Sem serem as da literacia digital, as culturais e as sociais.

Eu nem sequer vou para as desigualdades digitais nem escolares, porque essas a escola ou as combate e as consegue esbater ou, então, a escola não está cá a fazer nada.

A questão no meu entendimento, e que agravou, manifestamente, são as questões da socialização.

Nós descobrimos na pandemia que a escola não serve só para ensinar a ler, a escrever e a contar. Serve, também, para ensinar a viver e a ser. E, há relações que nós não temos, se não estamos em grupos, não convivemos, eu não me sei relacionar contigo, eu não sei o que é que pode ser permitido ou não, eu não sei manter as distâncias, eu não tenho filtros.

E, esta, foi uma das grandes dificuldades que nós neste momento, ainda, estamos a sentir, que faz parte daquelas famílias mais desestruturadas e mais frágeis, e que não conseguem inculcar às crianças regras ou procedimentos, ou compensar a falta da socialização. Os mais frágeis, hoje estão mais frágeis.

Existe, aqui, um conjunto de circunstâncias com as quais, hoje, a escola lida, que não estava a lidar há dois anos atrás. O isolamento, o excesso de individualização, a solidão, é cada vez mais uma evidência em todos os atores da escola, não estou apenas a pensar nos alunos, estou a pensar, também, nas famílias e nos professores.

E, neste momento acho que o grande desafio que a escola tem pela frente é a questão da socialização e da relação. Nós estamos a ter casos muito graves de relações de alunos, que encaram aquilo como um namoro, mas o outro não sabe. Portanto, estamos-nos a deparar com novos problemas escolares, o próprio *bullying* digital que adquire contornos, completamente, diferentes daqueles que se evidenciavam há dois anos atrás.

- O que estão a fazer, neste momento, para recuperar as aprendizagens que ficaram afetada pela COVID-19?
- Aderiram a algumas ações do Plano 21|23 Escola+?

Nós aderimos a tudo com a nossa própria roupagem, portanto nós percebemos que há anos mais difíceis do que outros, há alunos que perderam mais do que outros, há dinâmicas diferentes umas das outras e que nós precisávamos, manifestamente, de fazer essa destrição.

Nessa perspectiva, nós aderimos de forma básica a todas as orientações que foram disponibilizadas, mas, essencialmente, a um princípio que é governativo e, já vem detrás, antes da pandemia, que para mim é o mais interessante e mais importante.

Que é o da flexibilidade curricular, e estamos a adotar todos os princípios da flexibilidade curricular, desde a flexibilidade de turma, temos a turma como referência, mas as turmas flutuam muito, tanto pode estar numa turma de 1º ano, como numa de 3º ano; temos turmas de ciclo, é exatamente uma turma que está no 1º ciclo ou no 2º ciclo e, depois, tem alunos de todos os anos; estamos a partilhar uma maior flexibilidade no ponto de vista das competências, sabendo que elas têm que ser adquiridas ao nível do ciclo e não do ano; estamos a valorizar o trabalho e o empenho dos alunos no seu próprio processo de aprendizagem; e, estamos a chamar os pais para perceber o que é que eles querem valorizar ou destacar relativamente à aprendizagem dos filhos.

No meio disto tudo, obviamente, estamos a bater muito no digital, no ponto de vista da sua utilização e do conhecimento das suas competências. E, estamos a bater muito no ler, na leitura. Por tudo e por nada, a leitura é um dos pontos fundamentais da nossa estratégia. Este, tem sido o nosso grande desafio, ler, escrever e contar!

➤ Obrigada!

## Entrevista K

Entrevista a um elemento da Direção do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém

- Que dificuldades sentiu o Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém com a pandemia?
- De que forma é que o Agrupamento de Escolas se teve de organizar devido ao ensino a distância?

Com a pandemia em março de 2020, tivemos que ir para casa, os alunos tiveram que ir para casa. E, nós pensávamos que os alunos iam para casa e regressariam rapidamente e, isso, não aconteceu.

Então, tivemos que nos organizar para definir todo o calendário de ensino a distância para que dessemos resposta às necessidades de que os alunos podiam ter, no que toca ao desenvolvimento das suas aprendizagens essenciais.

A primeira dificuldade foi, internamente, nós encontrarmos um número de horas em que os professores teriam contacto direto com os alunos. Depois, ultrapassada essa dificuldade foi, então, decidir todo o calendário de ensino a distância, e que critérios de avaliação utilizar para validar as aprendizagens dos alunos, que não estão em contacto direto connosco.

Numa fase inicial, também, tivemos a dificuldade de chegar aos alunos que não tinham *Internet*, o que nos obrigou a criar uma série de mecanismos de envio por email para as Juntas de Freguesias todos os materiais, para que depois os alunos fossem buscar esses materiais.

Dispusemos, desde logo, à disposição dos alunos, da escola, equipamentos informáticos.

- Durante a pandemia, o Agrupamento desenvolveu algumas ações para apoiar os alunos?

Sim, fornecemos refeições aos alunos.

- Tiveram algum apoio de entidade pública, ou privada? Como por exemplo, da Câmara Municipal.

Não, não tivemos apoio da Câmara Municipal.

Tivemos, de algumas empresas na cedência de portáteis.

- Que desigualdades, é que o Agrupamento de Escolas identificou que tenham ficado mais acentuadas devido à COVID-19?

As desigualdades que nós sentimos, foi que houve um aumento das desigualdades.

Às escolas chegam alunos com situações diferentes, a nível económico, a nível social e a nível cultural, e a escola tem a função de colmatar algumas destas desigualdades. Ainda, para mais, aos alunos que mais necessitam.

Quando esses alunos ficaram em casa, as desigualdades agravaram, principalmente entre os alunos de meios culturais diferentes, estes foram os que ficaram mais para trás, ficaram em situação mais desigualitária perante o ensino no confinamento.

- Que projetos, ações têm em desenvolvimento para recuperação das aprendizagens que ficaram afetadas?

Nós temos o nosso Plano de Recuperação das Aprendizagens que está centrado nos conselhos de turma, nós decidimos optar por um modelo de turma. Em vez de um projeto, para o ano todo, para a escola toda.

Nós fizemos um diagnóstico da situação, produzido pelos grupos disciplinares, pelos conselhos de turma e, em função deste diagnóstico definimos o que íamos. Nesta estratégia, decidimos dar uma atenção especial ao nível da leitura e da escrita no 1º ciclo, principalmente com os meninos que se encontram agora no 2º e 3º anos.

Depois, temos outros enfoques que são para os alunos que estão a iniciar o ciclo ou que estão a terminar o ciclo.

Também, temos uma organização por semestre, e no final do 1º semestre os resultados dos nossos alunos a nível da recuperação das aprendizagens, quando comparadas por exemplo com o ano anterior, foram melhores, foram mais positivas.

Notamos, também, que os alunos estão a ter alguma dificuldade em “entrar” naquilo que era a rotina escolar, os hábitos escolares.

➤ Obrigada pela sua participação!

## Entrevista L

Entrevista a um elemento da Direção do Agrupamento de Escolas n.º 2 de Serpa

- Que dificuldades sentiu o Agrupamento de Escolas n.º 2 de Serpa com a pandemia de COVID-19?
- Como se organizaram?
- De que forma apoiaram os alunos, os docentes?

Nós, aqui, com a situação da pandemia conseguimos mais ou menos preparar uma resposta com pouca dificuldade, porque, eu, já há uns anos atrás, cerca de 4 ou 5 anos, ainda antes da pandemia, tinha feito uma formação da *Microsoft*.

Então, na altura da pandemia, implementámos logo o *Office 365*, e começámos a trabalhar logo com eles, levou uma semana a implementar, a trabalhar com os alunos, a dar as credenciais, colocá-los na plataforma.

Depois, houve uma fase em que tivemos de dar alguma formação aos docentes, porque maior parte dos docentes não utilizava as ferramentas todas do *Office*, como por exemplo o *Teams*. E, através, dos docentes, dos diretores de turma e dos professores titulares, foi de certa maneira proporcionar, aqui, uma formação muito básica, fizemos um conjunto de tutoriais que fomos disponibilizando para que o pessoal se começasse a organizar.

E, cerca de uma semana, semana e meia, após a entrada em confinamento tínhamos mais ou menos o processo do ensino online a funcionar. Obviamente, que com muitos constrangimentos, não tanto pelo facto de termos uma plataforma que permitia ter ensino online, mas os constrangimentos principais tiveram que ver com os equipamentos, porque havia professores em que os seus equipamentos eram obsoletos, havia alunos que não tinham equipamentos, principalmente, os mais carenciados.

Então, tivemos que arranjar soluções, pedimos aos alunos com telemóveis, que instalassem o *Teams* no telemóvel, e tiveram as aulas pelo telemóvel. Houve outros casos em que não foi possível fazer isso, então foram utilizados grupos de *WhatsApp*, *Messenger*, portanto fizemos tudo o que foi possível na altura.

A situação, mais desafiante, foi, efetivamente, proporcionar aos docentes alguma formação básica na utilização do *Teems*, nomeadamente, na atividade online.

Depois, o que é que acontecesse aqui, há famílias muito carenciadas sem equipamentos, houve alunos que nós não conseguimos na altura dar resposta através destes mecanismos e, em que, em colaboração com a Junta de Freguesia, com a Câmara Municipal, conseguimos implementar uma situação de transporte de material didático e pedagógico para os alunos irem trabalhando, depois, havia contactos pontuais ou via telemóvel ou através do *WhatsApp*.

Mas, mesmo assim, houve casos em que nós nunca conseguimos chegar, por exemplo, dos casos que nós sinalizámos só cerca de 15%, 20% conseguiram acompanhar as aulas a distância, foi o caso dos miúdos de etnia cigana. Em que, efetivamente, tivemos muito dificuldade, até em chegar a eles.

- O Agrupamento de Escolas n.º 2 de Serpa, identificou algumas desigualdades que neste momento estão mais acentuadas devido à pandemia?

Sim, sim, foram identificadas na altura, muitas delas continuam a manter-se, não em resultado do ensino a distância, mas em resultado da situação em si.

Nomeadamente, os casos das famílias mais carenciadas em que ficaram para trás, alguns alunos com escalão, em que nós tivemos que, em alguns deles, trazê-los para dentro da escola, fazer uma situação em que uns ficavam online e os outros vinham para a escola, em que tinham o apoio da escola e acompanhamento dentro da escola.

E, essas situações ficaram identificadas, e estão a ser alvo de intervenção no âmbito do plano de recuperação das aprendizagens, com mais algum cuidado como é natural.

Mas, houve situações em que os miúdos ficaram muito para trás, houve miúdos em que os perdemos do radar, houve alunos em que só os voltámos a ver, praticamente, no início deste ano, principalmente os miúdos de etnia cigana.

- O que é que o Agrupamento de Escolas n.º 2 de Serpa, que projetos, ações tem em desenvolvimento para recuperação das aprendizagens?

Nós, no final do ano passado, quando sabíamos que ia entrar o plano de recuperação das aprendizagens, o que fizemos logo a nível de cada um dos departamentos, em colaboração com os conselhos de turma, foi sinalizar as disciplinas que tinham ficado

mais penalizadas. Ou seja, o que nós fizemos foi sinalizar as situações críticas, quais as disciplinas e conselhos de turmas, onde as disciplinas tinham sido mais afetadas.

E, depois, elaborámos um plano, em que no 2º ciclo introduzimos a questão das equipas pedagógicas; no 3º ciclo implementámos um misto do Projeto Fénix e coadjuvação simultânea, e o que nós fizemos foi criar essas disciplinas que considerámos críticas, que foi na prática criar grupos de homogeneidade relativa, em que fizemos um desdobramento da turma nessas disciplinas, em que pelos em 45 minutos por semana a turma está separada para trabalhar em grupos por nível; no secundário, acabámos por trabalhar mais a nível da implementação de apoios pedagógicos; e, no 1º ciclo fizemos a implementação de alguns projetos, nomeadamente, no âmbito da leitura e da matemática que potenciasses a recuperação das aprendizagens.

Paralelamente, como somos escola EPIS, no caso do 1º e 2º ciclos, também, através dos mediadores da EPIS começámos a trabalhar no âmbito de focar a atenção na transição de ciclo.

- Tiveram algum apoio/colaboração por parte da Câmara Municipal de Serpa?

A única colaboração que tivemos com a Câmara Municipal de Serpa, foi ao nível do serviço de estafeta, de levar os materiais aos alunos e recolhê-los.

- Muito obrigada!



## Entrevista M

Entrevista a um elemento da Direção do Agrupamento de Escolas José Régio

- Que dificuldades é que o Agrupamento de Escolas José Régio sentiu durante a pandemia de COVID-19?
- Como é que se organizaram?
- Que medidas têm para recuperação das aprendizagens?

Nós soubemos desta situação numa quinta-feira, e no sábado liga-me o Senhor Presidente da Câmara a dizer que nós íamos ser Escola de Acolhimento e tínhamos que abrir a escola na segunda-feira. A notícia foi um choque. Nós, nesse domingo, viemos trabalhar para a escola, prepara as salas, foi telefonemas, foi emails, para recebermos os alunos cujos pais tinham profissões essenciais.

As dificuldades eram essencialmente as novidades, a falta de dados/informação sobre a COVID-19.

No início tínhamos dificuldades ao nível dos equipamentos informáticos, não tínhamos computadores suficientes, não havia *tablets*, não tínhamos microfones. A Autarquia e a Junta de Freguesia cederam-nos material, todos os *tablets* que tínhamos na escola emprestámos tudo a alunos, mas, depois, com o ensino a distância, havia o material, mas temos algumas zonas geográficas do nosso concelho em que a rede não chega. Ou seja, havia sempre mais uma dificuldade, aparecia sempre mais qualquer coisa.

Cada caso era um caso, porque tínhamos um aluno em que as fichas eram impressas na Freguesia, mas depois eram deixadas na mercearia para ir buscar; outros, eram os agentes da Escola Segura que vinham à Escola sede e, depois, iam entregar em casa; foi aqui um vai e vem, em que fomos nos adaptando e temos a certeza de que não deixámos nenhum para trás, porque houve muito este cuidado. Também, aderimos ao #EstudoemCasa.

Esta evolução do ensino a distância, os recursos utilizados pelos professores, já é uma ferramenta utilizada diariamente que nos facilita imenso quer a níveis de reuniões,

quer a nível de algumas atividades, por exemplo, nós aqui na José Régio temos ciclos de palestras com os pais, agora com o Mês da Internet Segura em que foi em fevereiro, fizemos a palestra online, num horário em que os pais já estão em casa, no conforto, podem tratar das rotinas diárias depois daquele horário, não há problema com quem deixar os filhos. É tudo mais prático, e participam mais.

Foi uma oportunidade que surgiu no âmbito da COVID-19, utilizámos mais estas ferramentas e continuamos a dar uso. E, os professores evoluíram imenso, no início existiam dificuldades em termos de *ZOOM*, *Teams* e fizemos formação interna para os nossos professores. O balanço no final foi positivo, não é linear, ma houve muito diálogo com os encarregados de educação.

Depois, houve outra situação, quando passámos para o presencial, ainda, tínhamos números elevados de COVID-19, fizemos o desfasamento dos horários; trabalhámos muito com a Autarquia, para ter em atenção os horários dos transportes; tivemos sempre um ou outro aluno que chegava mais cedo à escola, para esses alunos, também, tínhamos resposta para eles antes que comecem as atividades letivas. Portanto, foi assim. Havia muitos momentos formais, para analisarmos o nosso plano de ensino a distância, e o que funcionava com uma turma ou numa escola, noutra já é diferente.

Depois, surgiu a oportunidade, pelo Ministério da Educação, do Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, foi uma mais-valia, este recurso, para nos ajudar. Os alunos quando chegaram ao presencial, estavam cheios de saudades, vinham diferentes, uns mais tímidos, mais nervosos, já não estavam habituados a estar em grupo, com muita energia acumulada. E, nós reforçámos esta medida, com dois animadores, e eles fizeram um trabalho incrível no âmbito da dinâmica do espaço, as atividades eram mais ao nível da atividade desportiva, jogos tradicionais, muitas dinâmicas de grupo. As nossas animadoras, também, iam muito à sala de aula, porque, principalmente, no 2º ciclo os alunos começaram a ter mais autonomia, mais telemóvel, mais redes sociais, mais dependência dos jogos e, há algumas coisas que surgiram, menos boas.

Relativamente, ao Plano de Recuperação das Aprendizagens, todas as sugestões que do Plano, analisámos. E, fomos reforçar as nossas.

Nós somos uma escola TEIP, já tínhamos ações no nosso Plano Plurianual, com o Plano de Recuperação das Aprendizagens, nós não fizemos um plano à parte, o único que

fizemos à parte foi o Plano de Ensino Misto e a Distância. Quanto ao PRA o que considerámos foi melhorar as nossas medidas e criar algumas outras.

Ao nível do 1º ciclo, criámos uma medida assente no Projeto “Hypatiamat”, que são aplicações da área da matemática. Também, começámos um projeto piloto, “Líderes UBUNTU Júnior”, para os mais pequeninos.

Em relação ao 2º e 3º ciclos, os professores decidiram trabalhar a Cidadania e Desenvolvimento num determinado horário da sua disciplina, porque esta vertente é muito importante aqui na escola, trabalhar as emoções.

Mais tarde criámos uma outra medida em tivemos a oportunidade que o Senhor Secretário de Estado nos deu de participar no Projeto “UBUNTU” ao nível do 3º ciclo, porque temos que trabalhar muito esta parte das emoções, dos valores e, os alunos tiveram muito tempo sozinhos, eles próprios às vezes não estão bem. Nós tivemos muitos acompanhamentos SOS e, esta medida tem como um dos objetivos dar resposta a estas situações.

Ao nível dos adultos, também, eu e a assistente social do Agrupamento, temos estado internamente a replicar a “Academia de Liderança Colaborativa”, porque nós em todos os nossos contextos somos líderes, esta academia assenta nos pilares, do “autoconhecimento, da autoconfiança”. Portanto, tem sido uma formação com dinâmicas de introspeção.

Depois, temos uma outra medida muito focalizada para os alunos que têm medidas de suporte à aprendizagem, são alunos autistas, por exemplo. Em que têm medidas adicionais, universais e eletivas.

Depois, ajustámos algumas medidas no âmbito da matemática, do português. A nossa biblioteca é fundamental, a nossa medida é “Ler+”, nós já tínhamos os “10 minutos a Ler” instituídos na escola, em qualquer disciplina e o professor é que decidia se era no início ou no fim da aula. Com o ensino a distância, adaptámos era o “Ler em Família”.

Outra medida que incluímos no nosso Plano de Recuperação das Aprendizagens, foi o Projeto “INCLUD-ED”, construção de comunidades de aprendizagem. Existem várias ações educativas, e nós aqui temos a “Biblioteca Tutorada”, este ano conseguimos nas escolas maiores da cidade, no horário das 16h às 17h, em que podem fazer os trabalhos de casa, se não levarem trabalhos nós voluntários propomos desafios, portanto algum

aluno que não está em inscrito na AEC ou que os pais não possam pagar um ATL, das 16h às 17h estão ali acompanhados por nós. Aderimos, também, às “Tertúlias Dialógicas” e ajudou muito a nível da participação ativa, de partilhar a opinião, nota-se que estão menos tímidos. Escolhemos, também, os “Grupo Interativos” em que só foi possível trabalhar no presencial, em que os alunos todos têm tarefas para trabalhar em grupo, grupos heterógenos, em que este trabalho tem tutoria entre pares. Em que o objetivo, é pôr os alunos a trabalhar e conversar uns com os outros.

- Obrigada pela sua participação e disponibilidade!

## Entrevista N

Entrevista a um elemento da Direção do Agrupamento de Escolas de Arronches

- Que dificuldades sentiu o Agrupamento de Arronches com a pandemia?
- Como é que se tiveram de organizar?
- Como é que organizaram o ensino a distância?

Dizer-lhe que no 1º confinamento nós todos fomos apanhados de surpresa e conseguimos fazer uma organização um pouquinho melhor, porque somos relativamente um Agrupamento pequeno, temos cerca de 250/260 alunos. Qualquer das maneiras, perante uma coisa que nunca se tinha passado sofremos um impacto, na verdade, grande.

É claro que fomos para casa numa sexta-feira com ordem de confinar, e graças à docente de informática que tivemos nesse ano, que foi espetacular, na quarta-feira seguinte já estávamos a ter aulas via *ZOOM*. Não tardou um dia e tivemos uns problemas técnicos, umas invasões de segurança na plataforma. Na segunda-feira seguinte, nós já tínhamos o *ClassRoom* e passámos a funcionar com esta plataforma sempre.

Nós concentrávamos as aulas na parte de manhã, e na parte da tarde tínhamos formação para os docentes para aprenderem a trabalhar com a plataforma e rentabilizar. Adaptámos os horários de acordo com o nosso plano de contingência, se que bem que os alunos nas horas em que não tinham aula síncrona, tinham momentos assíncronos com os professores, em que os alunos desenvolviam algumas tarefas propostas pelos professores, e o professor estava como suporte.

Dificuldade nesse primeiro embate, nem todos os alunos tinham computador, pior do que não ter computador, não tinham acesso à rede. E, na verdade, sendo um concelho pequeno conseguimos estabelecer uma parceria com a Câmara Municipal e com as Juntas de Freguesia, e o que é que fizemos? Nós tínhamos nessa altura 120 *tablets* que tinham sido inseridos aqui no pacote da escola e, que decidimos pôr ao serviço dos miúdos. Depois, restavam-nos os que não tinham rede, a esses ainda houve durante um tempo a entrega dos trabalhos a casa dos alunos. Mas achávamos que isso não nos satisfazia, embora fossem 2 ou 3 alunos, queríamos tê-los perto e os alunos, também, não se sentiam

bem. Porque não viam os colegas, não viam os professores e, então a autarquia adquiriu os kits de banda larga e distribuí-os por esses miúdos.

Dizer-lhe que não se escapou um aluno, felizmente.

Dir-me-á então foi bom? Não, não é nada a mesma coisa. Apesar de, eu imaginar hoje o quão difícil terá sido para os alunos que não tiveram isto. Porque se com isto, os nossos alunos sofreram tanto e conseguimos ver, agora ao fim de 2 anos, tantas mazelas que foram ficando em termos sociais, emocionais, afetivos.

- Neste momento, o que é que o Agrupamento de Escolas de Arronches tem em ação não só para recuperar as aprendizagens que ficaram afetadas pela COVID-19, mas, também, para apoiar os alunos no que diz respeito ao bem-estar social e emocional?

Dizer-lhe que, feita a análise como fiz, uma preocupação grande tinha era essa resposta, mais do que recuperar aprendizagens.

Mantendo sempre o contacto com a professora, por mais que falhasse algumas aprendizagens, isso não seria o pior. Portanto, durante as férias fui alinhavando as ideias do Plano 21|23, e quando os colegas chegaram no princípio de setembro, eu tinha mais ou menos feito o que era o Plano 21|23 e, depois, distribuí-o por cada departamento para que o pudessem analisar, conhecer, retirar o que entendessem.

Contudo, havia outras propostas termos sociais e, tinha-me candidatado ao Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário. Eu tinha feito a candidatura de dois técnicos, que consegui obter, um deles uma educadora social. Porque, era preciso intervir a esse nível. E, a escola embora tenha os professores, o pessoal não docente, não é suficiente. Numa altura em que a escola tem de responder a uma variedade de temas e de problemas que cada aluno tem atrás de si.

Tivemos uma educadora social, um terapeuta da fala e temos a psicóloga.

E, de certa forma, fomos acolhendo alguns projetos que nos iam sendo lançados e que achávamos que podíamos integrar. Como foi o caso, agora da recente semana, do Ubuntu, nós tínhamos uma turma de 8.º ano, que era uma turma com alguns problemas. Então, considerámos que eles podiam ser melhores pessoas e, sobretudo, que fossem capazes de interagir melhor entre eles. E, essa era uma falha que o COVID-19 tinha acentuado.

E, foi bom ouvi-los dizer, agora, que se davam todos com todos.

➤ Muito obrigada pela sua participação!

## Entrevista O

Entrevista a um elemento da Direção do Agrupamento de Escolas Gabriel de Pereira

- Que dificuldades sentiu o Agrupamento de Escolas Gabriel de Pereira com a pandemia de COVID-19?
- Como é que se organizaram?
- Que desigualdades sentiram que ficaram mais afetadas?
- Tiveram alguns apoios por parte de entidades privadas ou públicas, como por exemplo a Câmara Municipal de Évora?
- Neste momento, que ações/atividades têm em desenvolvimento para recuperar as aprendizagens que ficaram afetadas pela COVID-19? (Plano 21/23 Escola+)

Quando surgiu a pandemia e ficámos confinados, andámos na 1º semana a pensar um bocadinho no que poderíamos fazer. Também, estivemos em observação ativa para ver a reação dos professores e o comportamento dos professores, alunos e encarregados de educação. Entretanto, acabou o período. Fizeram-se as reuniões de avaliação e nessa altura, eu tive a noção de que tínhamos que fazer algo completamente diferente, algo que mantivesse o Agrupamento a funcionar.

E o que é que fizemos? Estava definido que íamos passar para ensino a distância, o que é que eu fiz? Convoquei 6 professores de informática, escolhidos por mim, definimos uma plataforma a ser utilizada, nós como utilizamos o *Microsoft 365*, optámos pelo *Teams*. E, como esses 6 professores de informática, naquelas que são chamadas as pausas letivas da Páscoa, fizemos formação, foram 2 manhãs, mais ou menos, 8 a 10 horas para todos os professores de formação obrigatória. Demos formação a cerca de 300 professores, no *Teams*, explicámos aquilo que interessava em relação a dar as aulas, a dar materiais, etc.

E, no primeiro dia das aulas do 3º período, em vez de começarmos as aulas, fizemos reuniões com os encarregados de educação, com os alunos e com os diretores de turma. E, fizemos uma reunião geral de professores a distância, em que foram passadas estas



instruções todas. Nesse mesmo dia, ao final da tarde, houve reuniões com os alunos e houve reuniões com os pais.

E, as aulas começaram no 2º dia, com aulas a distância. Adaptámos, fizemos uma série de adaptações, lembro-me agora que adaptámos os horários, portanto os horários mantiveram-se, reduziu-se o tempo de aula conforme o ciclo e aumentou-se o espaço de intervalo. Essa, foi uma das coisas que funcionou a 100%, e teve um grande impacto entre os nossos alunos e entre os nossos parceiros concorrentes.

Depois, fizemos um levantamento do parque informático existente, o da Escola a gente conhecia, mas sobre as necessidades que existiam para as aulas a distância pudermos ter algum resultado. Fizemos um levantamento, a ver que tinha computadores, quem não tinha; quem tinha *Internet*, quem não tinha; e, na medida do possível fomos tentando dar resposta.

Comprámos, por iniciativa nossa, 40 portáteis que serviram para emprestar a alunos e começámos do 12º ano para baixo, dada a urgência e o menor tempo de recuperação. Recolhemos todos os portáteis e *tablets* que tínhamos no Agrupamento, porque nós temos uma medida já a algum tempo, que é Programação Robótica e nós fomos comprando *tablets* e portáteis para se utilizar nessas aulas. Portanto, recolhemos isso tudo e começámos a distribuir, obviamente que não deu para toda a gente.

Depois, mais tarde, voltámos a comprar mais computadores e fomos dando uma resposta satisfatória. Penso que, logo numa primeira fase o secundário ficou, praticamente, com a situação resolvida. No 2º e 3º ciclo, não ficou com uma abrangência total, foi o que foi possível. Nos outros casos, os materiais iam por papel, na fase inicial, imprimiam-se trabalhos, as pessoas vinham buscar à escola. Houve casos, fora de Évora, que se enviavam pelo correio.

Portanto, utilizaram-se todos os recursos para que os alunos mantivessem a relação com a escola. No 1º ciclo, foi mais difícil, designadamente os anos mais baixos, que ainda não há autonomia suficiente para este processo. Este, foi o 1º momento do confinamento.

Depois, houve alguma abertura. Houve um tempo em que os alunos do 11º e 12º ano, já no final do ano tiveram aulas presenciais.

Relativamente aos apoios, não tivemos muitos. A Câmara Municipal, acabou por comprar 6 computadores e mais tarde deu 20 computadores por cada Agrupamento de

Escolas. Recebemos meia dúzia de computadores de uma Associação que eu, agora, não me recordo do nome, que serviram para algumas famílias mais carenciadas.

Entretanto, fomos tentando identificar aquelas situações dos alunos e das famílias que estavam mais isolados e desde o 1º ciclo para cima, isso aconteceu muito com alguns alunos estrangeiros que estavam em fase de integração, e tentámos dar alguma prioridade a alguns destes alunos, criar algumas condições.

E, depois teve várias fases. Houve momentos que um ou outro aluno vinham à escola, assistiam às aulas a distância, mas na escola. Portanto, houve vários momentos neste confinamento.

No 2º ano de pandemia, já tínhamos esta experiência, fomos atualizando os dados, as próprias pessoas investiram muito em equipamentos informáticos. A situação já foi mais estável e já houve uma resposta quase a 100%, porque já tínhamos muitos mais equipamentos, emprestou-se tudo o que havia e, de uma forma geral, funcionou bem.

Agora, nesta última fase, devido ao financiamento do Governo, quem quiser tem computadores cedidos e, até, temos alguns de reserva.

Obviamente, que passando para uma fase das consequências desta situação, nestes dois anos, nota-se que, para além de algumas aprendizagens, muitos alunos, nas faixas etárias mais baixas, notamos mais no 5º e 6º anos, ganharam muitas competências a nível digital, embora mal reguladas e, perderam competências a nível social. E, agora, no regresso aumentaram os conflitos, às vezes de situações impensáveis.

Em termos de medidas, nós já tínhamos muitas medidas de apoio e reforço à aprendizagem. Foram, algumas, intensificadas e foram introduzidas outras mais recentemente e com a pandemia a decorrer, nós, também, concorremos a um Projeto, um Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, que o Ministério da Educação lançou, tivemos a sorte de os ser atribuído 2 técnicos, um deles que está a trabalhar com as “Academias Ubuntu” e outra técnica, que nos tem sido muito útil em várias vertentes, para trabalhar, ajudar a integração quer dos alunos de fora que vêm para o ensino profissional e para a área das artes, quer para os alunos estrangeiros.

Temos coadjuvações diversas, desde o 1º ciclo ao ensino profissional. Há muitos apoios, há as “Academias”, mas já alguns 7/8 anos, desde que entrei para a direção, que são uma espécie de explicações, mas dentro da escola para o 9º, 11º e 12º anos, nos anos

de exames e nas disciplinas de exames, de inscrição voluntária e, é lecionada por um professor diferente daquele que dá a disciplina, são 2 horas por semana, em grupos pequenos e, que no fundo visam preparar os alunos para a prova de exame e terem um desempenho melhor. Temos muitos alunos nesta medida e, é uma medida que tem tido sucesso.

Temos as mentorias no ensino secundário, que lançámos nas consequências das “Academias Ubuntu”, que é um apoio dado entre, são os próprios alunos do secundário, de anos mais avançados a dar apoio a outros.

Tivemos, uma espécie, de apoio social (isto, ainda, durante a pandemia) um destes técnicos, do Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, criou uma interação a distância, em que podia ser uma simples conversa, podia ser ir ler um texto, dizer um verso, tocar uma música. Funcionou, também, de forma positiva, foi interessante.

Estas foram algumas medidas durante a pandemia.

Agora, neste retorno, com o Plano 21|23 Escola+, integramos muitas dessas medidas. Estamos atentos, a tentar dar resposta às situações mais diversas que vão surgindo.

Como disse há pouco, muitos jovens adquiriram competências digitais, mas menos disciplina e menos formação na sua utilização, e no que é que isto resulta? Hoje, aparecem mais conflitos que se iniciam via digital, via redes sociais, quer entre miúdos, quer envolvendo as famílias. De forma, a que já se fez algum trabalho a nível da cidadania, vai-se ver a estratégia que se tinha implementada. Mas, está a ser criada, também, uma equipa para trabalhar o *bullying* e o *ciberbullying*. Portanto, estamos a rever um nosso Plano Educativo, em que se vai dar uma atenção mais forte a esta área, no sentido de tentar harmonizar comportamentos, tentar dar formação na utilização destas tecnologias e tentar passar alguns valores aos miúdos, desde o respeito pelos outros à questão da ética.

Este é de grosso modo, o plano desde há dois anos para cá, conseguimos sempre ter tudo a funcionar. O momento mais difícil, foi no 2º ano de confinamento, quando havia sistematicamente professores e alunos a ficarem infetados e ficavam em casa, o que é que nós conseguimos fazer? Quando os professores estavam em isolamento, conseguimos que eles dessem as aulas a partir de casa, com a turma na escola, e púnhamos um professor a

assegurar as regras em sala de aula. Isto, permitiu não perder, cerca de 3000 aulas em cerca de quatro meses.

Depois, avançámos, em vez de trabalhar só com o *Teams*, começámos a dar formação noutra software, no *Google Forms* para os professores fazerem questionários, não se adapta a 100%, mas é uma questão das metodologias. Começámos a dar formação noutros *softwares*, para as pessoas terem outros recursos e puderem dar as melhores respostas.

Neste momento, estamos com uma série de projetos. Para além deste de que falei, por exemplo, estamos no Plano Nacional das Artes, assumimos as coadjuvações nas áreas de expressões, introduzimos a Robótica a partir do 3º e 4º anos, jogos matemáticos, temos um Projeto que é para ajudar os alunos a saberem estudar, a saberem organizarem-se, a ter algum método de estudo e de trabalho.

E, pronto de grosso modo é isto.

➤ Muito obrigada pela sua participação!

## **Exemplo de email - A**

### Exemplo de email enviado aos Agrupamentos de Escolas

Exma. Senhora

X

Diretora do Agrupamento de Escolas X

Chamo-me Ana Franjoso, sou aluna do Mestrado em Políticas Públicas e Projetos da Universidade de Évora e, de forma a concluir o meu mestrado estou a realizar estágio na Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DSR Alentejo.

O meu relatório de estágio tem como tema as Políticas Educativas no combate às desigualdades sociais acentuadas pela COVID-19.

Pelo que, venho por este meio solicitar uma breve reunião on-line com o objetivo de compreender que dificuldades sentiu o AE X com a pandemia e, como foram apoiados para combater essas dificuldades.

Que desigualdades foram identificadas, que se acentuaram devido à pandemia, e o que foi e está a ser feito para reduzir essas desigualdades entre os alunos.

Cordiais Cumprimentos,

Ana Franjoso | Licenciada em Ciências da Educação e aluna do Mestrado em Políticas Públicas e Projetos

## **Exemplo de email - B**

### Exemplo de email enviado às Câmaras Municipais

Exmo. Senhor

X

Presidente da Câmara Municipal X

Chamo-me Ana Franjoso, sou aluna do Mestrado em Políticas Públicas e Projetos da Universidade de Évora e, de forma a concluir o meu mestrado estou a realizar estágio na Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DSR Alentejo.

O meu relatório de estágio tem como tema as Políticas Educativas no combate às desigualdades sociais acentuadas pela COVID-19.

Pelo que, venho por este meio solicitar uma breve reunião on-line com o objetivo de compreender que dificuldades sentiu a Câmara Municipal com a pandemia no domínio da educação, de que forma combateram essas dificuldades e, como apoiaram os agrupamentos de escolas de Beja no combate às desigualdades acentuadas pela COVID-19.

Cordiais Cumprimentos,

Ana Franjoso | Licenciada em Ciências da Educação e aluna do Mestrado em Políticas Públicas e Projetos

## Observação A

Apontamentos AE Manuel Ferreira Patrício – Escola TEIP

Geral – semestralidade, em vez de períodos

2º ano

20 alunos:

- ✓ 2 alunos ucranianos
- ✓ 2 alunos de ensino especial
- ✓ 1 aluno de etnia

3 professoras:

- ✓ 1 professora titular
- ✓ 1 professora de ensino especial
- ✓ 1 professora de apoio educativo

Sala de aula:

- ✓ Alunos organizados em grupos de 3, ou seja, a sala está dividida em 3 grupos de mesas em L, direccionadas para o quadro e para o professor.

Recuperação das aprendizagens:

- ✓ Projeto “Entre Salas” – “3ª” turma dinâmica flutuante, em que se agrupam alunos das duas turmas de 2º ano, que estejam com as aprendizagens mais afetadas, com maior dificuldade.
- ✓ Relembrar a matéria.

5º – disciplina Português/Inglês

14 alunos:

- ✓ 2 alunos com espectro de autismo
- ✓ 6 alunos com dislexia, 4 graves e 2 muito graves – estando no Centro de Aprendizagem

3 professoras:

- ✓ 1 professora de Português
- ✓ 1 professora de Inglês
- ✓ 1 professora de ensino especial

Sala de aula:

Alunos distribuídos normalmente, uma ou duas mesas em filas.

Recuperação das aprendizagens:

- ✓ Relembrar os conteúdos programáticos dos anos anteriores, ao longo das aulas.

7º – disciplina de Português

18 alunos:

- ✓ 2 alunos brasileiros
- ✓ 1 aluno nepalês
- ✓ 2 miúdos surdos

3 professoras:

- ✓ 1 professora titular de português
- ✓ 1 professora de ensino especial
- ✓ 1 professora de Educação Básica, Português língua não materna
- ✓ Diretora de Turma

Sala de aula:

- ✓ Alunos distribuídos em grupos de 3 ou 4, de forma a proporcionar debates, discussão e desenvolvimentos de projetos ao longo de ano – Projeto de Inovação, todos os 7º anos.

Recuperação das aprendizagens:

- ✓ Turma flutuante – apoio aos alunos no Português língua não materna.
- ✓ Relembrar os conteúdos programáticos dos anos anteriores ao longo das aulas, através de exercícios orais, misturando conteúdos programáticas do ano letivo atual com os anteriores.



- ✓ Peça de teatro adaptada do conto “Leandro Rei da Helíria”, em que juntam diversas disciplinas:

Português, Alemão, Espanhol, Francês;

Projeção da voz, estar à frente do público, estar encima de um palco;

## Observação B

Apontamentos AE Gabriel de Pereira

### 2º - Escola Básica da Avenida Heróis do Ultramar

Aulas por períodos.

20 Alunos.

1 professora titular.

Sala de aula:

- ✓ Sala organizada em três filas com cinco mesas cada, viradas para o quadro, em que a professora tem a sua mesa direcionada para os alunos, disposta na 3ª fila entre os alunos.

Medidas educativas:

- ✓ Medidas universais – apoio especial;
- ✓ Medidas seletivas – apoio educativo pedagógico.

Recuperação das aprendizagens:

- ✓ Revisões;
- ✓ Consolidação das aprendizagens;
- ✓ Verificação de conhecimentos.

Apontamentos:

- ✓ No geral estão bem, ainda que exista alguns alunos com dificuldades na leitura e na escrita;
- ✓ No início da aula, contam as novidades ou algo que queriam partilhar com os colegas.
- ✓ Quando os alunos começam a ficar dispersos, a professora faz um jogo da “imaginação”, de forma a os alunos concentrarem-se na sua respiração e relaxarem.

## 6º - Escola Básica André de Resende – disciplina Português

1 professora titular.

26 alunos:

- ✓ Turma heterogénea;
- ✓ 1 aluno ucraniano;
- ✓ 1 aluno com aulas a distância – COVID-19;
- ✓ 2 alunos com currículo diferente.

Sala de aula:

- ✓ Alunos dois a dois, com as mesas direcionadas para o quadro e para a professora.

Recuperação das aprendizagens:

- ✓ Consolidação das aprendizagens ao longo do ano letivo;
- ✓ Revisão ao longo das aulas dos conteúdos lecionados nos anos anteriores.
- ✓ Testes por competência – escrita; gramática; oral; texto.

Apontamentos:

- ✓ Alunos com apoios, apresentam maior dificuldade;
- ✓ Recurso a tecnologia, uso de exercícios digitais.

## 7º - Escola Básica André de Resende – disciplina Ciências

1 professora titular.

16 alunos.

Organização da sala de aula:

- ✓ Alunos dois a dois, em filas direcionados para o quadro e para a professora.

Recuperação das aprendizagens:

- ✓ Consolidação dos conteúdos lecionados nos anos anteriores ao longo das aulas.
- ✓ Apoio nos manuais digitais.

## Observação C

Apontamentos AE Severim de Faria

### 2º ano - Escola Básica Horta das Figueiras

1 professora titular.

23 alunos:

- 1 aluno institucionalizado;
- 1 aluno com dislexia – medida universal – apoio educativo;

Recuperação das aprendizagens:

- 10 horas semanais divididas por 3 grupos de alunos, em que cada grupo é constituído por alunos com dificuldades parecidas nos domínios da leitura e da escrita;
- Revisão dos conteúdos lecionados no ano anterior ao longo das aulas;
- Adesão a alguns projetos no domínio das artes – os alunos ficam mais motivados.

Apontamentos:

- Os alunos mais atrasados, têm problemas associados;
- Alguma dificuldade na interpretação das perguntas;
- Utilização de jogos, com temas conhecidos entre os alunos para explicar a matéria;
- Exercícios práticos para lecionar os conteúdos.

## Apontamentos/atividades ao longo do estágio

Estudo – “Efeitos da Pandemia COVID-19 na educação: desigualdades e medidas de equidade” do Conselho Nacional de Educação (2021)

“Parece claro que o encerramento das escolas e o recurso a um ensino remoto de emergência criou uma situação disruptiva que afetou profundamente os sistemas educativos, em Portugal, como em todo o mundo. Para além das dificuldades que todos tiveram de enfrentar, esta situação trouxe para a agenda mediática as desigualdades pré-existentes, que colocaram desafios acrescidos sobretudo às crianças e aos jovens de contextos familiares mais desfavorecidos. Confinados em habitações sem condições, muitas vezes sobrelotadas e sem um espaço tranquilo para estudar, houve também os que não tinham equipamentos tecnológicos ou ligação à Internet, ou ainda competências digitais, que lhes permitissem, mesmo a distância, prosseguir as aprendizagens e manter o contacto com os seus professores e os seus pares.”

“De igual modo, oriundos de agregados familiares com baixos rendimentos e com baixas qualificações, estes alunos dificilmente tiveram o apoio necessário em casa para desenvolver o trabalho escolar, sobretudo os mais novos que, naturalmente, tinham menor autonomia. Acrescem também as dificuldades específicas dos que pertencem a famílias imigrantes, monoparentais ou numerosas, atendendo ao maior risco de se encontrarem em situações de pobreza.”

“Por um lado, os alunos com necessidades específicas encontraram-se com falta de recursos, aos quais habitualmente acediam através das suas escolas e, em simultâneo, confrontaram-se com disrupções nas suas rotinas diárias, causadas pelo encerramento dos estabelecimentos escolares. Por outro lado, a dificuldade do trabalho das escolas e dos diversos recursos específicos foi acrescida porque foi a distância que foram facultados suportes, apoios, educação e ensino.”

Alunos com necessidades específicas - crianças em famílias sem abrigo, crianças expostas a maus tratos, em instituições e casas de acolhimento, no sistema de justiça juvenil e crianças e jovens portadores de deficiência.

“Os mais desfavorecidos e vulneráveis são amiúde afetados, até porque vivem com adultos que, devido a situações precárias de emprego, menor rendimento e incerteza quanto ao futuro, por exemplo, apresentam também eles sintomas de stress, ansiedade e

depressão, entre outros. Com efeito, problemas económicos, necessidades educativas específicas e perturbações do neuro desenvolvimento, *stress* parental e saúde mental das crianças e jovens estão estreitamente ligados (Creswell et al., 2021, p. 536).”

### Reportagem Especial SIC “O ABCOVID”

70% dos adolescentes realçam impacto na aprendizagem;

Necessidade de interação social, falta de competências sociais nas crianças;

Crianças do 1.º ciclo mais afetadas, pois afetou o processo de ensino e leitura, que são essenciais para desenvolver os outros processos de aprendizagem;

Escola vista como elevador social;

Os mais carenciados, foram os mais afetados;

Segundo um estudo do Concelho Nacional da Educação, 1/4 dos alunos falhou as tarefas no 1.º confinamento;

Foi distribuído pelo ensino público mais de 900 milhões de euros, para recuperar as aprendizagens, estando a ser utilizado principalmente nos recursos humanos, sobretudo em professores de apoio. – Plano 21|23 Escola+

### Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva

De acordo com o presente decreto-lei, o Programa do XXI Governo Constitucional definiu que uma das suas prioridades assenta numa escola inclusiva em que todos os alunos, se desenvolvam e encontrem respostas que facilitem a aprendizagem de um nível de educação que possibilite a sua inclusão social, independentemente do seu estatuto económico e social.

Este decreto-lei pretende que as escolas identifiquem a diferença nos seus alunos como uma mais-valia, em que devem procurar diferentes formas de lidar com essa diversidade, adaptando o ensino às características individuais de cada criança, para que todas tenham a oportunidade de aprenderem e serem ativas no seio da comunidade educativa. Com o intuito de assegurar que todos os alunos alcancem o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, decreta os direitos, deveres e princípios que asseguram a inclusão, enquanto meio que pretende dar resposta às diferentes necessidades e capacidades de cada uma das crianças, através de uma participação ativa nos processos de aprendizagem e na comunidade educativa.

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho - Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens

O programa do XXI Governo Constitucional declara como prioridade a elaboração e execução de uma política educativa assente no valor da igualdade ao acesso ao ensino público, uma política que tenha como foco os alunos, que promova o sucesso escolar e a igualdade de oportunidades.

Com o objetivo de assegurar que todos os alunos adquiram conhecimentos e desenvolvam capacidades que facilitem o desenvolvimento das competências previstas no Perfil do Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

De acordo com o presente decreto-lei, com o objetivo de atingir a meta acima descrita, e sem prejudicar a autonomia e flexibilidade concedida às escolas, no que diz respeito à elaboração do currículo estão implícitos os seguintes princípios:

- a. Igualdade no acesso ao currículo por parte dos alunos, assente no ideal de que todos os alunos têm capacidades de aprendizagem e desenvolvimento nas diferentes áreas educativas;
- b. Aprendizagens coerentes e que sigam uma sequência;
- c. Oportunidade de direcionar o percurso escolar dos alunos nos ciclos e níveis de ensino com diferentes ofertas educativas e formativas;
- d. Admissão dos projetos e atividades desenvolvidas no seio da comunidade educativa como elemento do currículo;
- e. Oportunidade de os alunos do ensino secundário optarem por um percurso formativo próprio, através do desenvolvimento de um plano de estudos alinhado com os seus interesses;
- f. Fomentar a componente de Oferta Complementar com a criação de novas disciplinas no ensino básico, com o intuito de aprimorar o currículo;
- g. Promoção de momentos de apoio às aprendizagens dos alunos;
- h. Acesso a vários domínios da educação artística;

- i. A componente de Cidadania e Desenvolvimento passa ser parte integrante do currículo de todos os alunos;
- j. Os alunos cuja língua materna não é o Português, passam a ter acesso à disciplina de Português Língua não Materna, bem como os alunos surdos passam a ter acesso à disciplina de Português Língua Segunda;
- k. Fomento de aprendizagens no âmbito da componente de Tecnologias de Informação e Comunicação;
- l. Acesso à componente de Atividades de Enriquecimento Curricular no ensino básico com natureza lúdica, formativa e cultural.

**Decreto-Lei n.º 70/2021 de 3 de agosto - Aprova o regime jurídico\* do ensino individual e do ensino doméstico**

O Estado vem permitindo a possibilidade do processo de ensino-aprendizagem fora do contexto da escola, ao abrigo do regime de ensino individual e do ensino doméstico, sendo necessário implementar um regime jurídico.

Ainda que, se pretenda fomentar uma boa relação entre a família e o Estado, deve-se garantir que os alunos não sejam prejudicados através destas modalidades de ensino/aprendizagem, ou seja, cabe ao Estado garantir a execução plena do currículo definido nacional, a participação dos alunos nas atividades desenvolvidas dentro do contexto escolar e a vigilância e o acompanhamento do progresso escolar dos alunos e o respetivo desempenho curricular, a fim de evitar o risco de abandono e insucesso escolar.

O decreto-lei tenciona dar resposta às famílias, que devido a mobilidade profissional ou por razões de natureza profissional, tencionam assumir um papel mais ativo na educação dos seus filhos ou educandos, optando por um regime de ensino/aprendizagem fora do contexto escolar.

Ainda que, estes regimes sejam dotados de autonomia e flexibilidade, que permite adequar as aprendizagens ao desenvolvimento e ao ritmo de cada criança, o currículo a ser seguido rege-se pelos princípios, valores e áreas do perfil de Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Segundo o presente decreto-lei, por “Ensino Doméstico” entende-se o ensino lecionado em casa do aluno, podendo ser lecionado por um familiar ou por um coabitante



do seu domicílio. E, por “Ensino Individual” entende-se o ensino administrado por um professor a um único aluno, fora do contexto escolar (fora do estabelecimento de ensino).

#### Papel da DGEstE:

1. Colaborar com as escolas abrangidas pelo decreto-lei, na elaboração da minuta do protocolo de colaboração.
2. No ensino individual, compete ao Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares decidir sobre o pedido de matrícula e o cancelamento da autorização de matrícula.

\*conjunto de direitos, deveres, vantagens, garantias, proibições e penalidades

#### Portaria n.º 306/2021 de 17 de dezembro – Primeira alteração à Portaria n.º 181/2019 de 17 de dezembro

Esta portaria define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário, com vista ao desenvolvimento de planos de inovação.

Ou seja, concede a oportunidade de as escolas desenvolverem planos de inovação curricular, alterarem o calendário escolar, a carga horária das disciplinas obrigatórias ou de criarem novas disciplinas com o objetivo de facilitar a aprendizagem dos alunos, diminuir o insucesso e abandono escolar, bem como facilitar o processo de recuperação das aprendizagens afetadas pela COVID-19, através da adequação do currículo ao contexto de cada agrupamento.

#### Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro - Regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais

Uma entidade administrativa mais descentralizada pode beneficiar a eficiência e eficácia com a aproximação das decisões aos problemas, o fomento da coesão territorial e o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados às populações através de respostas adaptadas às características locais, a justificação dos recursos disponíveis e a responsabilização política mais rápida e eficiente.

A realização da descentralização deve cumprir um conjunto de princípios e exigências comuns, como por exemplo, o não aumento da despesa pública global; a promoção da eficiência e da eficácia da gestão dos recursos pelos municípios ou entidades

intermunicipais; o incentivo da coesão territorial e o acolhimento de procedimentos inovadores e distintos de administração, possibilitando a otimização dos serviços prestados ao nível local.

No que diz respeito à área da educação, respetivamente ao ensino básico e secundário, são atribuídas aos órgãos dos municípios e às entidades intermunicipais as posteriores competências:

a) No domínio da administração escolar e das práticas educativas:

- 1) Determinação do plano estratégico educativo municipal ou intermunicipal, da rede escolar e da oferta educativa e formativa;
- 2) Gestão do calendário escolar;
- 3) Gestão dos processos de matrículas e de colocação dos alunos;
- 4) Gestão da orientação escolar;
- 5) Deliberação sobre recursos apresentados no seguimento de instauração de processo disciplinar a alunos e de emprego de sanção de transferência de estabelecimento de ensino;
- 6) Gestão dos processos de ação social escolar;

b) No domínio da administração curricular e pedagógica:

- 1) Determinação de princípios e regras para o estabelecimento das ofertas educativas e formativas, e respetiva repartição, e para os protocolos a estabelecer na formação em contexto de trabalho;
- 2) Determinação de elementos curriculares de base local, em colaboração com as escolas;
- 3) Definição de dispositivos de promoção do sucesso escolar e de estratégias de apoio aos alunos, em articulação com as escolas;

c) No domínio da administração dos recursos humanos:

- 1) Recrutamento, gestão, alocação, formação e avaliação do desempenho do pessoal não docente;
- 2) Recrutamento de pessoal para projetos específicos de base local;

d) A administração orçamental e de recursos financeiros;

e) No domínio da administração de equipamentos e infraestruturas do ensino básico e secundário:

- 1) Construção, requalificação, manutenção e conservação das infraestruturas escolares;
- 2) Seleção, aquisição e gestão de equipamentos escolares, mobiliário, material de pedagógico.

Decreto-Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (revoga o DL n.º 30/2015 de 12 de fevereiro)

O presente decreto-lei estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, alcançando os princípios da cooperação, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

Relativamente à Educação, aos órgãos municipais compete colaborar no planeamento, na gestão e na execução de investimentos referentes aos estabelecimentos de educação e de ensino integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, incluindo o profissional, na sua edificação, equipamento e conservação.

Está incumbido, também, aos órgãos municipais garantir as refeições escolares e administração dos refeitórios; prestar apoio aos alunos no domínio da ação social escolar; colaborar na administração dos recursos educativos; colaborar na aquisição de bens e serviços referentes ao funcionamento dos estabelecimentos e às atividades educativas, de ensino e desporto escolar; e, contratar, selecionar e coordenar o pessoal não docente integrado nas carreiras de assistentes operacional e técnico. E, ainda, assegurar o alojamento aos alunos que frequentam os ensinos básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar; garantir as atividades de enriquecimento curricular, articulando com os agrupamentos de escolas; fomentar o cumprimento da escolaridade obrigatória; e, colaborar na organização da segurança escolar.

Às entidades intermunicipais, em matéria de educação, ensino e formação profissional, compete planear a rede de transporte escolar intermunicipal; delinear a oferta educativa de nível supramunicipal, em concordância com as normas determinadas pelos departamentos governamentais com competências nos setores da educação e formação

profissional; e, são determinadas as prioridades na oferta de cursos profissionais a nível intermunicipal, em articulação com o IEFP, I.P., e a ANQEP, I.P.

Os órgãos das freguesias, devem efetuar pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e, administrar os espaços que envolvem os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, referente à área da Educação.

Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho - Quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação (depende da existência de carta educativa e da celebração de contratos de execução entre o Ministério da Educação e cada um dos municípios)

São transferidas para os municípios, as atribuições e competências nos seguintes domínios:

1. Pessoal não docente das escolas do ensino básico e das escolas da educação pré-escolar;
2. Componente de apoio à família, nomeadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;
3. Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;
4. Administração do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;
5. Ação social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;
6. Transportes escolares referentes ao 3.º ciclo do ensino básico.

Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação (revoga o DL n.º 144/2008 de 28 de julho)

Em matéria de educação, o facto de as autarquias locais terem mais competências administrativas e poder de decisão, ao longo dos últimos 30 anos, fez com que existisse uma melhoria da escola pública, respetivamente na promoção do sucesso escolar e no aumento da taxa de escolarização.

Segundo o presente decreto-lei, as autarquias locais têm sido fundamentais no alargamento da rede nacional da educação pré-escolar, na criação de centros escolares munidos das competências necessárias ao desenvolvimento qualitativo dos projetos educativos, na coordenação dos transportes escolares e na efetivação da escola a tempo

inteiro. Tudo isto, faz com que seja cumprida a garantia constitucional do direito à igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar.

Mediante as competências previstas neste decreto-lei, exercidas pelos órgãos dos municípios e das entidades intermunicipais, estes devem respeitar:

1. O direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar;
2. A realização do currículo e das orientações pedagógicas nacionais;
3. A equidade territorial e a solidariedade intermunicipal e inter-regional na elaboração das ofertas educadas e formativas e na afetação dos recursos públicos nos domínios da correção de disparidades e assimetrias locais e regionais;
4. A consideração pela autonomia curricular e pedagógica dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;
5. A prevenção da autonomia pedagógica no exercício da atividade docente;
6. A administração pública da rede de estabelecimentos de ensino públicos, existentes ou a gerar, através dos órgãos próprios dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

#### Instrumentos de Planeamento – segundo o decreto-lei

- a) Carta educativa – “A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.”
- b) Plano de transporte escolar – “(...), é, a nível municipal, o instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, salvo quando existam estabelecimentos de ensino que sirvam vários concelhos, casos em que tal instrumento assume nível intermunicipal.”
- c) Ofertas de educação/rede da oferta da educação – “(...), a organização territorial, a nível intermunicipal, dos cursos e grupos-turmas para a frequência da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário, das modalidades especiais de educação escolar, da educação extraescolar e das ofertas de formação de dupla

certificação, nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, bem como, nos estabelecimentos da rede solidária, privada e cooperativa com contrato celebrado com o Estado para a criação de oferta pública de ensino e formação.”

#### Investimento

- a) Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares;
- b) Equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares.

#### Gestão

- a) Apoios e complementos educativos – ação social escolar; refeitórios escolares; transportes escolares; residências escolares; alojamento; escola a tempo inteiro;
- b) Pessoal não docente – mapas de pessoal; procedimento de transição de trabalhadores; gestão de pessoal; ações de formação.
- c) Funcionamento dos edifícios escolares – fornecimentos e serviços externos; utilização de espaços fora do período das atividades escolares.
- d) Segurança escolar – segurança dos equipamentos educativos.

Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril - Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

As escolas são instituições que têm como missão o serviço público, que compreende em munir todos e cada um dos cidadãos das capacidades e saberes que lhes possibilitem descobrir totalmente as suas habilidades e competências, integrar-se na sociedade e contribuir para a vida económica, social e cultural do País. De forma, a dar resposta à presente missão garantindo a qualidade e equidade, de modo mais eficaz e eficiente possível, que o Governo decidiu organizar a governação das escolas.

O Programa do XVII Governo Constitucional constatou a carência de inspeção do regime jurídico da autonomia, administração e gestão das escolas com o objetivo de promover e fortalecer a participação das famílias e comunidades na direção estratégica dos estabelecimentos de ensino e proporcionar a criação de lideranças fortes.

#### Princípios orientadores e objetivos:

- 1) Fomentar o sucesso e precaver o abandono escolar dos alunos e desenvolver a qualidade do serviço público de educação e das aprendizagens e dos resultados escolares;
- 2) Fomentar a equidade social, proporcionando condições para o cumprimento da igualdade de oportunidades para todos;
- 3) Garantir as melhores condições de estudo e de trabalho, de concretização e de desenvolvimento pessoal e profissional;
- 4) Executar e fazer executar os direitos e os deveres sucessivos das leis, normas ou regulamentos e perpetuar a disciplina;
- 5) Analisar a prioridade dos critérios de natureza pedagógica sobre os critérios de natureza administrativa nos limites de uma administração eficiente dos recursos à disposição para o progresso da sua missão;
- 6) Garantir o equilíbrio e a clareza da gestão e administração escolar, nomeadamente através dos meios de comunicação e informação;
- 7) Oferecer contextos para a envolvimento dos membros da comunidade educativa e fomentar a sua iniciativa.

Regime de autonomia, segundo o presente decreto-lei:

- a) Autonomia – é a capacidade reconhecida ao agrupamento de escolas ou à escola não agrupada pela lei e pela administração educativa de deliberar decisões nas áreas da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe são conferidos. O exercício da autonomia depreende de prestação de contas, através de autoavaliação e de avaliação externa.
- b) Instrumentos de autonomia – projeto educativo; regulamento interno; planos anual e plurianual de atividades; orçamento; relatório anual de atividades; conta de gerência; relatório de autoavaliação.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 de 7 de julho - Plano de Recuperação das Aprendizagens dos alunos dos ensinos básico e secundário, Plano 21|23 Escola+

Enquadramento

O sistema educativo português tem sido um caso de sucesso ao longo dos anos, devido à implementação das políticas educativas que tem gerado resultados positivos ao nível de vulnerabilidades que são preocupantes no sistema educativo.

Relativamente à taxa de analfabetismo reduziu em 20% e a taxa de abandono escolar precoce que em 2009, segundo o Instituto Nacional de Estatística, a taxa era de 30,9% sendo uma das mais elevadas entre os países da União Europeia, segundo um comunicado do Governo da República Portuguesa (2021), após dez anos de intervenção a taxa desceu para 10,6% e, em 2020 alcançou um valor de 8,9% tendo conseguido o valor mais baixo até ao momento registado e, ficou abaixo da meta europeia que se situa entre os 10%.

Apesar destes resultados positivos, ainda existe a dificuldade da elevação social através da educação, dado que a condição socioeconómica dos alunos é o principal fator de insucesso escolar e abandono precoce escolar. Ainda que a escola não seja suficiente para resolver os problemas relativos à pobreza, é sem dúvida um dos contextos mais importantes. É necessário evidenciar a adoção de estratégias locais, descentralizadas e formuladas a partir dos centros de decisão das escolas, que têm obtido lugar no centro das políticas educativas, destacando-se os profissionais de educação que tem tido a capacidade para implementar estratégias de desenvolvimento curricular, de inclusão e de apoio para todos os alunos, independentemente das suas capacidades.

Devido ao contexto pandémico em que vivemos, pode-se afirmar que o setor da educação foi um dos mais afetados, apesar das medidas e esforços realizados, reconhece-se um aumento de perdas aos níveis das aprendizagens escolares, mas também sociais, devido à impossibilidade de garantir o ensino presencial. Os alunos ficaram mais isolados e mais dependentes dos encarregados de educação, o que agravou as desigualdades nas diferentes capacidades de os encarregados de educação acompanharem os seus filhos ou educandos e, resultou num agravamento no desenvolvimento de competências sociais e emocionais. Embora, os alunos tenham desenvolvido competências digitais e de autonomia, foram os mais excluídos, quer seja devido à idade ou capacidades, e os menos autónomos os que mostraram graves perdas nas respetivas capacidades acima inscritas, neste período pandémico.

De modo a intervir junto dos alunos ao nível da recuperação das aprendizagens, das competências sociais e emocionais, decidiu-se elaborar um Plano que recaia sobre questões curriculares, de organização da escola, recursos de apoio e dimensões



comunitárias com o intuito de realizar uma intervenção mais precisa, assente em princípios educativos, curriculares, pedagógicos e psicológicos.

### Princípios Orientadores

Segundo o Plano 21|23 Escola+, este rege-se pelos seguintes princípios:

- a) Equidade, inclusão e qualidade das aprendizagens;
- b) Literacias como aprendizagens estruturantes;
- c) Desenvolvimento profissional contínuo;
- d) Autonomia das escolas e dos professores;
- e) Subsidiariedade educativa;
- f) Territorialização das políticas educativas;
- g) Monitorização e avaliação das e para as aprendizagens;
- h) Compromisso ético e deontológico na gestão dos recursos.

### Objetivos Estratégicos

Este Plano tem como objetivos estratégicos, recuperar as aprendizagens que foram mais afetadas; diversificar as estratégias de ensino; investir no bem-estar social e emocional dos alunos; acreditar no sistema educativo; envolver toda a comunidade educativa; habilitar, através do reforço de recursos e meios; supervisionar, através da avaliação do impacto e eficiência das medidas e dos recursos.

### Estrutura do Plano

O Plano 21|23 Escola+ estrutura-se em três eixos de atuação, em que cada eixo integra domínios e ações específicas, a fim de se alcançar o objetivo delineado para cada eixo.

Eixo 1: Ensinar e Aprender - pretende adotar medidas para que as Escolas consigam utilizar meios pedagógicos para um desempenho curricular flexível, aumentando a sua autonomia na administração do currículo e na gestão direcionada para melhorar as aprendizagens e para os recursos disponíveis para a promoção da inclusão e bem-estar, principalmente nos níveis de ensino e nas competências mais afetadas.

- o Domínios de ação e ações específicas de cada domínio:

#### 1.5 + Leitura e Escrita

##### 1.1.1 Escola e Ler

1.1.2 Ler – conhecer, aprender e ensinar

1.1.3 Diário de escritas

1.1.4 Ler com mais livros

## 1.2 + Autonomia Curricular

1.2.1 Gestão do ciclo

1.2.2 Começar um ciclo

1.2.3 Turmas dinâmicas

1.2.4 Constituição de equipas educativas

1.2.5 Avançar recuperando

1.2.6 Aprender integrando

1.2.7 Referenciais curriculares e para a avaliação

1.2.8 Calendário escolar

## 1.3 + Recursos educativos

1.3.1 Promover o sucesso escolar – 1.º ciclo e novos ciclos

1.3.2 #EstudoEmCasaApoia

1.3.3 Biblioteca Digital de Recursos Educativos e Formativos

1.3.4 Recuperar com a Matemática

1.3.5 Recuperar experimentando

1.3.6 Recuperar com a Arte e Humanidades

1.3.7 Recuperar incluindo

1.3.8 Recuperar com o Digital

1.3.9 Criar valor com o Profissional

1.3.10 Voz dos Alunos

1.3.11 OPE-Inclui

## 1.4 + Família

### 1.4.1 Família mais perto

### 1.4.2 Voltar a estudar

## 1.5 + Avaliação e diagnóstico

### 1.5.1 Aferir, diagnosticar e intervir

### 1.5.2 Capacitar para avaliar

## 1.6 + Inclusão e Bem-Estar

### 1.6.1 Apoio tutorial específico

### 1.6.2 Programa para competências sociais e emocionais

### 1.6.3 Planos de desenvolvimento pessoal, social e comunitário

### 1.6.4 Inclusão mais apoiada

### 1.6.5 Português em imersão

### 1.6.7 “O quarto período”

### 1.6.8 Desporto Escolar – Comunidades

### 1.6.9 Desporto Escolar sobre rodas

## 1.7 + Território

### 1.7.1 TEIP – Fase 4

### 1.7.2 E depois da escola?

### 1.7.3 Apoiar as Comunidades Educativas

Eixo 2: Apoiar as Comunidades Educativas - de forma a possibilitar que as escolas tenham recursos e meios que facilitem a execução das medidas integradas no Plano, foi afirmada a necessidade de reforçar os recursos humanos, sendo que foram contratados mais de 3300 docentes, através do aumento do crédito horário e do âmbito de alunos abrangidos pelo Apoio Tutorial Específico. As escolas tiveram, também, um aumento de técnicos especializados, com mais 900. Sendo que, foram adquiridos mais de 450 mil

computadores e *kits* de conectividade, pois foi necessário acelerar o programa de transição digital na escola.

- Domínios de ação e ações específicas de cada domínio:

### 2.1 + Equipas qualificadas

2.1.1 Reforço extraordinário de docentes

2.1.2 Reforço dos Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário

2.1.3 Reforço das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva

2.1.4 Rastreios visuais e auditivos

2.1.5 Começar cedo

### 2.2 + Formação

2.2.1 Formação para pessoal docente e não docente

### 2.3 + Ensino Profissional

2.3.1 Equipar para aprender

2.3.2 Orientar

### 2.4 + Digital

2.4.1 Literacia Digital

2.4.2 Escola Digital

Eixo 3: Conhecer e Avaliar - ao investir em medidas que promovam as aprendizagens neste contexto pandémico, é necessário conhecer e avaliar para que os recursos sejam colocados onde são precisos, é essencial averiguar quais os instrumentos mais eficazes para concretizar as medidas definidas, bem como avaliar se o caminho percorrido é o correto, ou seja, avaliar a eficácia e a eficiência das medidas e ações propostas.

- Domínios de ação e ações específicas de cada domínio:

### 3.1 + Dados

3.1.1 Construção de indicadores

### 3.1.2 Monitorização

## 3.2 + Informação

### 3.2.1 Partilhar eficácia

### 3.2.2 Partilhar eficiência

#### Lei n.º 46/86 de 14 de outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo

A presente Lei determina o quadro geral do sistema educativo português.

#### Definição

O sistema educativo é um conjunto de mecanismos pelo qual se realiza o direito à educação, que se expressa pela garantia de uma ação formativa direcionada para beneficiar a evolução global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade. O sistema educativo estabelece-se segundo um conjunto organizado de elementos essenciais e de ações variadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diversificadas instituições e entidades.

Um dos princípios gerais, presentes nesta Lei, é o princípio de que o sistema educativo dá resposta às carências resultantes da realidade social, colaborando para o desenvolvimento completo e harmonioso da personalidade dos educandos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, independentes e solidários, dando valor à dimensão humana do trabalho.

#### Organização do Sistema Educativo

- 1) Educação Pré-Escolar - complementar da ação educativa da família, destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.
- 2) Educação Escolar - abrange os ensinos básico, secundário e superior, agrega modalidades especiais e abarca atividades de ocupação de tempos livres.
  - a) Ensino Básico - universal, gratuito e dura nove anos, sendo a sua obrigatoriedade até aos 15 anos. O ensino básico compreende três ciclos de ensino, o 1º ciclo de quatro anos; o 2º ciclo de dois anos; e, o 3º ciclo de três anos.

- b) Ensino Secundário - tem duração de três anos e, organiza-se de diferentes formas, existindo cursos principalmente orientados para a vida ativa ou para o seguimento de estudos.
  - c) Ensino Superior - compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.
  - d) Modalidades Especiais - educação especial; formação profissional; ensino recorrente de adultos; ensino a distância; e, ensino português no estrangeiro.
- 3) Educação Extraescolar - tem como fim possibilitar a cada cidadão aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas capacidades, podendo ser um acréscimo da sua formação escolar ou em suprimento da sua carência. Estas atividades de educação extraescolar podem ser executadas em estabelecimentos de extensão cultural do sistema escolar, ou em sistemas abertos, com recurso a meios de comunicação social e tecnologias educativas específicas e adequadas.

#### Apoios e complementos educativos

- 1) Promoção do sucesso escolar - atividades e estratégias de apoio e complemento educativos com vista a contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar;
- 2) Apoios a alunos com necessidades escolares específicas;
- 3) Apoio psicológico e orientação escolar e profissional;
- 4) Ação social escolar;
- 5) Apoio de saúde escolar;
- 6) Apoio a trabalhadores-estudantes.

Despacho 6954/2019 de 6 de agosto - Estabelece as linhas orientadoras que presidem a um programa de intervenção junto de jovens que abandonaram o sistema educativo e em risco de exclusão social, denominado «Segunda Oportunidade»

No Programa do XVI Governo Constitucional a educação e a formação são vistas como bases essenciais para o futuro dos cidadãos, formando um meio favorecido de fomentar a justiça social e a igualdade de oportunidades. Este Governo Constitucional, mediante o Ministério da Educação, declarou como principal prioridade da política educativa a mobilização da sociedade para um combate ao insucesso e abandono escolar, de forma a dar resposta a um dos entraves ao progresso na qualificação e na redução das desigualdades.

De acordo com esta programação, tem vindo a ser promovido um conjunto de ações que procuram fortalecer a educação e a formação adequada aos diferentes segmentos da população, tais como:

- a) Programa Qualifica que tem mobilizado e orientado muitos adultos para diversas modalidades de educação e formação, promovendo a qualificação e a empregabilidade;
- b) Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar.

De modo a reintegrar escolar e profissionalmente este público-alvo, é reconhecida a estratégia das Escolas de Segunda Oportunidade, que integram um modelo pedagógico próprio e articulam-se com a Rede Europeia de Escolas de Segunda Oportunidade (existe uma em Matosinhos).

Admitindo que existem entidades e instituições públicas, privadas, cooperativas e solidárias presentes no País, que ao longo do tempo têm vindo a fomentar a reintegração dos jovens, o Ministério da Educação está aplicado a garantir a hipótese de, no âmbito da escola pública, acolher e desenvolver respostas adequadas para estes jovens, em que o trabalho e vivência em turma se demonstrem possibilitadoras de maior eficácia para a sua formação escolar e socioprofissional, para além da existência de outros programas existentes.

O presente despacho determina as linhas orientadoras que comandam a um programa de intervenção junto de jovens, que saíram do sistema educativo e em risco de exclusão social, possibilitando-lhes formação qualificada orientada às suas necessidades, expectativas e interesses, orientada para o mercado laboral local, privilegiando de uma monitorização próxima ao desenvolvimento da sua autonomia e integração socioprofissional.

O Programa 2O – 2.º Oportunidade – é uma reposta socioeducativa criada e desenvolvida por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, em articulação com outras entidades e instituições, que visa:

- 1) Combater o abandono escolar de jovens sem emprego e qualificação (NEET);
- 2) Monitorizar, aproximadamente, o desenvolvimento da autonomia e integração socioprofissional.

O presente Programa, tem como público-alvo jovens com idade superior a 15 anos, que não têm qualificação profissional e emprego e, que se encontrem em situação de abandono escolar há pelo menos um ano.

O Programa 2.º Oportunidade realiza-se através de um protocolo de cooperação a celebrar, entre a DGEstE no quadro das suas atribuições, as escolas no exercício da autonomia e as entidades ou instituições que colaborem com as mesmas, formando uma parceria que possibilite e garanta a execução do presente Programa.

Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho - Homologa o Perfil dos Alunos à Saída da  
Escolaridade Obrigatória

A educação e formação são bases fundamentais para o futuro dos cidadãos, o XXI Governo Constitucional ao apostar numa educação para todos, obriga a uma intervenção que pondere, no domínio da educação, os desafios impostos pela realidade que se vive atualmente.

De modo a dar resposta às necessidades que resultam da realidade social, o sistema educativo deve determinar um perfil coerente, em concordância com os desafios impostos pela sociedade, para que todas as aprendizagens convergem, assegurando a intencionalidade educativa em articulação com as diversas opções de gestão curricular.

Este perfil, visa garantir que todos os jovens que concluem a escolaridade obrigatória, independente do seu percurso formativo, possuem um conjunto de competências, que convergem de uma articulação entre conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, que os torne habilitados a investir na sua educação e agir livre e conscientemente, quando confrontados com problemáticas sociais, económicas e tecnológicas.

O Ministério da Educação, deve determinar um referencial educativo único que garanta a coerência do sistema educativo, integrando os diversos percursos que os alunos podem escolher que possibilita o desenvolvimentos e aprendizagem das crianças em contexto familiar, em articulação com a educação de infância – creche e jardim de infância. Este referencial único, é designado por Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, ou seja, é um documento que garante a coerência do sistema educativo, e que assegura que os alunos saiam da escolaridade dotados de competências



essenciais para a vida em sociedade, independente do percurso ou via de formação que escolham.

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, é organizado por princípios, visão, valores e áreas de competências, compõe um documento de referência para o planejamento de todo o sistema educativo e para o trabalho das escolas, auxiliando na articulação das decisões ligadas às várias dimensões do desenvolvimento curricular.

#### Princípios

1. Base humanista
2. Saber
3. Aprendizagem
4. Inclusão
5. Coerência e flexibilidade
6. Adaptabilidade e ousadia
7. Sustentabilidade
8. Estabilidade

#### Valores

1. Liberdade
2. Responsabilidade e integridade
3. Cidadania e participação
4. Excelência e exigência
5. Curiosidade, reflexão e inovação

#### Áreas de Competências

- a) Linguagem e textos
- b) Informação e comunicação
- c) Raciocínio e resolução de problemas
- d) Pensamento crítico e pensamento criativo
- e) Relacionamento interpessoal
- f) Desenvolvimento pessoal e autonomia
- g) Bem-estar, saúde e ambiente
- h) Sensibilidade estética e artística
- i) Saber científico, técnico e tecnológico

j) Consciência e domínio do corpo

Falar das desigualdades no geral em Portugal que ficaram acentuadas

Sociais no sistema educativo

- no acesso aos meios tecnológicos digitais
- falta de autonomia das crianças
- diferentes capacidades digitais dos professores
- diferentes capacidades dos encarregados de educação relativamente ao acompanhamento dos filhos ou educandos
- competências digitais dos alunos
- falta de competências sociais e emocionais
- apoio ao trabalho escolar
- distância geográfica
- habitações com poucas condições
- acesso diferenciado à cultura
- nível socioeconómico
- questões de ordem social – layoff e desemprego

Socioeconómicas – condições das habitações, acesso à alimentação, acesso à saúde

A Administração Local da Educação: da descentralização à territorialização das políticas educativas

João Barroso,

- ✓ Descentralização - aplicação local de uma ordem nacional
- ✓ Territorialização - construção de uma ordem educativa local
  
- ✓ As políticas públicas não são ações exclusivas do Estado, são uma construção social que integra ações de vários atores em diferentes momentos.
- ✓ O “Local” passa a ser visto como lugar de modernização e de mobilização para melhorar o serviço público – o “local” tem como objetivo reformular o papel do Estado na elaboração e controlo das políticas educativas. A descentralização administrativa e o reforço da autonomia as escolas destinam-se a assegurar a concorrência e a liberdade de escolha.

- ✓ Principais objetivos da descentralização segundo o discurso político – aproximar o local de decisão do local e aplicação; ter em conta as características locais; fomentar a participação dos utilizadores dos serviços públicos na sua gestão; diminuir a burocracia do Estado; libertar a criatividade e gerar inovação pedagógica.
- ✓ “Territorialização das políticas educativas” – conjunto de princípios, dispositivos e processos inovadores, no domínio da planificação, elaboração e gestão das políticas educativas que pretendem valorizar a afirmação dos poderes periféricos, a mobilização local dos atores e a contextualização da ação política.
- ✓ Segundo Pinhal (2012), a territorialização é a construção de políticas locais, de conceção e execução autónomas, dentro dos limites da intervenção local que tenham sido definidos por lei.
- ✓ Este conceito requer que as medidas políticas sejam adaptadas às especificidades locais.
- ✓ O “local” torna-se um lugar de decisão e de construção de uma nova ordem educativa.

Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho - Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário

O XIX Governo Constitucional determinou no seu Programa que a educação é um fator determinante para o futuro do País, tendo como objetivo aumentar a qualidade do ensino e o sucesso escolar.

Deste modo, com o objetivo de aumentar a qualidade do ensino, o presente decreto-lei introduz um conjunto de alterações determinadas a criar uma cultura de rigor e excelência, com a implementação de medidas no currículo dos ensinos básico e secundário. Ou seja, este decreto-lei determina os princípios que orientam a organização e administração dos currículos dos ensinos básicos e secundários, da avaliação dos conhecimentos e do processo de desenvolvimento curricular, destes currículos.

As normas empregues, passam por um aumento da autonomia das escolas na administração do currículo, por um aumento da liberdade de escolha das ofertas formativas, pela atualização da estrutura do currículo, e por um acompanhamento mais eficaz dos alunos.

### Princípios Orientadores, segundo o presente decreto-lei

- “a) Coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e o ensino secundário e articulação entre as formações de nível secundário com o ensino superior e com o mundo do trabalho;
- b) Diversidade de ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, por forma a assegurar a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades essenciais para cada ciclo e nível de ensino, bem como as exigências decorrentes das estratégias de desenvolvimento do País;
- c) Promoção da melhoria da qualidade do ensino;
- d) Redução da dispersão curricular e do reforço da carga horária nas disciplinas fundamentais;
- e) Reforço da autonomia pedagógica e organizativa das escolas na gestão do currículo e uma maior liberdade de escolha de ofertas formativas, no sentido da definição de um projeto de desenvolvimento do currículo adequado às características próprias e integrado no respetivo projeto educativo;
- f) Flexibilidade da duração das aulas;
- g) Eficiência na distribuição das atividades letivas e na racionalização da carga horária letiva semanal dos alunos;
- h) Flexibilidade na construção dos percursos formativos, adequada aos diferentes ciclos e níveis de ensino;
- i) Garantia da reorientação do percurso escolar dos alunos nos ciclos e níveis de ensino em que existam diversas ofertas formativas;
- j) Favorecimento da integração das dimensões teórica e prática dos conhecimentos, através da valorização da aprendizagem experimental;
- k) Articulação do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua um elemento de referência que reforce a sistematização do que se ensina e do que se aprende;
- l) Promoção do rigor da avaliação, valorizando os resultados escolares e reforçando a avaliação sumativa externa no ensino básico;

- m) Reforço do carácter transversal da educação para a cidadania, estabelecendo conteúdos e orientações programáticas, mas não a autonomizando como disciplina de oferta obrigatória;
- n) Valorização da língua e da cultura portuguesas em todas as componentes curriculares;
- o) Utilização das tecnologias de informação e comunicação nas diversas componentes curriculares;
- p) Enriquecimento da aprendizagem, através da oferta de atividades culturais diversas e de disciplinas, de carácter facultativo em função do projeto educativo de escola, possibilitando aos alunos diversificação e alargamento da sua formação, no respeito pela autonomia de cada escola”.

### Roteiro - 8 Princípios Orientadores para a Implementação do Ensino a Distância na Escola do Ministério da Educação

#### 1. Mobilizar para a mudança:

- 1.1. Envolver a comunidade educativa na pesquisa do Plano de Ensino a Distância que mais se adapta às características da escola.
- 1.2. Desenvolver um Plano adaptado aos recursos disponíveis e ao público-alvo.
- 1.3. Mobilizar parceiros disponíveis para cooperar.
- 1.4. Determinar uma função para as lideranças intermédias na elaboração e realização das orientações pedagógicas.
- 1.5. Formar uma equipa de apoio para dar resposta questões que apareçam ao longo do desenvolvimento do Plano.

#### 2. Comunicar em rede:

- 2.1. Definir uma rede de comunicação eficaz, direcionada a toda a comunidade escolar.

#### 3. Decidir o modelo de Ensino a Distância

- 3.1. Determinar a carga horária semanal a cumprir pelos alunos.
- 3.2. Estruturar as equipas pedagógicas para criar o plano de trabalho dos alunos.
- 3.3. Avaliar a execução de modos de trabalho a distância.

#### 4. Colaborar e articular:

- 4.1. Fomentar a cooperação entre professores.

#### 5. Metodologias de Ensino:

- 5.1. Os métodos de ensino em ação devem ser atrativos.
- 5.2. Determinar métodos de ensino que fomentem a participação dos alunos.

5.3. Estimular o desenvolvimento das competências que integram o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

6. Selecionar os meios tecnológicos de Ensino a Distância:

6.1. Encontrar os meios digitais mais adequados que facilitem a utilização do ensino a distância.

6.2. Utilizar ferramentas tecnológicas já do conhecimento dos alunos e docentes.

6.3. Conceder apoios aos docentes, com o objetivo de promover a capacidade de manuseamento dos meios digitais.

6.4. Habilitar os professores para o manuseamento dos meios tecnológicos escolhidos.

7. Cuidar da comunidade escolar:

7.1. Criar atividades que promovam a integração do aluno na turma.

7.2. Considerar o bem-estar emocional dos discentes e fomentar o valor da confiança perante a escola, enquanto decorre o ensino a distância

7.3. Precaver a possibilidade de episódios de isolamento de alunos.

7.4. Estimular a cooperação entre os alunos.

8. Acompanhar e monitorizar:

8.1. Antecipar métodos de monitorização.

Despacho n.º 8553-A/2020, de 4 de setembro - Prevê a possibilidade de aplicação de medidas de apoio educativas aos alunos que, de acordo com as orientações da autoridade de saúde, devam ser considerados doentes de risco e que se encontrem impossibilitados de assistir às atividades letivas e formativas presenciais em contexto de grupo ou turma.

Tendo em conta, a emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pelo OMS, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus como pandemia, no dia 11 de março de 2020, o Governo aprovou através do DL n.º 10-A/2020 de 13 de março, um conjunto de medidas excecionais e provisórias face à situação epidemiológica da doença COVID-19, entre as quais a suspensão das atividades letivas e não letivas e formativas presenciais.

Determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de julho, o regime presencial como regime regra, é necessário neste contexto pandémico, determinar um conjunto de medidas de apoio educativo a prestar aos alunos que de acordo com as orientações da autoridade de saúde, devam ser considerados de risco e que, devido

a essa condição fiquem impedidos e assistir às atividades letivas e formativas presenciais em contexto de grupo ou turma.

Medidas educativas para os alunos considerados de risco, segundo o presente despacho

1. Condições especiais de avaliação e de frequência escolar;
  2. Apoio educativo individual em contexto escolar ou no domicílio, presencial ou à distância, através de utilização de meios informáticos de comunicação.
- No âmbito das ofertas de cursos profissionalizantes, cursos artísticos especializados e científico-tecnológicos, a formação prática das componentes de formação tecnológica ou técnica artística, bem como da componente de formação em contexto de trabalho, estágio ou formação prática em contexto de trabalho, podem, sempre que seja possível, ser realizadas através de prática simulada, sem prejuízo de cada escola organizar outros procedimentos que entenda mais adequados para o efeito.
  - A escola comunica à Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, os planos de desenvolvimento das aprendizagens implementados, até 10 dias após o início da sua execução.

Plano de Atuação para a recuperação/consolidação das aprendizagens, integrado nas Orientações para a Recuperação e Consolidação das Aprendizagens ao longo do ano letivo de 2020/2021, Ministério da Educação

- Assegurar a igualdade e equidade no acesso ao currículo por parte de todos os alunos, mediante o trabalho realizado com cada aluno no ano letivo 2019/2020.
- Destinado a todos os alunos, particularmente aos alunos que tiveram maiores dificuldades em desenvolver as atividades propostas pela escola, no ano letivo 2019/2020.
- Este Plano de Atuação, possibilita às escolas gerir o currículo de forma mais flexível, integrando respostas organizacionais, curriculares e pedagógicas específicas.
- Nas primeiras 5 semanas de aulas, este Plano deve executar-se de forma mais ativa. E ao longo do ano letivo, de forma contínua em cooperação com outros Programas ou Planos, como por exemplo o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar; Plano Nacional de Leitura; Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.

- Tendo em conta o poder de autonomia que as escolas detêm, estas devem criar um Plano de Atuação, que garanta a passagem para o ensino presencial e que vá de encontro aos seguintes aspetos:
  - a) Acolher os alunos;
  - b) Identificar conhecimentos, capacidades e atitudes impeditivos de progressão;
  - c) Alinhar as respostas organizacionais curriculares e pedagógicas com as situações diagnosticadas e em função de cada contexto;
  - d) Mobilizar a escola enquanto ecossistema de aprendizagem.

### Referencial Escolas – Controlo da transmissão de COVID-19 em contexto escolar, ano letivo 2021/2022

O presente documento é um referencial de atuação para a prevenção e controlo da transmissão de SARS-Cov-2, relativamente à gestão de casos e surtos de COVID-19, nas escolas. Devido à evolução da pandemia e tendo como principal objetivo assegurar o direito à educação das crianças e jovens, todos os países foram alinhando as suas políticas e medidas de prevenção, com o objetivo de reabrir as escolas de forma progressiva.

O fecho dos estabelecimentos de ensino e o confinamento têm impacto a nível social, mental e ambiental da saúde, que podem levar a efeitos a longo prazo no bem-estar físico, psicológico e social dos discentes, professores e pessoal não docente, o que leva consequentemente a existir um aumento das desigualdades sociais e de saúde já existentes.

Mediante a situação acima referida, é necessário definir-se estratégias que proporcionem o ensino presencial, tendo como propósito a prevenção e minimização da transmissão do COVID-19, através da manutenção das condições de higiene e segurança nos estabelecimentos de ensino na retoma do ano letivo 2021/2022.

De modo que devem ser asseguradas as seguintes estratégias:

- 1) Plano de Contingência;
- 2) Estratégia de Testes Laboratoriais para SARS-Cov-2;
- 3) Reorganização do espaço escolar;
- 4) Estratégia de Comunicação Interna;
- 5) Gestão de casos;
- 6) Estratégia de Comunicação Externa;



Despacho n.º 8553-A/2020 de 4 de setembro – Prevê a possibilidade de aplicação de medidas de apoio educativas aos alunos que, de acordo com as orientações da autoridade de saúde, devam ser considerados doentes de risco e que se encontrem impossibilitados de assistir às atividades letivas e formativas presenciais em contexto de grupo ou turma

Tendo como prioridade o combate à pandemia, num panorama de levantamento progressivo das medidas de confinamento, Portugal tem adotado várias medidas relativamente à prevenção, contenção, mitigação e tratamento da doença COVID-19, bem como à restituição da normalidade.

O presente despacho pretende assegurar a promoção do sucesso escolar, a total inclusão dos alunos, que de acordo com as orientações da autoridade de saúde, devam ser considerados de risco, bem como a sua saúde e segurança, competindo aos pais e encarregados de educação, ou aos alunos, quando maiores de idade, a escolha pela mobilização de medidas de apoio educativas conjeturadas neste despacho.

#### Medidas educativas, segundo o presente despacho

- 1) Condições especiais de avaliação e de frequência escolar;
- 2) Apoio educativo individual em contexto escolar ou no domicílio, presencial ou à distância, através da utilização de meios informáticos de comunicação.

Cabe às escolas a deliberação das medidas de apoio educativo adequáveis a cada aluno, sendo que estas fazem parte do plano de desenvolvimento das aprendizagens do aluno.

O processo de implementação das medidas educativas, acima referidas, e a avaliação da sua eficácia, são desenvolvidos sob coordenação do professor titular, diretor de turma ou diretor de curso.

A escola informa a Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, os planos de desenvolvimento das aprendizagens implementados.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020 de 13 de março – Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

Devido à urgência na realização das medidas de contenção recomendadas pelos vários serviços pertencentes ao Ministério da Saúde, importa garantir um regime excecional que possibilite a implementação rápida das medidas propostas.

#### Capítulo IV – Suspensão de atividades letivas e não letivas, segundo a presente

##### Resolução

Suspensão das atividades letivas e não letivas e formativas presenciais nos estabelecimentos de ensino públicos, particulares e cooperativos e do setor social e solidário de educação pré-escolar básica, secundária e superior e, nos equipamentos sociais de apoio à primeira infância ou deficiências, bem como nos centros de formação e gestão direta ou participada da rede do IEFP, I.P.

Os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede pública e os estabelecimentos particulares, cooperativos e do setor social e solidário com financiamento público, adotam as medidas essenciais para a prestação de apoios alimentares a alunos beneficiários do escalão e, as medidas de apoio aos alunos das unidades especializadas.

Cada agrupamento de escolas identifica um estabelecimento de ensino que acolha os filhos ou outros dependentes a cargo de profissionais de saúde, das forças e serviços de segurança e de socorro, ou de outros profissionais essenciais.

Despacho n.º 12661/2020 de 31 de dezembro - Cria o Grupo de Projeto para o #EstudoEmCasa e designa para o cargo de coordenadora do mesmo a Doutora Cláudia  
Maria Canha Johnen Torres

O programa do XXII Governo Constitucional determina como prioridade a concretização de uma política educativa centrada nos alunos que assegure a igualdade de acesso à escola pública, promovendo o sucesso educativo e a igualdade de oportunidades.

Considerando a experiência adquirida no 3.º período do ano letivo 2019/2020, importa dar prosseguimento ao projeto #EstudoEmCasa, em parceria com a RTP, através da emissão de conteúdos educativos orientados aos ensinos básico e secundário.

Não sendo uma oferta substitutiva, o projeto #EstudoEmCasa pretende manter a escola próxima de todos, proporcionando uma articulação entre o trabalho desenvolvido e a desenvolver pelos docentes em cada umas das suas comunidades educativas.

## Seleção dos Municípios a entrevistar

Representatividade do Alentejo, através de entrevistas a Municípios das sub-regiões, sendo feito em duas fases. Numa primeira fase entrevistar municípios de maior dimensão e, numa segunda fase entrevistar municípios de menor dimensão, de modo a conseguir realizar uma comparação das semelhanças e diferenças nas dificuldades sentidas nos municípios.

### Alentejo Central

- Évora
- Alandroal

### Alto Alentejo

- Elvas

### Baixo Alentejo

- Beja

### Alentejo Litoral

- Odemira

#### Possíveis perguntas:

Que dificuldades sentiram com a pandemia, no domínio da educação, em termos de projetos o que parou?

Como combateram essas dificuldades, que medidas tomaram, novos modos de organização?

Sendo que a pandemia acentuou as desigualdades na educação, o que foi feito para apoiar os agrupamentos, de forma a combater este aumento das desigualdades.

Neste momento como apoiam os agrupamentos, no pós-pandemia.

## Escolha dos Agrupamentos a entrevistar

Representatividade do Alentejo, através de entrevistas a Agrupamentos das sub-regiões do Alentejo.

### Alentejo Central

- Agrupamento de Escolas Gabriel de Pereira – Évora
- Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício – Évora
- Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo

### Alentejo Litoral

- Agrupamento Escolas de Sines
- Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém

### Alto Alentejo

- Agrupamento de Escolas de Arronches
- Agrupamento de Escolas de Gavião
- Agrupamento de Escolas José Régio – Portalegre
- Agrupamento de Escolas de Monforte

### Baixo Alentejo

- Agrupamento de Escolas de Barrancos
- Agrupamento de Escolas da Amareleja
- Agrupamento de Escolas n.º 2 de Serpa

### Possíveis perguntas:

Que dificuldades sentiram com a pandemia?

De que forma, foram apoiados para combater essas dificuldades (Câmara Municipais e/ou entidades públicas e entidades privadas)?

Que desigualdades identificaram, que se tenham acentuada devido à pandemia?

O que foi e, está a ser feito para combater essas desigualdades e recuperar as aprendizagens afetadas pela pandemia?

Plano 21|23 Escola+